



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**O CONCEITO DE RELIGIÃO CIVIL E A TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE
DOM E RAVEL: UM ESTUDO COMPARADO**

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE ARAÚJO

Recife – PE

2022



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE ARAÚJO

**O CONCEITO DE RELIGIÃO CIVIL E A TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE
DOM E RAVEL: UM ESTUDO COMPARADO**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências das Religiões, pela Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Prof. Dr. José Afonso Chaves

Recife – PE

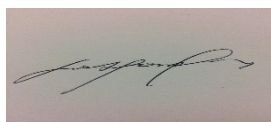
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

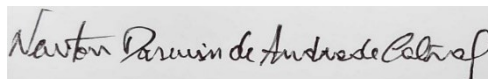
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE ARAÚJO

O CONCEITO DE RELIGIÃO CIVIL E A TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE DOM E RAVEL: UM ESTUDO COMPARADO.

Dissertação aprovada como requisito parcial para orientação do grau de Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Católica de Pernambuco pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. José Afonso Chaves
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião)



Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral (Prof. da Universidade Católica de Pernambuco)



Dr. José Roberto de Souza (Prof. da Faculdade Integrada de Teologia)

Recife, 2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à Deus por ter contrariado um diagnóstico de morte em 1990 por aneurisma cerebral e ter concedido mais uma chance nesta breve caminhada. Em memória de meu pai João Pereira Gomes. E ainda, por ter colocado na minha vida estudantil pessoas tão importantes na realização deste trabalho, à saber: minha mulher e filha Francisca Helói dos Santos e Cibele Leticia dos Santos Araújo, que me apoiaram durante todo o tempo em que estive desenvolvendo este trabalho. Também dedico ao meu “mestre” e orientador Dr. José Afonso Chaves, por sua competência e atenção.

A663c Araújo, Francisco de Assis Pereira de.

O conceito de religião civil e a trajetória artística de Dom
e Ravel: um estudo comparado / Francisco de Assis Pereira de
Araújo, 2022.

123 f. : il.

Orientador: José Afonso Chaves

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da
Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2022.

1. Religião e Estado. 2. Religião civil. 3. Positivismo.
4. Brasil - História - 1964-1985. I. Título.

CDU 262.7(81)

Pollyanna Alves - CRB-4/1002

AGRADECIMENTO

A Deus pela vida, bênção e proteção. Ao Professor Dr. José Afonso Chaves, pela orientação, apoio, incentivos, confiança e principalmente pela amizade. Estendo esse sucesso as observações pertinentes dos professores Dr. Drance Elias e Dr. Newton Cabral de Melo Neto e ao Dr. José Roberto de Souza. À coordenadora Prof^a Dr^a Zuleica Dantas por seu dinamismo e criatividade em conduzir com zelo nossas turmas em meio à pandemia.

O Deus da religião civil não é apenas bastante utilitário, ele também está no lado austero, muito mais relacionado à ordem, lei e direito do que à salvação e ao amor.

(Robert Bellah)

RESUMO

Este trabalho analisa as relações entre Igreja e Estado durante a ditadura militar (1964 a 1970) dentro do conceito de religião civil proposto por Robert Bellah. O pressuposto metodológico realiza um estudo comparativo entre a religião tradicional e a religião civil no Brasil. O problema que norteou a pesquisa foi buscar no Censo do IBGE a presença da religião civil, seus adeptos e suas ideias. A pesquisa analisou as relações e posicionamentos entre Estado e Religião católica no Brasil por meio dos processos de adaptação e estratégias na dinâmica das transformações culturais de 1960. O resultado revelou que a religião civil foi excluída do Censo pelo critério quantitativo. A religião neste trabalho é entendida dentro de suas múltiplas formas de representação, numa perspectiva imanente em vez de um fenômeno transcendental. Pelo método comparativo descreve uma tipologia interna e externa para a religião, sua origem geográfica, o modelo cultural, a forma de organização social. A tipologia externa expõe a base ideológica da religião civil. Além dos símbolos, foram colhidos os discursos políticos dos três presidentes brasileiros desse período e analisados, a fim de encontrar referências religiosas que apelam ao sentimento religioso.

Palavras-chave: Religião civil. Positivismo. Regime militar.

ABSTRACT

This work analyzes the relations between Church and State during the military dictatorship (1964 to 1970) within the concept of civil religion proposed by Robert Bellah. The methodological assumption makes a comparative study between traditional religion and civil religion in Brazil. The problem that guided the research was to look for the presence of civil religion, its adherents and ideas in the IBGE Census. The research analyzed the relations and positions between the State and the Catholic Religion in Brazil through the adaptation processes and strategies in the dynamics of the cultural transformations of 1960. The result revealed that the civil religion was excluded from the Census by the quantitative criterion. Religion in this work is understood within its multiple forms of representation, in an immanent perspective rather than a transcendental phenomenon. Through the comparative method, it describes an internal and external typology for religion, its geographical origin, the cultural model, the form of social organization. The external typology exposes the ideological basis of civil religion. In addition to the symbols, the political speeches of the three Brazilian presidents of that period were collected and analyzed in order to find religious references that appeal to religious sentiment.

Keywords: Civil religion. Positivism. Military regime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DAS RELIGIÕES NO BRASIL DE 1872 A 2010.....	26
FIGURA 2 – GRÁFICO ESTATÍSTICO DE 1960 A 2000 SOBRE OS SEM RELIGIÃO...29	
FIGURA 3 – GRÁFICO DO VII RECENSEAMENTO GERAL DO IBGE DE 1960 SOBRE AS RELIGIÕES NO BRASIL.....	31
FIGURA 4 – IMAGEM DA CAPA DO DISCO VINIL: BRASIL, CIDADE E CAMPO DE DOM E RAVEL.....	35
FIGURA 5 – GRÁFICO SOBRE OS ELEMENTOS EXTERNOS DOS SISTEMAS RELIGIOSOS DO CENSO DE 1960.....	43
FIGURA 6 – GRÁFICO SOBRE OS ELEMENTOS INTERNOS DOS SISTEMAS RELIGIOSOS DO CENSO DE 1960.....	44
FIGURA 7 – GRÁFICO SOBRE OS ELEMENTOS INTERNOS DA RELIGIÃO CIVIL FORA DO CENSO DE 1960.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AI5 – Ato Institucional nº 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CATM – Conselho de Assistência Técnica dos Municípios

CELAM – Conselho Episcopal Latino Americano

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EMC – Educação Moral e Cívica

FEB – Federação Espírita Brasileira

GS - Gaudium Et Spes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MCM – Meios de comunicação de Massa

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

SNI – Serviço Nacional de Informações

TFP – Tradição Família e Propriedade

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO I: FUTURO E PASSADO DO SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO DE RELIGIÃO.....	17
1.1 Semiótica da significação como proposta.....	21
1.2 Diálogo com as fontes.....	24
1.3 Análise crítica com aspectos semióticos.....	33
2. CAPÍTULO II: TENTATIVAS DE CLASSIFICAR A RELIGIÃO CIVIL DENTRO DE UM QUADRO TIPOLOGICO.....	42
2.1 <u>Relações entre Estado e religião.....</u>	<u>47</u>
2.2 <u>Primeira característica: ordem e progresso econômico.....</u>	<u>49</u>
2.3 <u>Segunda característica: ausência de anticlericalismo.....</u>	<u>52</u>
2.4 <u>Terceira característica: conceito de solidariedade usada para alcançar objetivos nacionais.....</u>	<u>53</u>
2.5 <u>Incorporação de dinâmicas religiosas.....</u>	<u>55</u>
2.6 <u>O trânsito religioso.....</u>	<u>58</u>
3. CAPÍTULO III : POLÍTICA E RELIGIÃO NO CAMPO EDUCACIONAL - CONEXÕES E ESTRATÉGIAS DO ENSINO DE MORAL E CÍVICA.....	61
3.1 <u>Fronteiras e alargamentos entre estado e religião.....</u>	<u>65</u>
3.2 <u>Problema: a existência de minorias religiosas (religião civil) que não aparecem nos censos estatísticos.....</u>	<u>67</u>
3.3 <u>Religião civil e propaganda durante a ditadura militar.....</u>	<u>68</u>
3.4 <u>Em busca de um limite entre domínio religioso e domínio civil.....</u>	<u>70</u>
3.5 <u>Perspectiva política-religiosa do messianismo.....</u>	<u>73</u>

3.6 Análise crítica do discurso (ad).....	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO I TEMPLO POSITIVISTA DO RIO DE JANEIRO.....	94
ANEXO II PUBLICAÇÃO DO ENSINO DE MORAL E CÍVICA PELO MEC.....	95
ANEXO III LEI SOBRE A FORMA E A APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS.....	96
ANEXO IV DISCURSO DO MARECHAL CASTELO BRANCO.....	112
ANEXO V DISCURSO DO MARECHAL COSTA E SILVA.....	115
ANEXO VI DISCURSO DO GENERAL EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.....	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura compreender as configurações acerca do fenômeno religioso na sociedade, com suas múltiplas formas de representação, ora como um fenômeno supranatural, ora como religião oficial de Estado, religião política, religião pública e religião civil. Embora o espírito moderno encare a religião como um fato eminente do social, do ponto de vista da religião é o sobrenatural, o invisível, que transcende a realidade física. As pistas destes fenômenos se encontram em formas variadas: nos mitos, nos ritos ou na sacralidade do espaço. Nesse sentido, este trabalho traz um debate dialético entre religião e sociedade, envolvendo a trajetória de Dom e Ravel¹. A caminhada desses artistas é explorada nesta pesquisa porque a dupla que atuava no ministério de música da igreja católica no Baixo Glicério, em São Paulo, é recrutada para o campo político (Ravel era coroinha e com seu irmão Dom passam a cantar na igreja) e convidada por um militar a se apresentar em shows cívicos durante o regime militar.

Posto isto, cabe destacar que esta dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1: futuro e passado do significado etimológico de religião, é explorada a definição de religião entre as correntes de pensamentos que se apropriam de determinada concepção e passam a pensar o fenômeno a partir da definição conceitual. Optou-se por trabalhar com um conceito de religião fora do mundo sobrenatural porque a perspectiva metodológica se volta para a realidade social. Assim, conceitos clássicos como *relegere*, *religare* e correlatos foram omitidos para que seja possível o entendimento do significado de religião civil.

No capítulo 2: tentativas de classificar a religião civil dentro de um quadro tipológico, a pesquisa traz o resultado estatístico do Censo do IBGE de 1960 sobre as religiões institucionalizadas no país como a religião católica, protestante, espírita, budista, israelita, ortodoxa, maometana e aquelas que não são mencionadas, mas arroladas no grupo “outras religiões”. Este Censo acrescenta todos aqueles que se declaram sem religião e os que não declaram religião alguma. Nesse período, muitos veículos de comunicação com programação religiosa já estão instalados no país - como a Record TV (desde 1953) e a Rede Católica de

¹ Dom e Ravel ficaram conhecidos na história da música popular brasileira através da música ufanista. Os irmãos nasceram numa pequena cidade do Ceará, conhecida como Itaiçaba. À época, a CATM (Conselho de Assistência Técnica dos Municípios) registrou que a cidade não havia se emancipado politicamente. Era mais um vilarejo sem ruas asfaltadas, sem importância arquitetônica ou turística, sem grandes centros religiosos, sem hospitais, casas de saúde ou assistência médica. A cidade encontrava-se isolada sem meios de comunicação como rádios, nem bibliotecas ou jornais (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS, 1969).

Rádio, esta última desde o ano de 1951 - e o monopólio da mensagem na mídia está com os cristãos católicos e evangélicos. Vinculados a canais de TV americanos, os evangélicos reproduzem programas produzidos nos Estados Unidos. Estas programações abordam, além de crenças bíblicas, questões sociais sobre drogas, condutas, aborto, família, pátria e leis. Tais dinâmicas podem, em determinados contextos, estarem em harmonia com o Estado e em outros podem surgirem conflitos de ideias. Quando há uma penetração do Estado na esfera religiosa e/ou vice-versa, é comum os pesquisadores lançarem um olhar sobre o funcionamento institucional do Estado dentro do conceito de religião civil, quando são reproduzidos símbolos e festas cívicas com características e nuances religiosas, isto é, uma variação cambiante com pequenas alterações da prática religiosa.

Como metodologia de análise deste capítulo, optou-se pela semiótica dos símbolos reproduzidas pelo Regime. É feito um levantamento sobre as canções patrióticas e o uso de imagem de personalidades famosas como foi o caso de Dom e Ravel. Esse exercício é importante porque sempre há por trás de uma produção de imagem, ou mensagem pública, um interesse manifesto e outro latente, que não salta aos olhos – conhecido como intenção motivadora. A fim de conhecer a intenção motivadora, a pesquisa mostra o papel das agências produtoras de significados (canal de transmissão), seus idealizadores (fonte emissora) e o público (receptor) a qual se destina. A pesquisa descreve quais foram essas instâncias produtoras, os grupos empresariais interessadas na proposta secular de um Estado laico e plural. As intenções desses grupos de poder podem ser conhecidas através dos valores que são disseminados pelos meios de comunicação. Finalmente, após o levantamento de dados, passa-se à análise semiótica. O ufanismo singular desse período surgia como proposta espontânea, ao acaso, ou competia como alternativa às ofertas simbólicas de movimentos religiosos na TV? Na esteira do semiólogo Barthes (2007) essa questão é problematizada no contexto de uma sociedade aberta ao consumo de bens simbólicos e do proselitismo político.

No capítulo 2, é feito um estudo tipológico das organizações presentes no referido Censo. Sabendo que existem diferentes maneiras de tipificar um objeto, optou-se por um modelo simples de fácil compreensão e adaptando aquilo que se considerava como as categorias mais relevantes na tipificação. Buscou-se compreender qual a sua origem geográfica (fundação e datação) e especulou-se sobre o modelo cultural, se ocidental ou oriental. Além dessas categorias, houve a preocupação em saber se a religião civil possui um corpo hierárquico, ou

seja, sua forma de organização social. Finalizando a tipologia externa, procurou-se conhecer a base ideológica da religião civil.

O objetivo principal deste trabalho se propõe analisar a relação entre política e o conceito de religião civil durante a ditadura militar (1964 a 1970). Muitas pesquisas mencionam a existência, no país, de um elo (nem sempre amistoso) entre religião e o Estado brasileiro desde a colonização. O recorte temporal da pesquisa faz uma análise qualitativa do período ditatorial buscando encontrar ligações de associação do Estado com uma forma secular de religiosidade. As associações se referem à presença da sacralização na política pela transfiguração do sagrado ou ainda quando ocorre a desprivatização da religião, isto é, a saída da religião do fórum privado para a esfera pública.

A fim de atingir esse objetivo, procurou-se estabelecer como questão norteadora saber em que medida os meios de comunicação de massa estavam aglutinados com o Regime militar na anunciação e consolidação de uma mensagem ideológica para a sociedade. Verificou-se a exploração dos símbolos patrióticos ritualizados em festas e hinos cívicos pelo Estado. Pois segundo Rosino (1998) por meio de nuances religiosas o Estado conseguia apresentar sua metafísica e soberania para punir ou penitenciar dissidentes. Como os aportes teóricos de Cruz e Bellah apontam para uma análise do tripé Estado, povo e meios de comunicação, buscou-se em fontes visuais como discos de vinis, fotografias e a bibliografia elementos que sugerem uma experiência de religião cívica no Brasil. Nasser (2006), afirma que o homem é um animal simbólico e por isso está sempre criando linguagens, reformulando mitos e ritos através dos símbolos. Se por um lado o símbolo traz à luz, por meio da representação, o que não é visível, por outro ele pode conferir aura de transcendência a tudo que é imanente. Em geral, o ambiente em que ocorre essa manifestação é a linguagem. Nesse sentido, a linguagem simbólica é a ponte entre o divino e o animal simbólico.

No capítulo 3: política e religião no campo educacional-conexões_e_estratégias_do_ensino_de_moral_e_cívica, a análise recai sobre a introdução do ensino de moral e cívica (EMC) nas unidades de ensino. Além de disciplinas cívicas comporem o currículo estudantil, o MEC, através do ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, elabora um guia de civismo que supostamente doutrinaria a conduta civil. O guia era uma espécie de manual obrigatório para educadores e educandos em todos os níveis de ensino. Segundo o próprio Jarbas Passarinho, a intenção foi educar a juventude até à alma no culto à Pátria através da observação dos direitos e deveres civis, estar em acordo com princípios filosóficos e religiosos

da Constituição e desenvolver a responsabilidade interior. Apesar da separação entre Estado e religião, se percebe a retomada dos laços entre ambos nesse período. A influência da religião dominante ao forjar a moral e os valores serviram de apoteose ao Regime. Em todo caso, o debate sobre a aproximação e distanciamento entre Estado e religião é majorado nesse período entre defensores e avessos ao elo. Há ainda quem proclame a morte da religião ou o florescimento de novas instâncias criadoras de significados.

Para explicar esta pesquisa tomou-se como personagem desse debate a dupla Dom e Ravel. Esta dupla, embora pouco lembrada hoje, surgiu na década de 1960 nascidos no interior do Ceará na cidade de Itaiçaba. Dom e Ravel deixariam a vida simples do vale Jaguaribe para se tornarem ícones da música popular ufanista e reconhecida em todo território nacional. Tornaram-se personalidades públicas dentro da cultura gozando de certo prestígio, inclusive chegando a serem recrutados para o mundo político. É perceptível que os cantores tenham acompanhado a grande migração de pessoas da região Nordeste notadamente a partir de 1950 (ano em que a família de Dom e Ravel deixa Itaiçaba rumo à São Paulo). Antes que Itaiçaba se emancipasse como município independente Dom e Ravel deixaram a cidade ainda crianças. Dom com 6 anos e Ravel apenas com 3 anos. Tal como a maioria dos emigrantes que chegam à metrópole se instalaram na periferia paulistana e se arranjaram em atividades informais (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2014, pág. 10).²

Na periferia de São Paulo, não tinham casa própria e dividiam o aluguel morando em casas pequenas e de cômodos infecciosos, mesmo morando em condições desconfortáveis e precárias encontraram dificuldades para pagar a locação. Com dinheiro insuficiente para pagar as contas, comprar comida, roupas e utilitários, foram repetidas vezes, despejados. Ravel conseguiu emprego em uma padaria e com isso passou a ganhar algum dinheiro para ajudar a mãe que trabalhava como costureira. Mesmo empregado o dinheiro era insuficiente, pois era preciso eleger entre a janta e o almoço, se almoçar não janta e se jantar não almoça (O CRUZEIRO, 1971. p. 234). Durante a ascensão de Dom e Ravel o sucesso com a música *Eu te amo meu Brasil* atrai para os cantores novas relações tanto no âmbito da cultura quanto da política.

² O abandono da terra é em última estância uma medida desesperada que o flagelo lhe impõe. O Vale Jaguaribe é uma dádiva para as comunidades ribeirinhas. É tudo para o nordestino que lhe tira o sustento, mas quando as condições de sobrevivência se tornam penosas e já não consegue ver fartura, não lhe restando alternativa senão buscar os centros das periferias urbanas. E assim, do estado de desconforto social, de pobreza e miséria absoluta, se dá o esvaziamento da população rural, sobretudo nos sertões onde o êxodo rural representa um escárnio ao povo cearense (ANAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1947).

3. CAPÍTULO I: FUTURO E PASSADO DO SIGNIFICADO ETIMOLÓGICO DE RELIGIÃO

O que é religião para que se possa entender o homem em sua dimensão religiosa? Alguns etimologistas defendem que as palavras possuem uma história e que o sentido original das palavras dá pistas do que a coisa é em si mesma. O trabalho de conceituar, além de levar anos de estudos, pode reunir diversos especialistas, filólogos, lexicólogos, e, não raro, um verbete é disputado com intrigas pela verdadeira concepção do termo. Tudo entra em disputa, a origem e a evolução da palavra, inclusão de estrangeirismos, neologismos, mudança de significado, enfim, até a datação da primeira vez que uma palavra apareceu na história é levado em consideração. Para Terrin (2003), apesar dos esforços, não é fácil apresentar um conceito de religião, pois as descrições e compreensões suscitam novas indagações e debates. Para o autor, definir é sintomático e interessada, não é ingênuo porque implica uma escolha entre diversos posicionamentos forjado na necessidade de responder ao problema de pesquisa.

João Batista Libânio (2002) consegue conectar o conceito de religião no limiar entre experiência humana e a experiência religiosa. Nesse sentido, o autor se refere a uma postura radical de enfrentamento ao caos que se vive no mundo pós-moderno. Religião seria a ordenação do caos, o ajuste entre o Criador e a criação. Por meio da participação na religião, sendo igreja, o homem poderia devolver à vida seu ponto de equilíbrio, seu eixo central. O autor sugere que o sentido reflexivo da Religião está na atitude da igreja se perceber como povo de Deus e reagir às mazelas que oprimem a sociedade, como a fome, o desemprego e a violência. Como pode alguém definir-se como cristão quando as estatísticas dos países majoritariamente cristãos sustentam números tão altos de violência contra o ser humano? Religião não pode ser apenas uma nomenclatura, letra morta, pois numa perspectiva transformadora a religião é justiça e política.

Libânio concorda que a religião é paixão, amor e força. No entanto, essa perspectiva sugere que a paixão, o amor e a força sejam levadas em sua radicalidade. Uma dada religião que não seja ponte para a virtude, há tempos cortou seu cordão umbilical com o sagrado. A grande maioria da população está estatisticamente engajada em alguma forma de religiosidade e esse posicionamento, de alguma maneira, é refletido na vida social. Nessa mesma linha de pensamento, Vieira (1989), citando Santo Agostinho, lembra que a igreja foi feita para o homem e não o homem para a igreja. É, pois, necessário religar o homem ao processo criativo, visto que, segundo Libânio, a modernidade passa por uma crise de valores e significados e no meio

dessa crise está o humano como sujeito central. O homem encontra-se dividido entre o secular e a manifestação do sagrado na sociedade. De um lado, instâncias desagregadoras no modo de ser e de ver o mundo e, do outro lado, a manifestação do sagrado nas mais diferentes expressões culturais.

Na contraparte de uma religião laica e racional, Rudolf Otto (2007) afirma que o fundamento da religião é o irracional. Embora o autor concorde que exista a presença de elementos racionais sobre seu funcionamento, a mola propulsora da religião é encontrada no inconcebível, invisível, eterno. Pode-se aprender muito com a religião e ela mesma empresta muito de sua experiência, mas seu objeto, o numinoso não pode ser transmitido, pois segundo o autor, trata-se de natureza não ensinável, não perceptível pelos sentidos. Nem mesmo as palavras conseguem apreender o numinoso a rigor porque está em constante fuga, é superior. Para Otto (2007), muitos esforços procuram possuir o sagrado e redistribuí-lo ao seu modo, mas fundado no irracional o sagrado escapa das esferas materiais.

De acordo com Alves (1999) a religião pode ser estudada, isolada e identificada, mas não se pode negar sua presença invisível. Está ligada às diferentes experiências subjetivas, um espelho em que o homem se vê. Segundo o autor a religião é a manifestação de pensamentos íntimos do homem, de seus segredos de amor com o divino. A religião está no altar, mas também para além dele, está no templo, nas comidas sagradas, exorcismos, procissões, no entanto, não tem um fim no visível. – Estes constituem apenas uma rede simbólica do conceito de religião.

Numa proposta mais contemporânea, a religião vem sendo reduzida a uma instância, subproduto da cultura, isto é, a religião se apresenta a uma dada sociedade conforme o padrão cultural em que está inserida. Embora Eduardo Cruz (2004) admita a existência de elementos culturais modeladores que tornam a religião mais “civilizada”, para o autor essa relação entre sociedade e religião civil brasileira é dinâmica. A penetração entre as duas instâncias é averiguada pelo conceito moderno de religião, ou como sugere Cruz (2004), para repensar a religião como civil. Para o autor, elementos religiosos do cristianismo serviram para consolidar um espírito cívico eivado na adoração, na sacralidade dos símbolos, no rigor dos rituais e uma série de emolumentos herdados utilizados para a sedimentação de um projeto secular. Essa constatação de Cruz (2004) é relevante para a pesquisa porque Dom e Ravel (agentes sociais desse processo) serão incorporados ao projeto de Estado transitando de um lado para outro, do

adesismo religioso católico para o espaço profano de pertencimento secular, mas em todo caso, religioso.

Segundo Robert Bellah (1967), a existência da religião civil é pouco percebida, mesmo que diferenciada das igrejas, sendo bem elaborada e estruturada em sua proposta. Segundo o estudioso, a clara subordinação da nação ao Estado revela a presença de uma tradição religiosa que é central para a religião civil. Até mesmo autores ligados a setores religiosos, como João Batista Libânio (2002), reconhecem a capacidade da religião poder oferecer ao mundo uma ética universal, um modelo de comportamento. Isto é, a religião pode se institucionalizar, assim como o Estado pode constituir um ethos religioso. Muitas igrejas já desenvolvem diferentes papéis atuando como instituições sociais e mesmo que a religião critique o materialismo, ela pode oferecer uma ética global com fundamentos racionais.

Não se pode deixar de refletir que, em grande medida, a definição de religião está ligada a correntes de pensamento. Terrin (2003), por exemplo, apresenta como diferentes escolas tratam o conceito de religião destacando a tendência europeia de linha histórico-positivo para quem não existe uma definição de religião verdadeira, pois, segundo essa escola, a religião deve ser entendida como processo histórico, que vai se constituindo, assumindo analogias e afinidades até ganhar o *status* de religião. Nessa perspectiva, esta escola sugere o estudo sobre a religião numa perspectiva ideológica. Já a Escola de Maburgo, por sua vez, retira de sua preocupação o apego à definição e indica estudar a religião a partir da experiência religiosa, fazer da experiência religiosa o centro de sua busca. Os defensores dessa perspectiva rompem com a ideia de que a religião seja um objeto manipulado e opta por compreender seu significado pela intuição, pela participação, no interior do mundo religioso. Para essa escola alemã, o pesquisador deve se identificar com o universo do homem religioso. Outra escola cuja proposta é influenciada pelo pensador Mírcea Eliade é conhecida como Escola de Chicago. A religião expressa nos diferentes mitos e ritos, as crenças com suas divindades são consequências de uma causa que evidencia a existência do sagrado. Assim como na Escola de Maburgo, aqui também se acentua a experiência religiosa como fator primordial na abordagem do mundo religioso.

Talvez ainda não possa ser chamado de uma Escola de pensamento pela sua recente formação desde o ano de 1967. O Departamento de Estudos Religiosos da Universidade de Lancaster trabalha com a definição de religião influenciada por N. Smart. A religião é entendida como um organismo com várias dimensões, como a dimensão ritual, mitológica, doutrinal; uma outra é a dimensão emocional, outra é a dimensão ética, social e artística (BOTELHO, 2014).

Segundo Terrin (2003), diferentemente de Lancaster, que abraça várias dimensões humanas para explicar o que é religião, uma nova tendência conhecida como grupo de Groninga, rechaça qualquer tentativa de explicar a religião pelo intuicionismo. Primeiro porque o intuicionismo inviabiliza a discussão científica, e, além disso, o grupo de Groninga pretende ser uma corrente crítica ao que denominam de absolutismo teológico. Segundo essa tendência de pensamento, a definição de religião deve ser buscada na própria cultura e não fora dela. “A exclusão de qualquer pressuposto filosófico ou religioso deveria constituir o ponto de partida e o primeiro compromisso para a seriedade da pesquisa” (TERRIN, 2003, p. 48).

Como se faz notar, as disputas pela definição do que é religião não é consensual, no sentido de que inexistente uma definição global e aceita por todos, mas ao contrário, estando longe de encerrar a discussão. Para buscar um conceito de religião civil para este trabalho, foi necessário situar o ambiente em que se constituiu, se natural, social ou sobrenatural. É possível encontrar a religião atuando nesses três níveis (LAKATOS, 1985).³ Devido à perspectiva metodológica, limita-se a compreender a religião dentro do ambiente social, ficando de fora dessa pesquisa debates sobre existência ou não de deuses, duendes, gnomos, espíritos etc., que encerra o ambiente sobrenatural. Nossa proposta é explorar a religião ao nível do ambiente social, preocupada em perceber como o homem se ajusta ao contexto. A compreensão de religião civil nessa pesquisa é entendida como:

[...] um conjunto de símbolos, idéias e práticas que legitimam a autoridade de instituições civis em uma sociedade. Fornece uma fundamental orientação de valores que une um povo em ação comum ao domínio público. É religioso em um sentido amplo que evoca comprometimento [...] expressa o mais forte sentimento de esforço, identidade e destinação. É civil em um sentido amplo, pois lida com as instituições públicas básicas exercendo poder em uma sociedade nação ou qualquer unidade política. Neste sentido, podemos perceber que a religião civil se manifesta nos mais variados espaços públicos, na veneração de heróis cívicos e na valorização dos heróis de guerra [...] (RAMOS; MIRANDA 2007, p. 03).

A partir do conceito de religião civil, pode-se chegar à efervescência coletiva que incorpora o símbolo (totem), o rito e todo um arcabouço simbólico, capaz de erigir nas instituições civis a mesma característica das religiões estabelecidas: legitimar o poder estabelecido e suas autoridades, reassumir os valores comuns, instigar a obediência à lei, colocando-se como servos do soberano.

³ O sociólogo norte americano Robert Bellah recupera o conceito de religião civil para pensar a política e um projeto moral nos Estados Unidos. Segundo o autor há evidências de narrativas religiosas sobre povo eleito, Terra prometida, pais fundadores, etc. na esfera política. Outra questão pontual pode ser verificada nos rituais políticos. Dessa maneira a religião civil seria uma extensão da religião na vida pública (HEIBER, 2020. Religião civil, religião pública e religião política. Disponível em <https://www2.ufjf.br/>. Acesso em 03 de Nov. de 2020).

Como organizar o social sem recorrer a estrutura de organização religiosa hierárquica e centralizada? A resposta pode estar no que Cruz (2015) e Passos (2006) chamam de racionalização da sociedade. Este último afirma que há uma sucessão de estratégias que cada vez mais dispensa o sobrenatural para explicar o mundo e se apoia na ciência ao fundar uma cultura laica e colocando a razão no centro. A racionalização do mundo religioso ocidental provocou o desencantamento do mundo. Isso em parte explica o desencanto com a religião tradicional pelos sem religião. Mas sendo a dimensão religiosa uma característica humana e não dos animais irracionais, esse indivíduo desenvolve uma lógica interna de culto à razão, filiação civil. O poder racional se funda na objetividade de suas estruturas, leis e papéis sociais. Ela não se institucionaliza como as religiões tradicionais, mas está aí através da espontaneidade, participação coletiva de seus membros, euforia do culto.

O padre Antônio Vieira alega que grande parte desse desencantamento foi provocado pela igreja católica:

Durante muito tempo, a Igreja viveu alienada do mundo e do homem. Sempre persistia no conflito entre o temporal e o eterno, entre o material e o espiritual, entre o terreno e o celeste, entre o humano e o divino, entre o sagrado e o profano. Em razão desta estreiteza de visão não se valorizava o homem, o trabalho, a ciência, as artes, o progresso, o lazer, a existência humana com os seus direitos e as suas prerrogativas (VIEIRA, 1989, p. 149).

Para o sacerdote, a igreja e seus representantes conceberam uma visão de mundo caótica. A teologia cristã tradicional, muito influenciada pelo maniqueísmo, estabelecia uma relação dualista e em oposição entre a cidade dos homens e a cidade de Deus (VIEIRA, 1989).

3.6 Semiótica da significação como proposta

É perceptível que em muitos eventos públicos de caráter civil é encontrada algum grau de sincronia com as festas religiosas. Ao ofertar à sociedade valores que não são de caráter religioso, de alguma maneira o Estado busca a distinção e se afasta da religião, podendo rivalizar com ela em diferentes aspectos. Sabe-se que por milênios, religião e Estado pareciam uma só coisa e a separação entre Estado e religião necessitava legitimar a ação política na cidade dos homens, ressignificando suas ações. Para Volli (2007), ao comunicar algo à sociedade este processo desencadeia processos de significação. Durante a comunicação, abre-se a oportunidade de modificar a significação de um objeto. Há inúmeros exemplos de ressignificação de um objeto.⁴ Para O'connell (2016), o símbolo é dinâmico e por essa razão se

⁴ A relação entre política e religião é bem antiga, há exemplos de envolvimento por toda parte. Durante a Segunda Guerra Mundial se cogitou que as ideias extremistas de Adolf Hitler com a ideologia nazista teve inspiração religiosa. Os ritos cívicos que o ditador nazista exibia lembrava em muito a coesão das religiões em torno da criação do senso comum. Alguns estudos sugerem que o nazismo alemão estaria fundamentado na doutrina de

modifica no tempo de acordo com o contexto cultural. O significado deve ser buscado fora do símbolo porque enquanto a imagem permanece estática o significado muda. A cruz cristã é um exemplo de variação de significado. Um dos símbolos mais antigos (com cerca de 100 a 300 mil anos) e mais abrangentes do mundo. A cruz é um símbolo variável porque aparece em todas as culturas e foi utilizada tanto em contextos religiosos quanto seculares.

A significação de um símbolo é a forma mais comum de modificar o seu significado, pois permite sua redefinição. Por outro lado, a significação oculta seu real objetivo, pois “ o destinatário acredita descobrir o sentido de alguma coisa, mas na realidade recebe uma comunicação cuidadosamente elaborada por um emissor” (VOLLI, 2007, p. 20). Durante esse processo, adverte-nos Barthes (2006) que só é possível modificar o significado de algo já definido através do processo de significação. Em semiologia, tudo pode passar pela significação, uma imagem ou até um gesto pode ser modificado com o tempo ou interesse coletivo. Nenhuma palavra, imagem, ato, etc. Mantém a volição de seu significado perpetuamente. Para o autor, isso quer dizer que há um contrato coletivo aceito durante um tempo duradouro, mas que se desvanece posteriormente pelo processo de significação.

Como a religião civil se manifesta perante os grupos quando da necessidade de construir hierarquias sociais e exercer o convencimento por meio de referências religiosas, ela faz o processo de significação no contexto brasileiro ao legitimar o poder do soberano, sua posse, morte e sucessão. A religião civil de inspiração comtiana se desdobrou de maneira diferente no solo brasileiro: o Brasil foi palco de como é possível realizar a institucionalização de uma religião pela significação de elementos religiosos. Nesse sentido, o Brasil foi o único país no mundo em que a filosofia de Augusto Comte se transformou em religião com catecismo, hinários, “santos” e até a construção de um templo no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais. Embora as atividades nesses templos tenham sido suspensas, essas construções testemunham a

uma antiga sociedade secreta da qual o próprio Hitler teria incorporado ideias religiosas de “pureza” racial para legitimar o Nazismo. A sociedade secreta, conhecida como Thule, cujo lema era: Lembra-te que tu és alemão, mantenha o teu sangue puro! - teria inspirado a justificativa para o genocídio de milhões de judeus. A influência dessa sociedade secreta pode ser verificada na utilização do seu símbolo religioso, a suástica, pelo Terceiro Reich (SOCIEDADES SECRETAS, 2016). Para Hitler, diante dos outros povos, os alemães eram da melhor raça humana porque eram os únicos do ramo indo-europeu que não havia se miscigenado com diferentes povos. Segundo Hitler a mistura entre os povos teria contribuído para perda da característica inicial de raça pura e como os alemães descendiam dos povos arianos, Hitler proclamava sua superioridade (Abril Cultural, 1969). Entre historiadores e acadêmicos há um consenso de que Hitler defendia uma ideologia anticristã e anticlerical, mesmo tendo Hitler afirmado em campanhas que era contra o ateísmo, o extermínio de judeus em seu governo contraria o discurso de tolerância. Para esses pesquisadores, Hitler desejava implantar uma ideologia que substituísse o Cristianismo na Alemanha. A definição deste projeto ficou conhecido como religião política. O’connell (2016) lembra que o regime nazista ressignificou a cruz como símbolo do Nazismo ao comunicar ao povo alemão sua ideologia. Nem os brinquedos infantis escapavam da propaganda nazista.

tentativa de expansão do credo secular que, em geral, recrutava militares, intelectuais, maçons e um segmento da sociedade que dispensa crenças em um mundo sobrenatural.

De filosofia da história, o positivismo comtiano transformou-se em religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. O cívico tornou-se religioso: os santos da nova religião era os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política. A mulher adquiriu importância crucial, sempre representada pela figura de Clotilde de Vaux, que, por determinação do mestre, deveria estar presente em todos os templos positivistas. A Virgem católica, alegoria da Igreja, tornou-se no positivismo a Virgem-Mãe, alegoria da humanidade. O novo culto foi minuciosamente descrito. Há um calendário positivista, com 13 meses, cada mês com quatro semanas, cada semana com sete dias. Cada mês e cada dia são dedicados a uma figura considerada importante na evolução da humanidade. O templo positivista deveria exibir a estátua da humanidade em posição central. Haveria também altares laterais, um deles dedicado às santas mulheres (IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020).

Conferir ar de sacralidade ao mundo civil se fazia, na igreja Positivista, pela via da significação. Este processo de significação foi executado por intelectuais diante de um enorme contingente de brasileiros analfabetos. A devoção que milhões de católicos devotavam à virgem Maria encontrava na religião civil Positivista símile devoção à mãe da Humanidade.⁵ O uso de imagens e símbolos, os ritos e cerimônias, e até a arquitetura com altar central, nave e estilo, em tudo lembra um templo religioso. A construção de uma segunda igreja em Porto Alegre pode indicar que os positivistas mais exaltados, e que combatiam a moral cristã, pretendiam fazer proselitismo a fim de conseguir mais seguidores. Em que pese essas considerações, segundo Villa (2014, p. 377), o formato de religião civil, positivista, “deu à ação governamental a justificativa ideológica para as ditaduras modernizadoras (tanto pelo Estado Novo como pelo Regime militar)”. Este modelo civil de religião, segundo Torres (2018), surgia satisfazendo uma demanda significativa de pessoas convertidas – e sua presença no Censo estatístico comprova isso, “como um sistema religioso completo, com dogmas e sacramentos, igrejas e procissões, calendário e imagens, a reproduzir o tipo de religião conforme realiza a igreja católica” (TORRES, 2018, p. 296).

O Regime passou a honrar nomes de importantes vultos brasileiros, inclusive marcando datas comemorativas de alguns deles no calendário cívico. Entre as grandes biografias encontram-se os nomes de militares ou pessoas que deram sua vida pela pátria, tidos

⁵ Anexo I

como exemplos à nação, os mais destacados são: Araribóia, André Vidal de Negreiros, Antônio Felipe Camarão, Henrique Dias, Tiradentes, Maria Quitéria, Antônio João, Manuel Luís Osório, Caxias, Ana Néri, Tamandaré, Pedro II, Visconde de Mauá, Deodoro, Carlos Gomes, Floriano Peixoto, Rio Branco, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Osvaldo Cruz, Santos Dumont e Rondon (VALLE, 1969). A importância dada a esses vultos enfatizava uma tendência em honrar personalidades seculares ligados à política, ao serviço militar e à pátria, caracterizando o apelo à religião civil ao valorizar e venerar os heróis de guerra (RAMOS; MIRANDA 2007).

Está fora de questão se a religião civil é legítima ou não, contudo ao compará-la com outras expressões religiosas se verifica muitas nuances religiosas e flutuações do que se convencionou chamar de religião. Ela se mostra com um modo próprio de ser e de agir, evoca de seus seguidores a fé exclusiva na razão em oposição ao mundo metafísico. Com a razão sacramentada, o direito positivo passou a ser a fonte de poder e, não mais, Deus. A Constituição (universal), em oposição a moral religiosa foi um objeto fundamental para os positivistas consolidarem a ordem. Pela Constituição de 1891 se separa a Igreja do Estado e sob forte influência positivista o art. 72 § 6º declara o ensino público leigo (AZEVEDO. 1981).

1.2 Diálogo com as fontes

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está assessorado por vários estudiosos do fenômeno religioso. Um dos órgãos que oferece suporte é conhecido como ISER (Instituto de Estudos e Religião). Esses pesquisadores agrupam as denominações religiosas em mais de 120 classificações que são distribuídas em nove blocos religiosos principais. Segundo Guerriero (2006), isso é feito porque o surgimento de novas religiões no Censo advém de rupturas com uma tradição já estabelecida, e desde 1960 o surgimento de novas alternativas religiosas só vem crescendo. De acordo com os pesquisadores, é inconveniente classificar como “religiões verdadeiras” ou “falsas” as religiões que surgem como novidades, elas estão aí, dentro da sociedade com determinada visão de mundo e um modo próprio de ser e de viver e devem ser consideradas.

Antes da entrada de pesquisadores do fenômeno religioso no Censo, os resultados eram bastante questionados por religiosos e lideranças que levantavam acaloradas discussões. Os debates ficaram registradas nos documentos censitários e isso explica por que algumas manifestações não entram no Censo. Por exemplo, a inclusão do Espiritismo como religião (ao invés de filosofia) está ligada à defesa e à manutenção do Espiritismo por Carlos Imbassá na Comissão Censitária Nacional de 1939 e registrado em Ata:

O senhor Carlos Imbassaí sustentou o seu ponto de vista, segundo o qual o espiritismo é uma religião e manifestou a satisfação que tinha de ver o quesito em apreço incluído no questionário demográfico do Recenseamento de mil novecentos e quarenta, manifestando-se, ao mesmo tempo, contrário a qualquer discriminação de igreja no documento de coleta (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1952, p. 02).

O advogado, jornalista e escritor Carlos Imbassaí exercia sua influência junto ao Conselho Nacional de Estatística, de onde se deduz que se entre os participantes do conselho houvesse representatividade dos adeptos da religião civil, certamente sairia em defesa de sua religião. O Censo de 1950 traz no quesito de número 11 as religiões discriminadas no boletim censitário, entre eles se lê a religião positivista com 1099 crentes (em 1890, na primeira fase da República, eram 1327 crentes), o equivalente a menos de 0,01% da população total em todas as idades, e daí em diante não aparecendo nos censos posteriores pelo argumento quantitativo, mas, estava lá incluída na categoria “outras religiões”. Nessa categoria estava inclusa a religião xintoísta e o positivismo. O diretor da divisão técnica e do plenário solicita que se considere com base no positivismo o princípio de igualdade de tratamento estatístico para as manifestações religiosas que não aparecem no Censo.

Justo será, pelo princípio de igualdade de tratamento estatístico aos demais cultos religiosos, que também figurem de forma explícita, todos aqueles cultos que tenham tantos ou mais adeptos que o positivismo. Ou então, adotar-se, como princípio geral, que só devem figurar, de forma explícita, os cultos cujo número de adeptos ultrapasse, ou pelo menos atinja, convencionado limite mínimo, por exemplo, um centésimo por cento (0,01%) da população total do País. Tal foi, no Censo de 1940, o caso dos maometanos e dos xintoístas, respectivamente, com 3 .053 e 2.358 crentes (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1952, p. 15).

A religião positivista passa a ser a métrica para as outras religiões que não aparecem no censo estatístico. Certamente se as considerações do diretor da divisão técnica e do plenário tivesse sido considerada, haveria uma amostragem mais completa do fenômeno. No entanto, é importante que o conselho de Estatística seja paritário e conte com a expressiva representatividade dos diferentes credos, a exemplo de Carlos Imbassaí ao sair em defesa do Espiritismo. O lado católico se encontrava representado com o Padre Leonel Franca. Outro importante intelectual que participou do conselho foi Elmano Cardim, membro da Academia Brasileira de Letras. Esses intelectuais decidiram os critérios sobre a religião professada no Censo, o uso do termo protestantismo, discussões sobre os questionários e a abordagem dos recenseadores. Os critérios deste conselho foram mantidos no Censo de 1960 – objeto desta pesquisa.

Agora são apresentadas as religiões institucionalizadas que aparecem no Censo. Em 1960, o Censo demográfico era a única fonte de pesquisa que cobria o extenso território brasileiro sobre as religiões no país. A coleta das informações era realizada no domicílio do entrevistado e perguntando a pessoa qual era sua religião (quesito aberto), sendo a declaração registrada pelo recenseador. O quesito aberto permitia detalhar o pluralismo religioso na sociedade, suas características morfológicas e genealogia. Comparativamente a dados anteriores, o Catolicismo, no ano de 1960, já mostra uma perda significativa no número de seus adeptos, embora seja a declaração da maioria dos brasileiros (TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS, 2004). Interessa à pesquisa as décadas referentes aos anos de 1960 e 1970, conforme o gráfico abaixo:

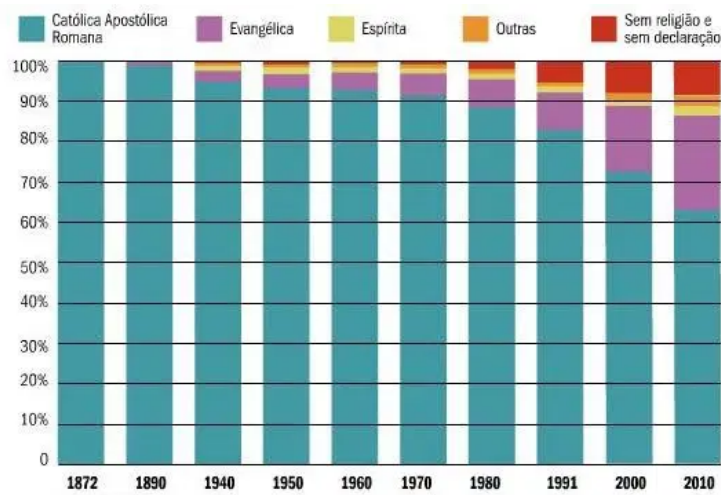


Gráfico 1 – Mapa das religiões no Brasil de 1872 a 2010. Fonte: Recenseamento do Brasil 1872/1890, IBGE (2010).

Nesta estatística geral sobre o mapa das religiões no Brasil, de 1872 a 2010 é visível o quanto a religião católica vem perdendo fiéis significativamente desde a década de 1940. Perder fiéis pode significar, entre outras coisas, deixar de exercer sua hegemonia em muitos aspectos da sociedade como a política, a educação, os costumes e outras dinâmicas sociais que a igreja católica exercia desde o império até a República. O declínio do catolicismo remete a outro fato notório que é o crescimento de segmentos antes considerado minoria, como o segmento evangélico, espírita e outras denominações religiosas. Defronte à emergência das minorias religiosas, o seguimento sem religião e sem declaração indica o crescente avanço de pessoas indiferente com a religião em um país que já teve o catolicismo como religião oficial. Isso merece uma atenção sobre a mudança das tendências, se motivada por processos seculares ou existência de um indivíduo não-religioso.

De acordo com a coleta de informações do Censo nacional de 1960, o recenseamento considerou para fins de registro as características pessoais do brasileiro ao investigar o tipo de união conjugal das famílias e a duração do casamento, fecundidade, se eram casados no civil ou no religioso, se proveniente de união estável, separados ou solteiros. Outras tabulações como a situação dos domicílios e a sexualidade, cor, idade, nível de instrução, naturalidade, nacionalidade e, além do fator econômico, a religião praticada pelos brasileiros e emigrantes.

Neste que é o sétimo recenseamento geral do Brasil, fica evidente a presença de religiões de migração, isto é, aquelas que vieram de fora do país, de outros continentes e aqui se instalaram, compondo um mosaico da diversidade cultural do povo. O documento não especifica se no item “outras religiões” estão presentes as manifestações religiosas indígenas e africanas, supõe-se que sim.

Neste capítulo, buscou-se identificar as ofertas simbólicas desse período, mas nem todas estão contempladas pelo critério utilizado no Censo. As religiões que aparecem são o Catolicismo (romano e ortodoxo), Protestantismo, Espiritismo, Budismo, Islamismo (classificado no Censo como maometanos, embora essa classificação não seja aceita pelos praticantes do Islã que entendem como sendo uma redução de sua religião a uma origem humana (UMA BREVE HISTÓRIA DE RELIGIÕES E DE FÉ, 2015), Judaísmo (israelitas). Todas estas religiões vieram de fora do país pelo processo de migrações religiosas.

Migrações religiosas constituem um fenômeno antigo. Além de embasarem as tradições locais em que surgiram, estas movências são capazes de difundir seus ensinamentos e ampliar seu número de seguidores pelo mundo. Essas denominações mostram que a fé é itinerante e tem consequências políticas onde se instalam. As religiões universais, como classificam alguns autores, referem-se as cinco maiores religiões do mundo em número de adeptos. São elas, o Hinduísmo, o Budismo, Judaísmo, Cristianismo e o Islamismo (HART-DAVIS, 2009). Segundo o autor, as migrações religiosas favorecem mudanças nos padrões regionais quando outras culturas as adotam.

Dentro da perspectiva das migrações religiosas, o Catolicismo (que é a religião da maioria dos brasileiros segundo o IBGE) chegou ao Brasil pelo processo de colonização portuguesa. A Igreja católica está presente desde sua saída de Lisboa, para ser exato, numa segunda-feira do dia 09 de março do ano 1500 até desembarcar nas novas Terras numa quarta-feira do dia 22 de abril do mesmo ano (LIMA, 2001). A esquadra portuguesa trazia a bordo 17

missionários (oito franciscanos e 9 padres seculares) junto à tripulação de 1500 pessoas e 13 navios. Segundo o autor, atividades políticas e religiosas se misturavam desde a colonização e essa feição era naturalizada pelos povos da época em que o Papa exercia o papel de supremo juiz e concedia privilégios aos soberanos (VIEIRA, 2006). O Espiritismo, por sua vez, também veio de fora:

O Espiritismo, com seus 977.561 seguidores conforme o Censo, é uma doutrina religiosa que veio para o Brasil através de brasileiros que estudavam na Europa em meados do ano de 1884. Segundo a Federação Espírita Brasileira (FEB) o número de adeptos no país não é maior porque muitos católicos e protestantes que frequentam os Centros não respondem ao Censo como Espíritas. Ainda assim, o Brasil é o maior reduto do Espiritismo no mundo. O Espiritismo também é praticado pelos seguidores da Umbanda e pelo Candomblé (BARBERO, 2014 s./p.)

Por exemplo, nessa classificação de religiões universais, o Budismo veio para o Brasil atracando no Porto de Santos no dia 18 de junho de 1908. A bordo do navio Kasato Maru, uma tripulação de 781 imigrantes que vieram do Japão para trabalhar no cultivo do café em substituição da mão de obra escrava. O monge Ibaragui Nissui foi o primeiro monge a chegar ao Brasil e disseminar a prática do Budismo (BARBEIRO, 2014). Em pouco mais de 50 anos o número de budistas salta para 179.464 em 1960. Aqui se faria notar a influência do Budismo para a cultura brasileira no encorajamento do trabalho assalariado e como substitutivo da mão de obra escrava, paralela ao processo de desenvolvimento do capitalismo no país. A dispersão dos escravos nas fazendas de café criava vagas de emprego para produção desta cultura, sobretudo em Minas Gerais.

As primeiras colônias religiosas garantiram aos seus membros as condições de sobrevivência através de relacionamentos que funcionava como redes de segurança social. Essas redes favoreciam a inclusão de novos emigrantes ao mundo do trabalho ao passo que criava oportunidades. O crescimento do número de evangélicos na América Latina, oriundos do protestantismo, é um exemplo do sucesso dessas redes. As redes contribuíram para a inclusão de muitas pessoas pobres e desfavorecidas, incluindo mulheres e negros no mundo do trabalho. As redes religiosas funcionam como nichos de ajuda mútua. Além de fornecerem alimentos, socorro, roupas e conhecimento ao seu grupo étnico ou religioso, promovem o desenvolvimento local (GUIA DE RELIGIÕES, 2017).

Persiste entre as religiões do Censo de 1960 grupos denominados “Sem Religião” e outro “Sem Declaração”. Estes dois últimos são colocados por alguns autores dentro de propostas secularizadas, isto é, expressões de negação ou desfiliação das religiões tradicionais,

mas que propõem o secular como alternativa. McDowell e Stewart (1982) observaram que as dinâmicas de grupos desligados de qualquer forma de força sobrenatural, adoração e liturgia (por essa razão são chamados de seculares), pretendem ser, segundo esses autores, uma alternativa ao Cristianismo.

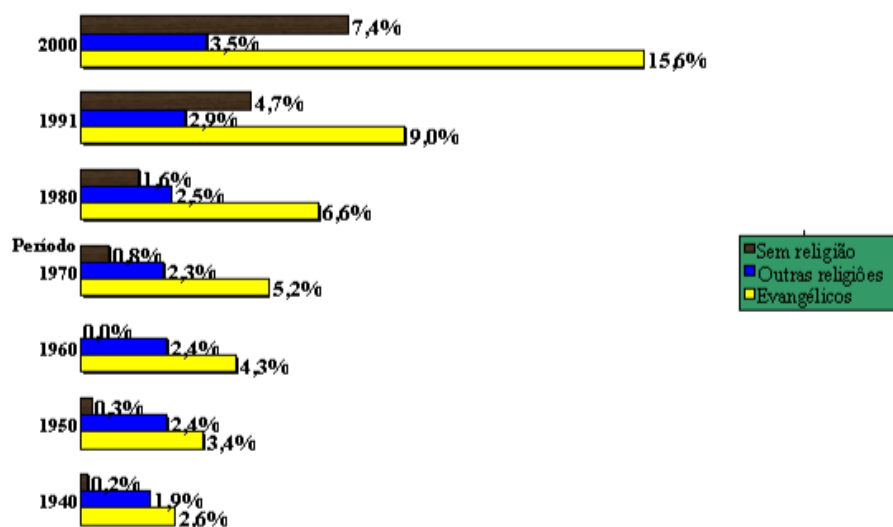
No entendimento desses pesquisadores, instâncias políticas secularizadas são consideradas religiões porque oferecem cosmovisões uniformes, estão preocupadas com questões de existência como a vida e a morte, tem seu próprio “Livro sagrado” e “sacerdote” que o interpreta ao seu respectivo público. Para os autores:

marxismo e humanismo secular, parecem ser cosmovisões e sistemas de pensamentos completos em si. São os substitutivos seculares do Cristianismo e já estão bem mais próximos da definição de religião (McDowell; Stewart, 1982, p. 10).

Merece ser destacado que indivíduos que se identificam como ateus, agnósticos ou céticos são incluídos no item “Sem religião” ou “Sem declaração” por não carregarem alguma nomenclatura que os definam.

No próximo gráfico, elaborado pela Rever/Puc – SP, é possível verificar a oscilação no número de pessoas que se declaram sem religião:

Gráfico 2 – Gráfico Estatístico de 1960 a 2000 sobre os sem religião.



Fonte: REVER – Dezembro – Ano 2008, pucsp.br

As pessoas que se declararam sem religião em 1960 não atingem nem 0,1% considerando o Censo anterior, que foi de 0,3%, saltando no ano de 1970 para 8%. O Regime militar que se levantou em 1964 poderia ter influenciado na opinião dos brasileiros, pois como se percebe nos discursos e documentos oficiais do governo, há um tácito posicionamento favorável ao catolicismo. Após o fim da ditadura e com a democratização do país nos anos seguintes, o segmento sem religião só vem crescendo, enquanto o catolicismo declina. De acordo com Cruz (2015), os censos demográficos funcionam como um caleidoscópio e, nesse sentido, o mundo tem avançado rumo à secularização. O autor observa nos índices censitários a escalada do segmento sem religião. Indivíduos que não estão vinculados a instituições religiosas tradicionais, mas se consideram religiosos. Outro fator parece estar ligado ao maior número de alternativas religiosas, coexistindo com um Estado laico em que a ciência, a tecnologia e o pensamento racionalizado dispensam a participação da esfera religiosa na esfera pública.

Além disso, o aumento do número dos que se declaram sem religião, ou ateus, relaciona-se com o processo de secularização. Mas, Cruz (2015) não aceita a existência de um indivíduo neutro em matéria religiosa. O que ocorreria, segundo o estudioso, é a reocupação dos espaços religiosos por propostas cada vez mais secularizadas. Fazendo uso da teoria clássica da secularização, o autor interpreta a secularização como processo gradual. O termo religião secular, em geral, é aplicado como proposta emergente ou substitutiva das religiões tradicionais. É a substituição da forma transcendente pela imanente com a presença do religioso de modo transfigurado. A ciência e a tecnologia figuram ao mesmo tempo como secular e religiosa ao evocar a efervescência coletiva – um dos traços característicos da religião civil.

A fim de encontrarmos esse traço de efervescência coletiva, apresentamos as religiões divulgadas no quadro abaixo de acordo com o critério utilizado pelo Censo de 1960, ao considerar apenas as denominações com maior número de adeptos no país. Pelo critério do Censo, foram alocados no grupo *Sem religião* as pessoas que declararam não ter religião, já as pessoas que não apresentaram resposta foram incluídas no grupo *Sem Declaração*. No caso das crianças, foram incluídas como pertencentes à religião materna. O recenseamento de 1960 se utiliza do mesmo critério do ano de 1950, mas traz novidades em relação a todos os Censos anteriores, como, por exemplo, a preocupação com a posse de eletrodoméstico como rádios e televisores pelos brasileiros. Mais que isso, traz no rol de ocupações de serviços do Censo os locutores, operadores de radiodifusão e cinematográficos – profissões que emergem da

indústria de telecomunicações –, colocando os religiosos como ocupação afins desses serviços. Um novo cenário se apresenta com a abertura aos bens simbólicos e a difusão de transmissão de televisores no país, descrita por alguns teólogos como igreja eletrônica.

Além da presença de religiosos na indústria de telecomunicações, o Estado passa a explorar símbolos patrióticos acenando ao espírito cívico. A bandeira nacional adotada pela religião positivista desde 1889 é mantida pelo presidente Médici mediante a Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968. Além da bandeira nacional, outros símbolos como o hino, as armas e selos nacionais recebem importantes significados e reverência na forma da Lei pelo Congresso Nacional, constituindo um agravante sua violação (LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS, 1971). A necessidade de muitos religiosos interessados na concessão de canais de televisão pode ter contribuído para a aproximação da religião com o Estado. Bastide (2006) lembra que a industrialização da sociedade (uma pauta fortemente defendida pelos positivistas) contribuiu para o desenvolvimento do pensamento racional na sociedade responsável pela desintegração da solidariedade comunitária. A escola laica foi mais uma das consequências implementadas que rivalizava com a formação das escolas sobre influência religiosa. Mais que isso, tirava cada vez mais das igrejas seus adeptos e os rebanhavam.

Quadro 1 – Gráfico do VII recenseamento geral do IBGE de 1960 sobre as religiões no Brasil

VII RECENSEAMENTO GERAL – IBGE 1960			
RELIGIÃO	Homens	Mulheres	Total
CATÓLICOS ROMANOS	32.589.032	32.740.486	65.329.518
PROTESTANTES	1.390.113	1.434.662	1.436.052
ESPÍRITAS	483.335	494.226	977.561
BUDISTAS	95.957	83.507	179.464
ISRAELITAS	49.311	886	96.197
ORTODOXOS	26.845	21.556	48.401
MAOMETANOS	5.150	2.595	7.745
OUTRAS RELIGIÕES	174.251	165.328	339.579
SEM RELIGIÃO	226.277	127.330	353.607
SEM DECLARAÇÃO	19.275	15.244	34.519

Fonte: IBGE, Série Nacional, Vol.1, Departamento de Estatística de população 1960 (Adaptado pelo mestrando com base na fonte)

Dentre as ofertas simbólicas presentes no referido Censo do IBGE, o Cristianismo impera em número de seguidores. Dele se serviu o Estado brasileiro, na criação de referências de valores morais para a sociedade. Assim, ao privilegiar a moral cristã, o Estado denega as demais religiosidades presentes no censo. No aspecto do matrimônio, o Estado privilegia a monogamia, excluindo a moral islâmica presente no país com seus 7.745 adeptos. A doutrina islâmica difere da cristã sobre a união conjugal, por ser favorável à poligamia. Segundo Da Mata (2000), a maneira como a sociedade organiza politicamente as demandas sociais, permite-nos revisitarmos o conceito de religião civil. Outro aspecto da religião que o Regime militar assume em documentos oficiais do governo é a presença do monoteísmo (aceito por judeus, católicos, islâmicos, protestantes e espíritas, juntas essas religiões correspondem a 67.847.073 defensores da ideia de que existe um Ser supremo a quem todas as criaturas estão subordinadas). Essa escolha deixa de fora aqueles que não creem na existência de Deus, como manifesta a doutrina budista com os seus 179.464 adeptos no país.

Para ampliar essa exposição de proximidade e afastamento, tome-se como exemplo a coesão social que se verifica na prática religiosa. Na maioria das organizações religiosas, seja nos cultos, missas e adjacentes, a crença em um único Deus estabelece no âmbito das relações sociais uma espécie de inibidor de conflitos entre seus adeptos que se pauta em valores religiosos assimilados, “somos todos irmãos”, “Deus é nosso Pai,” “desobediência e castigo”. A religião dominante e seus princípios agem sobre atitudes individuais e coletivas. “A influência da divindade dominante em minha mente determinará minha decisão” (CAMPBELL, 1990). No dizer do autor, as concepções religiosas atuam sobre minhas ideias e atitudes; a religião tem essa força e o Estado sente que não pode criar coesão social ou instalar sua ideologia sem recorrer à religião. Nesse sentido, a difusão de valores comuns para um povo, tende a levar em consideração a tradição deste mesmo povo, e esses valores religiosos pulverizam tanto o espaço político quanto as relações civis (RAMOS; MIRANDA, 2007).

Isso fica evidente quando o Estado civil cria as normas jurídicas com base nos valores tradicionais, obrigando seu cumprimento e condenando as condutas desviantes nos casos em que as normas são desrespeitadas. As condutas indesejadas que foram há muito estabelecidas por instâncias religiosas (amar o próximo, não matar, não roubar, não desejar a mulher alheia etc.) podem encontrar nas normas jurídicas seu guardião incontestado. O Código Penal Brasileiro condena todas essas violações de condutas que foi recebida pela Tradição religiosa dominante. Pode-se, diante disso, estabelecer como tipologia dominante a influência da religião cristã.

Evidentemente que essa percepção não é nova, ela não surge em 1960, mas que há um continuum nas relações entre Estado e religião desde o período colonial, que Da Mata (2000) aponta como o período chave da religião civil.

1.3 Análise crítica com aspectos semióticos

Não se pode negar a existência de um conteúdo simbólico que uma farda, um brasão, selo e seus significados encerram sobre a consciência individual e coletiva. A simbologia de um desfile cívico, por exemplo, pode provocar um estado hipnótico de algo visível (as armas, carros de guerras, etc) capaz de ocultar o invisível (intenção do ato, um conceito ou determinada ideologia). Nele está presente o comportamento e uma ética de submissão, a exemplo do cristianismo, mas não mais ligado a ele, pois o Regime é quem deveria orientar os valores comuns do povo.

Há uma dualidade nos símbolos que estabelece uma relação de semelhança e ao mesmo tempo revela diferenças. A comemoração de festas civis pelo Estado realiza a ocorrência de um evento real como o nascimento da nação. São festas cheias de significados que procuram dar sentido à vida coletiva. É próprio do homem buscar o sentido das coisas e o momento das festas cívicas proporciona esse encontro. A festa da Independência é um rito de passagem que comemora a morte do antigo regime colonial e o nascimento do novo regime. Ele é sagrado, pois tem como referência o poder e a força da onipotência divina, ordenar o caos e controlar a ação humana. Esses ritos cívicos têm como eixo central certa sincronalidade com as ações, cenários e dramatizações do universo religioso, não surgem, portanto, fora desta influência (DA MATA, 1986).

O símbolo é peça essencial no processo de comunicação e similaridade. Enquanto há símbolos que podem ser reconhecidos globalmente, outros só podem ser acolhidos dentro de seus limites geográficos, religiosos, histórico ou cultural. De modo que um policial à paisana não goza de *status* e autoridade quando não está revestido pelo símbolo que a farda carrega. Quando as pessoas se levantam para reverenciar um sacerdote durante o rito litúrgico ou em respeito ao juiz em um tribunal, essas atitudes ocorrem, segundo Campbell (1990), porque essas profissões foram significadas desde tempos mitológicos, onde os símbolos operaram e são reatualizadas pelos ritos. Segundo a simbologia, a origem da palavra símbolo vem do grego *symbolon*, e significa ligar, atar junto (a alguém ou algo), um significado próximo da definição

latina de religião. Essa similaridade com a religião aduz ao pensamento de que instâncias laicas podem atuar no campo secular se utilizando de nuances religiosas (AMARAL DE ROSA, 2009).

A partir do golpe de 1964 o Regime militar ligado a instâncias internacionais aprofunda novas estratégias de controle ao tentar uma aproximação com a cultura popular por meio da música ufanista. Segundo Guerriero (2006), há uma tendência da sociedade em encontrar novos elementos de controle fora da religião. Segundo esse pensamento, a religião vem perdendo espaço em sua função pública ao lado do Estado, enquanto o Estado se emancipa da religião, adequando-se a um mundo mais racional e científico, despojando-se do sobrenatural.

Entre os símbolos explorados pelos militares para dar legitimidade ao que era ilegítimo, destaque-se a exaltação da bandeira e dos heróis pátrios. Nestes eventos havia todo um esforço de inculcar o ufanismo na população e essas práticas institucionais contavam com o arcabouço jurídico por meio de decretos e leis: obrigatoriedade do hasteamento da bandeira nas escolas, desfiles militares e escolares, educação voltada para o civismo. O significado profundo dessa política está em deslocar o papel da religião e sua visão de mundo para a função exclusiva do Estado. “O desfile militar apresenta uma dramatização da guerra – do mesmo modo que a procissão dramatiza as hierarquias celestes” (DA MATA, 1986, p. 59).

Como está demonstrado por diferentes pesquisadores, a bandeira brasileira é uma inspiração dos positivistas preocupados em consolidar a religião da humanidade no país. A bandeira é um signo que visa ser reconhecida e compreendida de imediato por quem a vislumbra. Este signo opera na consciência, causando uma impressão, um sentimento *in totum*, isto é, tudo que um indivíduo tem como valor é arrancado de dentro de sua mente para fora através do signo. No momento da apresentação do signo, ele revela a consciência imediata e frágil, a impressão que o signo causa ao vê-lo trás à tona o sentimento. Em semiótica, segundo Reis, Ferneda e Almeida (2020), o hino nacional é um símbolo que representa para os brasileiros o Brasil. As diferentes ideias convencionais e contrárias do povo brasileiro estão reunidas nesse símbolo que tem o poder de ligar e representar. Porque tem a força de sintetizar conceitos e pensamentos, isso faz do hino um símbolo que apela à consciência imediata.

Diante do hasteamento da bandeira entoando o hino nacional em um evento, tudo que está imediatamente presente à consciência de alguém é tudo aquilo que está na sua mente no

instante presente (AURÉLIO THOMPSON, 2017). O uso do recurso desses símbolos (bandeira e hino) provoca no indivíduo um sentimento manifesto pela consciência imediata (primeiridade). O comportamento individual é embalado pelo coletivo, similar ao que ocorre nas igrejas. Nessas circunstâncias, a consciência individual fragiliza-se, é espontânea e o Eu cede lugar ao Nós pelo imediato, dissolve-se na compreensão do que vê no símbolo (AURÉLIO THOMPSON, 2017). Para O'connell (2016), a bandeira é um exemplo em que todos os elementos presentes nela são simbólicos: as cores, os desenhos, o tema. Todos esses símbolos podem atuarem em conjunto ou sozinhos e ainda podem ser acrescentados novos elementos como, por exemplo, as canções patrióticas. Segundo Fucci-Amato (2012) as canções patrióticas cumprem funções coletivas como o interesse por assuntos cívicos encorajando a atitude das pessoas. Para a autora, a canção patriótica funciona como um mecanismo difusor de valores morais e ideais patrióticos.

Figura 1 – Imagem da capa do disco de vinil: Brasil, cidade e campo de Dom e Ravel. Fonte: www.recantocaipira.com.br (2021).



Além do hino nacional, os militares criaram agências de propagandas, ligavam-se a instâncias de divulgação de massa, como rádio e Tv, e apropriaram-se de canções de sucesso no país para divulgar o Regime. O caso mais conhecido é o uso das canções de Dom e Ravel que, em linhas gerais, é feita uma análise semiótica de duas estruturas presente no vinil da dupla. Essa especificidade mostra o caráter inovador da religião civil no Brasil, apesar de manter o cordão umbilical com a religião civil no período monárquico.

A primeira estrutura que incide desta análise é entender o que a imagem comunica ao receptor, isto é, como uma estrutura imanente na produção de uma imagem reproduzida em milhares de cópias se comunica com a estrutura do texto, com o título e a legenda presentes no vinil. Se cumpre apenas a função de ouvir a música, por que adornar com estruturas textuais um elemento fotográfico? Haveria outra função além de entreter? Para o semiologista Roland Barthes (2006), entre emissor e receptor há certo cruzamento de comunicações entre as partes

em que a interação entre eles, em muitos aspectos, são determinadas pelo emissor como na definição de atitudes, motivação, tentativa de ligar um ethos de grupo à sociedade geral.

Para Barthes, pelo menos três partes se apresentam na imagem como texto (em semiologia toda representação é um texto passivo de ser lido e interpretado). A primeira parte destacada pelo autor é a fonte emissora. A fonte emissora está encarregada de apresentar uma marca, ideia ou mensagem ao público. De acordo com o conceito, a fotografia do vinil teve como fonte emissora a gravadora Copacabana. Interessa-nos pontuar que a imagem como se apresenta é o resultado de uma equipe técnica com fotógrafos, analista e editores alinhados com o Regime militar na divulgação de hinos ufanistas para o Brasil (A MENSAGEM FOTOGRÁFICA, 2013).⁶

Um dos grandes empresários interessado é o manager da gravadora Copacabana, conhecido como Silvio Santos, o empresário foi aluno da escola de paraquedismo da aeronáutica do Rio de Janeiro e seu canal de Televisão foi uma concessão do presidente João Figueiredo (ambos ex-alunos da escola de paraquedismo de Realengo). A explicação de Barthes, segundo o qual um canal de transmissão é uma importante fonte de divulgação de mensagem, faz-nos compreender como a música ufana se disseminou com tanta força no país. Durante o período ditatorial, Dom e Ravel serão visualizados como indivíduos-chaves potenciais pelo empresariado brasileiro, a gravadora norte-americana RCA e pelo próprio governo brasileiro. Uma relação não ingênua, embora desigual e autoritária lastreada no poder dos mais fortes.

A Escola Militar de Realengo foi criada em 1913 com o objetivo de unificar as escolas de guerra. Essa instituição serviu de centro difusor do positivismo no país, pois, segundo Santos (2004), muitos de seus professores eram positivistas convictos, como Cândido Rondon, Tasso Fragoso, Antônio Prestes e Horta Barbosa. Segundo a autora, as obras do positivista e filósofo Alberto Torres eram, nessa instituição, amplamente, lidas, debatidas e “o ideário dos jovens militares continuavam apontando para a ideia positivista de que a Nação deveria ser dirigida por técnicos e não pelos políticos que desorganizam o país” (SANTOS, 2004., p. 79-80).

⁶ BARTHES, Roland. Disponível em <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/barthes-amensagemfotogrc3a1fica.pdf>. Acesso em 17 de Nov. de 2019).

Para Santos (2004), as ideias positivistas nunca foram sepultadas no país e o positivismo ressurgiu em 1964 como Golpe Militar sob o argumento de reconstrução e reorganização da sociedade. Com a morte de Comte, o positivismo ficou dividido em duas correntes principais: uma influenciada por Benjamin Constant, voltada para a Escola Militar, e outro positivismo de linha ortodoxa, que recrutava civis para ganhar adeptos e divulgar a doutrina, como foi o caso do governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos.

O SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) foi um importante canal de transmissão das músicas de Dom e Ravel. O canal de transmissão para o semiologista Barthes é a empresa interessada na foto, sua divulgação e popularização da mensagem. A imagem é complementada pelo título Brasil, cidade e campo (que é a estrutura textual) e pode significar desde as forças econômicas ligadas à agropecuária (campo) – um dos incentivadores da carreira da dupla como é o caso da Ultrafértil -, até as tentativas de diminuir as tensões entre os que vivem na cidade e os que vivem no campo seladas pela política regionalista.

Entre as canções da dupla que despertava o espírito cívico, destaque-se a canção *Eu te amo meu Brasil*. Essa música era tocada em eventos militares, mesmo após entoado o hino nacional. Embora a letra não exalte o governo militar, ela foi minuciosamente utilizada para legitimar o poder, pois a letra contrariava a realidade social que os brasileiros enfrentavam. Quando combinada com a propaganda do governo militar: “Brasil ame-o ou deixe-o”, pode-se analisar semioticamente que esse paradoxo descarta que o Regime estivesse despreocupado com a cultura, mas se utiliza dela para legitimar suas práticas perante a opinião pública.

Segundo Diniz e Cunha (2014), a campanha ufanista “Brasil ame-o ou deixe-o” foi a mais conhecida de uma série de campanhas do governo Médici, mas a música foi um símbolo compartilhado de grande alcance.

As praias do Brasil ensolaradas
O chão onde o país se elevou
A mão de Deus abençoou
Mulher que nasce aqui
Tem muito mais amor

O céu do meu Brasil tem mais estrelas
O sol do meu país mais esplendor
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras
Vou plantar amor

Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul, anil

Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil

As tardes do Brasil são mais douradas-mulatas.
Brotam cheias de calor
A mão de Deus abençoou
Eu vou ficar aqui
Porque existe amor

No carnaval os povos querem vê-las
No colossal desfile multicolor
A mão de Deus abençoou
Em terras brasileiras
Vou plantar amor

Adoro meu Brasil de madrugada
Na hora em que estou com meu amor
A mão de Deus abençoou
A minha amada vai comigo aonde eu for

As noites do Brasil, tem mais beleza
A hora chora de tristeza e dor
Porque a natureza sopra e ela vai-se embora
Enquanto eu planto o amor.⁷

O uso de músicas para despertar o senso de pertencimento e ufanía ajuda a compreender a sincronidade entre religião e Estado ao compartilhar a mesma base comum, um único mundo (*unus mundi*), ou seja, uma tentativa de criar unidade pelo compartilhamento de um símbolo cultural ou musical. A sincronidade é descrita como coincidência de eventos que não ocorre acidentalmente. No campo religioso, a sincronidade ajuda encontrar as semelhanças entre rito religioso e práticas seculares (O'CONNEL, 2016).

Segundo Volli (2007), a significação não acontece de bruto, existem processos que vão engrenando no objeto uma sequência de ações, apresenta novos valores e ressignifica através de narrativas. No processo de significação musical, o autor destaca duas fases de interpretação. Assim como um texto, a música recebe várias interpretações em ambas as fases, sendo a primeira a fase de interpretação feita pelo próprio executor (compositor). As intenções, referências e o porque ao escrever a canção se encontra nessa fase. A segunda interpretação é a maneira como o ouvinte recebe o texto musical. A significação musical “ faz do texto musical o resultado de um complexo entrelaçamento de estratégias que envolvem diversos sujeitos e diferentes pontos de vista” (VOLLI, 2007, p. 292).

⁷ Cf. IMPERIAL, Rejane. Disponível em: [Eu Te Amo Meu Brasil - Dom e Ravel - LETRAS.MUS.BR](http://LETRAS.MUS.BR) . Acesso em 25 e Mar. De 2020.

Para o entendimento do uso da canção *Eu te amo meu Brasil* e sua ressignificação, foi perguntado à filha de Dom se os cantores faziam músicas para o Regime e porque criaram *Eu te amo meu Brasil*. Kelly mora em Fortaleza-CE, é cantora e atendeu a essa entrevista presencial antes das restrições impostas pela pandemia por Covid-19.

Eu sou uma filha que queria ser artista, não como Rejane ou até minha mãe – que é a minha mãe Materna [...]. Eu fui criada pela irmã do meu pai, a Eva. Eu sou filha da Eva porque com pouco tempo meu pai tinha que viajar e eu fiquei com ela. E vivi o declínio, assisti cenas deploráveis, se você conversar com a filha, era interessante você também ter conversado com a Priscila, filha da Rejane que tem já uma outra visão do pai, do Ravel, como era o Ravel.

Mas eu sou uma pessoa que guarda a memória do meu pai, eu sou a detentora jurídica das maiores músicas do meu pai. As maiores músicas quem compunha quase todas as músicas era meu pai(...). Meu tio era intérprete, quem fazia as músicas era meu pai, ele letrava, letrava e musicalizava. Meu tio tem muitas coisas que ele opinou de forma correta pro meu pai e eu achei que meu pai foi errado e outras coisas ao inverso.

E...o apartamento, a quitinete na Tabatiguera, aonde ele fazia, aonde ele compunha, por que compôs eu te amo meu Brasil – pra não parecer que era ufanista. Se teve música encomendada pelos militares? – teve uma. Teve várias músicas contra, eles realmente foram perseguidos dentro de uma concepção. Como era que meu pai queria seguir a carreira falando das diferenças de classe sociais – foi isso que lascou ele todinho porque existia uma necessidade dos militares e eles pegam um momento [...] e quando tá decaindo tudo [...] meu pai e meu tio ficaram perseguidos pelo pessoal de centro, meio e direita. Não tinham onde cantar. Pegaram uma briga faraônica com Silvio Santos de mais de nove anos, foi levado ao supremo tribunal federal.

Eu tenho endereços. Eu tenho tudo até como foi feito *Eu te amo meu Brasil*, tenho historiografado também isso. Um historiador que, antes de meu pai morrer, ele fez um aparato com todos os documentos, é, legítimos e etc. E tal, de como foi a, o primeiro momento que eles acabam tendo uma situação muito complicada de quebra de protocolo do Presidente Médici, que música foi encomendada que música não foi encomendada, como meu pai morreu... é...(choro) as últimas palavras (KELLY GOMES DE FARIAS. Entrevista realizada em 21 de Janeiro de 2020.).

Segundo a filha de Dom, essa canção havia sido composta em um pequeno apartamento, uma quitinete, onde moravam os cantores. Como era sempre tocada em eventos cívicos, ela foi sendo identificada como encomendada pelos militares e foi sendo ressignificada como hino da ditadura. Em vida, a dupla sempre negou em entrevistas que tivesse composto para o Regime, mas queriam com ela enaltecer as belezas do país. Outro fato que marcou a carreira da dupla foi o fato de o presidente Médici ter quebrado o protocolo e ido cumprimentar a dupla durante uma apresentação cívica. Na visão de Da Mata (1986), protocolos funcionam como um código rígido de formalidades que deve ser seguido pelos presentes no evento, cada qual com seu papel. Para o autor, os ritos de ordem definem os papéis de cada um. Nesse ponto, garante o estudioso, não há a menor possibilidade de mudar de lugar durante a solenidade porque existem cadeias hierárquicas, a não ser quebrando o protocolo. O protocolo revela a eficácia da cerimônia,

apresenta as posições sociais e sua importância. No protocolo o foco sempre é a autoridade regida ampliando a diferenciação social.

A semiótica, aplicada ao texto musical, orienta a existência de três níveis a serem analisados: o poético, o estético e o neutro. Em linhas gerais, o nível poético se caracteriza pela motivação pessoal do compositor movido por sua percepção de mundo, a seu ver, em vez de como a realidade se apresenta. No nível estético é a habilidade do compositor, sua sensibilidade artística para captar a estese, o belo, a qualidade artística de uma obra. Assim, ao recepcionar uma produção musical, o público se relaciona com ela em algum desses níveis, a canção pode ser sentida com alguma crítica ou afinidade, se para o entretenimento ou relevância. No nível neutro, música e letra cumprem seu objetivo em si mesma, como produção da cultura ou como objeto de consumo. Para Volli (2007), esses três níveis ajudam a compreender a música como um símbolo construído e dinâmico.

Outra canção ligada ao ufanismo e patriotismo que o espírito desse período levantava, foi a música de Miguel Gustavo, *Pra frente Brasil* (DIOGO; CUNHA, 2014). No entanto, enquanto essa música estava mais ligada à seleção brasileira, *Eu te amo meu Brasil*, foi ligada à campanha política de Médici. Cabe reafirmar, uma vez mais, que Ravel sempre negou que a dupla tenha feito música sob encomenda ao Regime; em contrapartida, a filha de Dom afirma que houve uma canção encomendada para o programa de alfabetização do MOBREAL, de Jarbas Passarinho (ex-aluno da Escola Militar de Realengo).

Eu venho de campos, subúrbios e vilas,
Sonhando e cantando, chorando nas filas,
Seguindo a corrente sem participar,
Me falta a semente do ler e contar

Eu sou brasileiro anseio um lugar,
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar

Você também é responsável,
Então me ensine a escrever,
Eu tenho a minha mão domável,
Eu sinto a sede do saber

Eu venho de campos, tão ricos tão lindos,
Cantando e chamando, são todos bem vindos
A nação merece maior dimensão,
Marchemos prá luta, de lápis na mão

Eu sou brasileiro, anseio um lugar,
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar⁸

O uso de canções cívicas na educação foi uma ferramenta mais que estratégica na difusão de ideias religiosas e patrióticas (FUCCI-AMATO, 2012). Dados do censo de 1960 por grupo de idade (com 5 anos de idade ou mais) mostram que pelo menos 27.578 971 brasileiros não sabiam ler e nem escrever o próprio nome. No geral, as mulheres lideram entre as que apresentam mais anos de estudos do que os homens. Segundo Morais Pessoa (2019), essa canção foi a música símbolo da educação e de apoio. Outros artistas igualmente apoiaram a educação nesse cenário, como Tônico e Tinoco, Chitãozinho e Chororó, Moreno e Moreninho, enfim, o autor mostra o amplo comprometimento e envolvimento da classe artística durante o Regime militar no segmento cultural.

⁸ IMPERIAL, Rejane. Disponível em: [Você Também é Responsável - Dom e Ravel – LETRAS.MUS.BR](#). Acesso em 25 de março de 2020.

CAPÍTULO 2: TENTATIVAS DE CLASSIFICAR A RELIGIÃO CIVIL DENTRO DE UM QUADRO TIPOLOGICO

Como a religião civil é um fenômeno intermitente que vem desde a colonização brasileira, esteve presente no Censo estatístico e há influência de seus defensores na Constituição brasileira, houve a preocupação de classificá-la na forma de uma tipologia. As formas de classificar as religiões são variadas, inexistindo uma maneira que seja padronizada, na qual todas as religiões se encaixariam. Na verdade, cada religião tem suas especificidades e semelhanças e tentar representar esse fenômeno na forma de tipologia é uma tentativa de apreender o objeto em questão. Muitos pesquisadores lançam mão de tipologias como o pesquisador da religião Anthony Wallace ao classificar a religião agrupando em diferentes tipos. Para este pesquisador, as religiões podem ser observadas dentro de nichos específicos, como as religiões xamânicas, comunais, olímpicas e monoteístas. Em nenhuma dessas categorias poderia ser enquadrada a religião civil, sendo necessário forjar uma tipologia própria para ela.

A corrente positivista menos ortodoxa, via no positivismo uma religião com feição civil e apesar de, em muitos aspectos ter como referência o catolicismo, distancia-se dele ao elevar o ateísmo, e o pensamento racional. Nesse sentido, apresenta-se como um conceito selvagem de religião definido por Roger Bastide (2006). Ela não repete nem o monoteísmo nem o politeísmo e coloca sua ênfase no homem, isto é, na humanidade. É selvagem porque além de dispensar Deus(es) o substitui. No dizer de Bastide (2006), não se deixa domesticar pelas práticas religiosas tradicionais e por essa razão não pode ser tipificada dentro do conceito usual de religião. Desde seu surgimento houve tentativa de domesticação do sagrado na religião civil, a começar pela exigência de que sua natureza não religava ao sagrado e por isso não poderia ser considerada uma religião. Contudo, foi-lhe assegurado o juízo de que seria uma seita (no sentido pejorativo) e deveria ser prontamente combatida. Para o autor, tentativas de enquadramento pelo mundo Ocidental sempre se revelaram como formas de controle, sobretudo na América Latina e em África. Ainda segundo o autor, há uma crise do sagrado instituído e essa fragilidade contribui para o surgimento de alternativas instituintes que podem repetir ou inovar o sagrado. Dentro dessa perspectiva das novas configurações do sagrado, é que se apresenta uma tipologia própria da religião civil.

Segundo Passos (2006), a tipologia religiosa permite verificar e compreender as organizações religiosas. Serve para encontrar processos de organização da sociedade no âmbito

político, cultural e social. Com essa tipologia, busca-se fornecer um quadro referencial de suas principais categorias. Apesar de ter um caráter ideal e pedagógico, não é um retrato puro da realidade. É, antes, um esforço singular e genérico, que obedece ao critério de classificação tipológica de um objeto – uma tentativa de classificar a religião civil.

Pela perspectiva tipológica proposta por Passos (2006), as tradições religiosas estão associadas à forma de organização social em diferentes esferas como o trabalho, as funções comerciais, políticas e culturais. Segundo o autor, como as organizações religiosas interagem diretamente com a vida urbana, também se relacionam na formação de consensos sociais e estruturação de narrativas. Assim, pertence a alçada das religiões temas sobre a vida e a morte, bem-estar social, moral e ética, liberdade e cativeiro, entre outras dinâmicas. Abaixo apresentamos uma tipologia externa, isto é, como as organizações religiosas são percebidas e outra interna, que corresponde como as religiões querem ser vistas.

Quadro 2 – Elementos externos dos sistemas religiosos – 1960.

Religião	Localização geográfica	Época histórica	Modelo cultural	Critério ideológico
Católica	Roma	Ano 30 d. C.	Ocidental	conservador
Protestante	Alemanha	Séc. XVI d. C.	Ocidental	progressista
Espírita	França	moderna	Ocidental	moderado
Budista	Índia	Séc. VI a. C.	Ocidental	moderado
Ortodoxa	Constantinopla	Séc. XI d. C.	Ocidental	conservador
Maometana	Península Árábica	Séc. VII d. C.	Ocidental	conservador

Fonte: Elaborado pelo mestrando (2022).

Quando se pensa em religião civil é possível classificar sua localização geográfica, como ocorre com as demais religiões no Censo porque no solo brasileiro ela se institucionalizou. Para o pensador Rousseau, foi o próprio Jesus Cristo quem dividiu a realidade em dois mundos: espiritual e temporal ao romper o sistema teológico do sistema político. Para o pensador genebrino, a citação em que isso acontece estaria nas palavras de Cristo: “Dai a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus”. Com isso, Cristo estaria advertindo que o Estado não fosse uno, mas também ocasionando relações nem sempre amigáveis entre Religião

e Estado (ROUSSEAU, 2015). O Cristianismo primitivo⁹, reconhece Rousseau, era santo, sublime e verdadeiro. Possuidor de uma unidade invejável a qualquer sistema político, pois mesmo com o fim da vida, o elo entre irmãos em torno de um Pai criador permanece, a morte não desfaz o laço social.

A existência de elementos externos pressupõe a existência de elementos internos que no campo teórico das religiões vêm a ser o entendimento que tem sobre força superior, as trocas simbólicas e como a religião percebe o mundo. Embora essas categorias não deem conta de toda a complexidade do fenômeno, ajudam a compreender parte dele e permitem fazer o levantamento de sua organização. A partir dos elementos internos, por sua vez, é possível compreender melhor as organizações religiosas numa visão de dentro.

Quadro 3 – Elementos internos dos sistemas religiosos do Censo de 1960.

Religião	Visão de divindade	Oferta simbólica	Visão de mundo	Organização cultural
Católica	monoteísmo	Religião de salvação	Visão linear	Bispo de Roma
Protestante	monoteísmo	Religião de salvação	Visão linear	Igrejas independentes
Espírita	politeísmo/ panteísmo	Transformação moral da pessoa humana	Visão cíclica	Federação Espírita Brasileira – FEB
Budismo	politeísmo/panteísmo	Nirvana – Transformação moral da pessoa humana	Visão cíclica	Lama
Ortodoxa	monoteísmo	Religião de salvação	Visão linear	Patriarcado

Fonte: Elaborado pelo mestrando (2022).

A época histórica do sistema religioso demarca o surgimento da religião no mundo através dos séculos. A época histórica para a religião civil tem como antecedente os escritos do

⁹ Rousseau aqui critica o Cristianismo praticado no seu tempo, diferencia-o do Cristianismo primitivo que, segundo ele, seria o descrito pelo Evangelho.

próprio Jean-Jacques Rousseau e Augusto Comte. Em ambos os casos, a França é o berço do surgimento da religião civil. Para Rousseau, nesse tipo de religião não há altares, ela é desprovida de templos como o conhecemos. Está limitada a prestar culto aos deveres da moral – que deve ser eterna. Poderia uma religião funcionar sem o antro arquitetônico? Para Rousseau esse é o verdadeiro teísmo que foi abandonado.

Deus não cabe dentro de espaço fechado à sete chaves. Isso remete-nos a pensar que antes de colocar-se Deus em templos, estupas, mesquitas, sinagogas a representação de Deus apresentava-se diversa da imagem humana, zoomórfica, na Grécia ou antropo zoomórfica, no Egito. Na proposta dos positivistas brasileiros, “Augusto Comte afirmava que o homem, sendo um ser pensante, é também um ser moral. ‘Tendo seu fundamento em Deus, a moral religiosa assenta necessariamente na razão humana’ (VALLE, 1969, p. 75-76). A origem do Positivismo no Brasil está ligada às pessoas e missão de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, considerados os precursores do apostolado de uma religião civil para o Brasil (TORRES, 2018).

Quadro 4 – Elementos internos da Religião civil fora do Censo de 1960.

Religião	Visão de divindade	Oferta simbólica	Visão de mundo	Organização cultural
Positivista	Humanidade	Transformação moral da pessoa humana	Visão linear	apostolado

Fonte: Elaborado pelo mestrando (2022).

Fora do Censo estatístico de 1960 pelo argumento quantitativo, a religião positivista, na sua forma de religião civil, teve no Brasil a adesão da Escola militar de Praia Vermelha – que viria a ser a escola de paraquedista de Realengo, por onde passaram alguns agentes sociais citados neste trabalho, como Silvio Santos,¹⁰ Délio Jardim de Matos e o presidente Figueiredo. Por coincidência, todos esses agentes fazem parte de uma rede de relações com a dupla Dom e Ravel.

Ao se instalar um Estado positivista com a consolidação de seus princípios levado a cabo, a visão de divindade seria de um Estado ateu, assim como manifestada pelo seu pai fundador, Augusto Comte. A proposta de respeitar a diversidade religiosa se revela uma

¹⁰ Para Cabrera (2007), foi Ravel que usando de seu prestígio em fins de 1970 agilizou a realização da concessão do canal para Silvio Santos. O SBT entrava no ar e Ravel saía da dupla, pois influenciado por Silvio foi trabalhar na nova emissora de TV. Esse fato fez com que seu irmão seguisse carreira solo.

premissa falaciosa, cuja intenção era enfraquecer o catolicismo e tornar possível substituí-lo por uma doutrina com ênfase no individualismo e liberalismo – partes integrantes de sua concepção de Estado (TORRES, 2018). No entanto, tendo como referência a religião civil dos EUA, o Regime cita em documentos oficiais o presidente Franklin Roosevelt para fundamentar a liberdade de religião no país. Segundo o texto, todo brasileiro tem o direito de professar a religião de sua preferência, mudar de religião, manifestá-la pelo ensino, prática religiosa individual ou coletiva em público ou particular. Apesar de ser uma proposta legítima e democrática, ela não poderia se concretizar em um Estado positivista, como adverte Torres. De acordo com Valle (1969), a religião interessava ao Regime militar porque preparava terreno para implantação de um programa cívico.

É comum entre os seguidores de determinadas religiões estabelecerem uma relação baseada em trocas. Essas trocas ou recompensas variam de religião para religião e esta tipologia está expressa na categoria oferta simbólica. Nessa categoria, a religião civil propõe uma mudança na moral humana, no cumprimento de seu dever como homem da pólis e da religião.

Era dever de todos os membros da igreja pagar uma taxa, fixada pelo próprio contribuinte. Se deixassem de pagar, evidentemente, estariam desligados. Também o diretor do apostolado poderia eliminar quem deixasse de cumprir seus deveres cívicos, religiosos, etc. Como se vê, a organização do apostolado positivista brasileiro – mais ou menos em vigor até hoje – consistia num misto de sociedade civil, igreja (a católica, principalmente, pois foi ela o modelo de Comte) e clube social ou literário (TORRES, 2018, p. 216).

Outrossim:

Além das cerimônias, havia ainda pregação religiosa, que se realizava aos domingos pela manhã na capela da humanidade; explicações doutrinárias, com cânticos e orações. Essa é uma das poucas partes do culto positivista que se processa até hoje (com muito pequena assistência, seja dito de passagem). (TORRES, 2018, p 218).

A visão linear se refere ao progresso em constante marcha até chegar ao Estado Positivo que seria administrado pelo sacerdote do apostolado positivista. Uma sociedade mecânica e sem esperança no pós-morte. Aliás, a imortalidade para a religião civil está na memória de se tornar um ilustre homem reconhecido pelas suas obras ou racionalismo. Ser imortal é ser lembrado pelos mortais. A religião civil interpreta a existência como um tragédia humana – sentimento partilhado por muitos dos que se dizem ateus ou céticos. Negam que exista um Deus (ou vários) e qualquer realidade fora do mundo sensível. Comte propõe aos seus discípulos reorganizar a sociedade. Segundo o autor, a regeneração seria necessária e se aplicaria às instituições sociais, inclusive a religiosa.

O exercício era instaurar o espírito positivo na estrutura das organizações sociais. Em relação à América Latina, Comte se referia à sua doutrina como a doutrina da regeneração. Para o filósofo, o Continente recém descoberto, deveria ser explorado com a doutrina por ele criada e exposta como tema central em seu curso de filosofia Positiva. (COMTE, 1978). Certamente Miguel Lemos assimilou esse terceiro tema da filosofia de Comte ao ver uma aproximação entre filosofia e religião.

Quanto à organização social: a organização religiosa foi definida como apostolado em que Miguel Lemos é sucedido pelo brasileiro Teixeira Mendes, imbuído de tocar adiante o apostolado desta religião civil no Brasil e criador da bandeira do Brasil e do primeiro templo positivista do mundo em solo brasileiro.¹¹ De acordo com Torres (2018):

O apostolado positivista no Brasil, ou igreja positivista no Brasil, foi o mais importante, em extensão e em profundidade, entre todos os grupos religiosos do comtismo no mundo. Essa primazia foi reconhecida por muitos autores, positivistas ou não. Thonnard, em *Précis d'histoire de la philosophie*, Congreve, em uma das suas *circulares anuais*, Cantecor, em *Le positivisme*, e muitos outros mais, afirmam que o apostolado dos srs. Miguel Lemos e Teixeira Mendes foi o movimento que mais de perto seguiu os ensinamentos de Comte e mais extensamente os propagou (TORRES, 2018, p. 215).

Desde muito, o Brasil tem se mostrado terreno fértil para o campo religioso. A tipificação do comtismo como outra religião foi brevemente encarada como questão religiosa, ganhando importância e status de espiritualidade com Miguel Lemos e Teixeira Mendes que lançam os fundamentos do positivismo religioso. Enxergar numa corrente, originalmente filosófica, ar de religião parece estar vinculado ao entendimento que Miele (2006) levanta ao afirmar que o aspecto religioso sempre está patente nas vidas das pessoas e que, dentro de cada cultura, é o olhar que elege o que é e o que não é sagrado. Segundo a autora, os códigos e valores de cada um, definem como os indivíduos se relacionam com tal fenômeno na tentativa de apreendê-lo. Dentro do quadro comparativo é possível entender como uma corrente de pensamento conseguiu rivalizar com a estrutura de uma instituição como a católica. Uma ruptura verticalizada que fazia objeções a hierarquia do clero e outra ruptura horizontal, ao defender a diversidade religiosa.

2.1 Relações entre Estado e Religião

¹¹ Cf. Disponível em: Templo da Humanidade . Acesso em 18 de Mar. , de 2019.

As relações entre Estado e Religião no contexto de 1960 é um cenário em ebulição, como tem apontado Löwi (2006, p. 27), que “no final da década de 1950 iniciou-se um novo período na história das relações entre religião e política na América Latina, período esse que continua e cujo final é imprevisível”. A religião católica não se apresenta mais como um corpo homogêneo, mas fragmentado com várias orientações. Assim, há os conservadores ligados à Cúria romana que tentam reatar sua importância e *status* frente à missão do Estado.

Esse grupo ligado ao CELAM se posiciona contra as vertentes mais progressistas e se identificam com interesses da classe dominante brasileira. Outro grupo formado por intelectuais independentes que não seguem as ordens das autoridades romanas, mas estão mais comprometidos com demandas reivindicadas pelos mais pobres da sociedade, são tidos como reformadores, ainda que moderados. Há ainda um grupo menos expressivo em número de simpatizantes, considerados radicais em seus posicionamentos, e que tem poder de influência, são conhecidos como Teologia da Libertação. Outro grupo católico pequeno e considerado fundamentalista defendem ideologias ultrarreacionárias e, segundo Löwi, semifascistas defensores da TFP (Tradição, Família e Propriedade). Para o autor, a religião católica na década de 1970 apresenta um corpo constituído por diferentes grupos, um desses grupos era formado pela Teologia da Libertação, que passou a denunciar o Regime militar e a lutar pela classe menos favorecida formada por trabalhadores empobrecidos, reivindicavam, nesse sentido, melhores condições de trabalhos e a reforma agrária.

Nesse período os debates sobre a globalização é a tônica da sociedade. Achou-se apropriado coletar o discurso de posse, objeto de análise, de três presidentes da República, ligados ao partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional): Humberto Castelo Branco (discurso de 15 de Abril de 1964); Arthur da Costa e Silva (discurso de 15 de Março de 1967); Emílio Garrastazu (discurso de 30 de Outubro de 1969).¹² A análise visa encontrar referências de ideias religiosas transportadas para o discurso político, a fim de encontrar um apelo devocional à pátria pela transplantação de ideias religiosas para o espaço político. Referências religiosas foram encontradas na experiência norte-americana sobre a religião civil, em que os discursos de ex-presidentes dos EUA eram lastreados de elementos religiosos, como povo eleito, líder salvador, nova Jerusalém etc., por meio dos quais se verifica a existência de uma dimensão religiosa na esfera pública (BELLAH, 1967).

¹² Anexos V, VI e VI

Com efeito, durante a pesquisa houve a preocupação de encontrar no discurso de posse dos presidentes algumas das características que se relacionam com o conceito de religião civil. Foram especuladas, ao menos, três características: a busca pelo progresso econômico, a ausência de anticlericalismo e a exploração do conceito de solidariedade usada para alcançar objetivos nacionais. Por abrangência outras duas características podem ser agrupadas como o trânsito religioso (fora do discurso de posse, mas traço singular defendido pelos positivistas) e a Incorporação de dinâmicas religiosas.

2.2 Primeira característica: ordem e progresso econômico

“Amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim” era o lema dos positivistas. A influência do positivismo no Brasil como religião cívica é grande e muitas das pautas sobre a modernização do Brasil foram influenciadas pelo positivismo. Saíram em defesa de regenerar a sociedade brasileira com base em uma nova hegemonia, tanto, no campo da política como da moral, colocando a educação no centro da formação do indivíduo. Durante os anos de 1950 a 1960, houve apoio dos militares ao desenvolvimentismo marcado pelo crescimento migratório da região Nordeste. Paralelo ao crescimento econômico durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), houve o consequente aumento de mão de obra, como política de investimento do Estado no uso do capital externo.¹³ Nesse período, é notório a marcha de trabalhadores rumo a indústria automobilística, levas de trabalhadores para a extração da borracha na Amazônia e mais levas de Nordestinos para a construção civil em Brasília, entre outros postos de trabalhos Brasil à fora.

O dinheiro atraía grande parte dos flagelados, pois o salário mínimo nesse período foi o mais elevado para trabalhadores qualificados e não-qualificados, desencadeando, dessa forma, uma corrida rumo ao emprego assalariado e esvaziamento do campo (SANDRONI, 1984). Foi dentro desse cenário político brasileiro que Dom e Ravel – símbolos do ufanismo brasileiro – peregrinaram para São Paulo.

¹³ Segundo Francisco Iglesias (1993), o plano de metas não significou muito para a grande maioria da população, pois permaneceu inalterada a estrutura da sociedade brasileira. Segundo o autor, essas medidas atendiam aos interesses dos partidos PSD (base principal) e também a UDN. No campo, as tensões foram se intensificando e criaram movimentos de protestos como a Liga camponesa do Nordeste liderada por Francisco Julião. Surgiu primeiramente em Pernambuco e depois se estendeu para outros estados como Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, etc.

Essa primeira característica está estampada na própria bandeira brasileira, símbolo da religião do positivismo. A igreja católica protestou a iniciativa fundamentando a mudança da bandeira ser obra de uma seita religiosa. Já o progresso se relacionava com a revolução tecnológica e mudança de mentalidade. O presidente Castelo Branco afirmava que seu governo estava voltado para o futuro: “é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e o sentido de nossa história política e social.” Mas, é Médici quem afirma a existência de um projeto nacional de desenvolvimento que, segundo ele,

revolucionária o campo e a educação através da abertura ao capital estrangeiro na captação de crédito e mecanização da agricultura.

Talvez a pauta que mais preocupava setores da igreja católica fosse a defesa que Médici fez em discurso às pesquisas genéticas e assistência médica – a utilização de fertilizantes na agricultura já era criticada pelo impacto desses produtos na saúde do brasileiro. A intelligentsia católica criticava o mundo moderno e um homem de Estado falava ao maior público católico do mundo sobre quebrar barreiras ideológicas, avanços tecnológicos e científicos por uma sociedade mais aberta. Pautas que a religião civil de Comte, por meio de seu apostolado brasileiro, já martelava a fio desde a Proclamação da República.

Diante do desafio da religião frente ao mundo moderno, o Papa Paulo VI havia promulgado documento sobre a ação da igreja no mundo. O documento foi redigido por uma subcomissão e entregue aos bispos em junho de 1964 (com centenas de emendas e sem o consenso do clero). Com 2.391 votos (209 padres conciliares aprovaram o texto contra 75 votos discordantes), nascia o documento pontifício *Gaudium Et Spes* que trata do reconhecimento por parte da igreja, das mudanças morais e religiosas do mundo moderno.

Entre outras coisas, o documento reconhece que os valores e os novos modos de pensar e agir, as leis e instituições não estão se adaptando ao legado recebido pela tradição da igreja. O documento critica a atitude crescente de negar Deus ou a religião, crendo que isto é efeito do progresso crescente da ciência e do novo humanismo secular. Na Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* já havia uma preocupação com a agenda do mundo secular e seus processos para se tornar um substitutivo “religioso,” sobre dinâmicas instituídas pela religião, como a família e o matrimônio, a educação e os costumes e da própria relação entre igreja e estado. O documento preocupado com a autonomia da igreja em relação ao Estado, afirma que a igreja não está ligada a nenhum sistema político (CONCÍLIO VATICANO II, 1966).

Segundo Martins (2010), liberais e positivistas sempre olharam para a igreja católica como entrave para a modernização da sociedade e desde então uma série de intelectuais passaram a pensar em estratégias que enfraquecesse o poder religioso sobre o político. Para a autora, um arcabouço de estratégias políticas, que pode se denominar de religião civil foram implementadas, de maneira a proporcionar a socialização e internalização do republicanismo através das estratégias festivo-patrióticas constantes, tais como, feriados festivos, construções de monumentos cívicos e a criação da própria bandeira nacional, cuja intenção era reforçar a existência de uma sociedade civil que reconhecesse em si própria como fundadora de uma nação (MARTINS, 2010).

As estratégias políticas da religião civil se assemelham em muito a liturgia religiosa, pois a partir dessas referências são criados os feriados festivos, monumentos cívicos e a criação da bandeira nacional. Essa preocupação não é ingênua, mas visa o reconhecimento de uma sociedade civil pelo povo e a conseqüente separação entre a igreja e o Estado. A secularização dos cemitérios, o matrimônio e registro de nascimento civil estavam entre as temáticas reivindicadas pela autonomia do Estado. Embora tenha havido êxito por parte do Estado civil, surge o problema da legitimidade das práticas secularizadas em que essas demandas eram realizadas tradicionalmente pela igreja católica. Para Cruz (2004), a tradição cristã se afastava do poder político enquanto instituição, mas os símbolos e rituais cristãos foram transferidos para a esfera pública travestida de religião civil. Esse traço cultural, segundo o autor, embora não seja percebido pelas novas gerações, é inspirada em narrativas e símbolos, cerimônias e códigos morais.

Carvalho (1990) lembra que de república em república os positivistas tentaram criar diversas estratégias em que fosse possível explorar o imaginário coletivo. O uso de alegoria feminina foi uma delas e estava baseado numa visão de mundo e valores positivistas. Na cosmogonia religiosa cívica, a tríade Humanidade, pátria e família compunha um esforço para angariar seguidores. Recrutar adeptos era importante porque pelo altruísmo (termo criado por Comte), seria possível lançar as bases para uma sociedade sem Deus. Em outras palavras, através da incorporação de novos membros na religião civil, era feita a apologética daquilo que os positivistas estavam convencidos, cabendo ao rebanho a assimilação e voluntarismo na causa. Os positivistas sabedores da bagagem cultural dos brasileiros forjavam temas clássicos como a pátria, a família e Deus identificado com a Humanidade. A mulher seria o modelo encontrado pelos positivistas para representar a liberdade, símbolo de proteção, guardiã do lar, esposa e a mãe da humanidade.

Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços. Manifestou mesmo o desejo de que o rosto de sua adorada Clotilde de Vaux fosse utilizado como modelo e aparecesse em todas as bandeiras ocidentais (CARVALHO, 1990, p. 81).

Seguindo as orientações de Comte, por ocasião das comemorações à memória de Tiradentes, bandeiras com a imagem de Clotilde eram estandardizadas no cortejo cívico. Essa caracterização foi disseminada nos estados do Rio de Janeiro e Porto Alegre, sendo a representação mais dominante no Brasil por republicanos. Carvalho (1990) lembra que para manipular o imaginário é necessário que haja terreno social favorável para fincar raízes. É preciso explorar a própria cultura para legitimar e alimentar o imaginário popular. Segundo o autor, observada a existência no Brasil de uma mariolatria, isto é uma votividade e reverência mariana, os positivistas se aproveitam dessa prática para explorar a representação feminina de Clotilde e que por hipótese substituiria à veneração votada à Nossa Senhora Aparecida.

2.3 Segunda característica: ausência de anticlericalismo

A segunda característica que se liga à presença de religião civil está na ausência do anticlericalismo. Existe certa ambiguidade quanto a essa característica, pois em documentos produzidos pelo Regime se lê declarações de apoio à liberdade de culto, além de não eximir princípios cristãos ao adotar símbolos cristãos em repartições públicas. Por outro lado, o Regime perseguiu religiosos contrários à política de Estado. Esta ambiguidade impede que a laicização do Estado se consolide ao passo que o distanciamento entre igreja e Estado se dá muito mais no campo dos ritos do que pelos símbolos. O Regime militar de 1964 põe em relevo que “Nas repartições públicas, nas assembleias de representantes, nos quartéis – em toda parte se reverencia o Cristianismo (VALLE, 1969, p. 71). Enquanto os símbolos como a Bíblia sagrada, o crucifixo e imagens sacras são consentidas no espaço público, há um esforço para separar os ritos religiosos dos ritos civis. Isso pode ser observado na existência de um cemitério civil e outro de domínio religioso, no campo das relações entre homem e mulher há duas formas de reconhecimento: as leis cristãs sobre o matrimônio e o casamento civil com modo próprio. O mesmo ocorre em relação ao sepultamento que pode ser religioso ou civil (BAPTISTA; PASSOS; SILVA, 2008).

A racionalização da sociedade cada vez menos recorre à religião para resolver os desafios da vida e, na possibilidade de encontrar respostas e soluções para os problemas humanos, não haveria razão para se recorrer a religião. O processo de racionalização é

entendido como um conjunto de estratégias criadas para dominar a natureza, a organização de estruturas sociais e políticas que paulatinamente cria uma cultura que dispensa explicações sobrenaturais. Processos de racionalização viabilizam a dispensa de referências religiosas e do modo como se compreende o mundo (PASSOS, 2006). Quando os valores são racionalizados, estes processos contribuem para o distanciamento entre igreja e Estado, criando tensões entre os dois. “A política entra em conflito direto com a esfera religiosa ao impor uma ética autônoma e livre de princípios religiosos” (BAPTISTA; PASSOS; SILVA, 2008, p. 09).

2.4 Terceira característica: Conceito de solidariedade usada para alcançar objetivos nacionais

A solidariedade aqui entendida se afasta do conceito religioso em que o termo é homileticamente empregado. Está mais próximo do que Durkheim interpreta como solidariedade orgânica para compreender a sociedade moderna. Nessa perspectiva, a solidariedade é entendida como uma nova maneira de integrar a massa coletiva e disforme através da consciência coletiva. A solidariedade nesses termos, procura criar coesão social por meio do reconhecimento coletivo, o que torna possível a existência e o funcionamento da sociedade. Criar consciência coletiva, isto é, crenças e sentimentos comuns, contribui para garantir a harmonia e amenizar os conflitos, restabelecendo o laço solidário entre as pessoas. Não é possível a vida em sociedade sem a criação da consciência coletiva que é interiorizada pelo Estado e compartilhada entre as pessoas, as famílias e as instituições.

Na sociedade moderna a interiorização de conteúdos e seu compartilhamento na criação da consciência coletiva é atenuada porque impera o individualismo. Dito de outra forma, os valores e conteúdo da consciência coletiva moderna é a própria individualidade dos indivíduos e o aceite deste imperativo pelos membros da sociedade é o que mantêm a coesão social. “Nelas, o conteúdo da consciência coletiva é o culto à própria sociedade, o respeito total e absoluto às suas crenças e sentimentos” (LAZZARESCHI, 2009, p. 24).

Ideias positivistas durante o Regime se encontram entre muitos positivistas brasileiros, a exemplo do general Pery Bevilacqua e o ministro da marinha Ernesto de Mello Baptista. Desde sua fundação no país, está latente a intenção de criar uma organização cívica-religiosa como a projetou o filósofo Augusto Comte.

A religião da humanidade surgiu para muitos – e todos os documentos pessoais que existem a respeito das “conversões” ao positivismo confirmam semelhante interpretação – como um sistema religioso completo, com dogmas e sacramentos, igrejas e procissões, calendário e imagens, a reproduzir o tipo de religião conforme realiza a igreja católica, um tipo de religião que, para um protestante como Spencer ou Mill, possuía um antipático ar “romano”, mas que, para um católico como Lemos ou Teixeira Mendes, assumia os traços amáveis da figura materna: era uma religião como um católico está acostumado a ver – mas, a sua base ideológica, a sua estrutura filosófica, seu conteúdo dogmático, enfim, nada disto afrontava os preconceitos do século – era uma religião “científica”. Ora, naquela geração minada pelo ceticismo em consequência das lutas da questão religiosa, mas conservando uma espécie de “saudade” da ordem católica, a religião da humanidade conciliava as exigências da inteligência com as aspirações do coração, para recorrer ao estado de espírito de Miguel Lemos, conforme texto citado em outro local (TORRES, 2018, p. 393-394).

O modelo de religião cívica descrita por Torres se distancia do modelo proposto por Rousseau, pois em solo brasileiro a religião civil, ou a religião da humanidade nos moldes de Comte, ganha templos e venera desde Moisés e o apóstolo Paulo até o imperador César Augusto e o filósofo grego Sócrates (MENDES, 2020). Uma religião que valoriza a razão em detrimento da fé colocando toda sua ênfase na razão, no conhecimento científico acima da fé.

O governo militar, na ânsia de encontrar uma maneira para ganhar a confiança do povo através do marketing, encontra nas composições musicais de Dom e Ravel a chave que procurava para associar o sucesso da dupla à política. A letra da música falava de um novo Brasil, feliz e autossuficiente, aliado ao censo de patriotismo, a temática coincidia com o projeto desenvolvimentista dos militares (CAVALCANTE, 2012). Para se ter ideia do sucesso naquele contexto, Dom e Ravel venderam em Fevereiro de 1970 cerca de 200 mil LP(s) com a composição do compacto *Eu te amo meu Brasil*. O ufanismo musical ligava-se aos importantes eventos do calendário, como o carnaval e a copa do mundo (MELLO, 2003). O sucesso e reconhecimento pelo povo levaram os censores a eleger a música como hino do Regime, mas sua esposa esclarece como era esse vínculo:

Sobre os shows para os militares eles vinham na minha porta para 54rad-los *com* ou *sem* [grifo nosso] consentimento. Porém a dupla sempre os tratou com muita cordialidade e respeito. Eles admiravam a dupla por enaltecerem o país. Lá em cima o Presidente fazia um trabalho de reconhecimento aos agricultores. Mas como sempre em todos os lugares tem aqueles que são bons como também os ruins. Acabaram ficando reféns dos maus militares. Éramos perseguidos desde a hora de deixar meu apartamento por todo lado do dia e noite. Queriam saber aonde íamos, não tínhamos liberdade de ir e vir. Diziam que era para o nosso bem. Sobre pagamento de show diziam que eles serviam ao país, mas davam um dinheiro simbólico e não deixavam faltar nada entre os comes e bebes. “Ofereciam troféus e medalhas que os tenho até hoje” (Rejane Imperial. Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2019).

Havia uma lacuna na música brasileira que expressava o sentimento cívico patriótico. As corporações governamentais e instituições públicas tinham seus próprios símbolos culturais, seu modo de ser e o desejo de compartilhamento dos mesmos ideais, as mesmas emoções sentidas e admiradas (e até desejadas) por parte do público brasileiro, como mostrou Alonso em seu livro “Cowboys do asfalto”. Foi Eustáquio Gomes (o Dom) quem visualizou esse espaço na música. No gênero ufanista não havia “cacique”, era “terra sem dono”. Foi por essa fresta que a dupla entrou no mundo da música. A música foi explorada durante o Regime militar como possibilidade criadora da consciência coletiva.

O cenário das religiões nesse período é o de uma sociedade em processo de globalização. A globalização impactou tanto a economia quanto os fatores políticos e culturais, como a religião. Com isso, algumas características passam a ser sentidas, como a incorporação de dinâmicas religiosas, a privatização, o alargamento das fronteiras e o trânsito religioso. O campo religioso também se transforma e, desse modo, os símbolos, os ritos e a mística passam a ganhar centralidade. O próprio conceito de religião é reconfigurado conforme o contexto das demandas de 1970 (MOREIRA, 2008).

2.5 Incorporação de dinâmicas religiosas

No Brasil, a religião se relaciona com a vida sociopolítica, através da ética religiosa e ligações políticas (PAIVA, 2011). Se, como nos assegura Bethencourt (2002), no âmbito religioso as procissões cumprem a função de ordenar as multidões, pode-se supor que os desfiles cívicos com seus símbolos e paramentos nos desfiles de 7 de setembro o fazem sem reservas. No desfile está presente o soberano e o povo, a obediência e observância da lei, a consciência moral e o desejo de receber uma compensação social pelo sacrifício e prestígio votado por parte do público. Tanto na esfera religiosa quanto política essas nuances se cruzam de maneira atemporal, como nos descreve Bethencourt com detalhes uma procissão do período inquisitorial do ano 1500 como um espetáculo da fé:

As procissões eram anunciadas com antecedências de uma semana ou até um mês e eram realizadas nas principais ruas com a participação da sociedade urbana. A participação nas procissões contavam com pessoas ilustres, religiosas, nobres, oficiais e magistrados. É comumente nestas procissões o desfile e o canto do hino, Salmos eram usuais. Há de todo uma preocupação com o simbolismo da cor certa, o símbolo certo (como a representação da cruz com mais de 2m. Desfilando pela cidade). Durante o itinerário a presença da guarda, os estandartes, os cavaleiros. Para os autos as procissões configuraram e enraizaram esse rito em diferentes espaços e

conjunturas, isso desde o século XVI. A procissão além de mobilizar as redes familiares cumpria o papel de mobilizar a população local onde era encenada a cerimônia. A sociedade sentia-se representada pela ordem superior (política, religiosa e militar). ‘Poder-se-ia falar de uma dupla hierarquia laica e religiosa nesse desfile’. (BETHENCOURT, 2002, p. 238).

Retomando o conceito de religião civil, é perceptível que se trata de um conjunto de símbolos, ideias e práticas que legitimam a autoridade de instituições civis em uma sociedade. Fornece uma fundamental orientação de valores que une um povo em ação comum ao domínio público. A incorporação de dinâmicas religiosas na política durante o Regime militar pode ser encontrada nos desfiles de 7 de setembro, semelhante as cerimônias religiosas. Nos desfiles, o armamento bélico e todo arsenal destrutivo têm a intenção de suscitar pelo ritual, além da demonstração de poder, a padronização dos gestos, a uniformidade que está presente nas roupas, a obediência e o respeito estão presentes na sincronicidade, musicalidade e todo aparato “litúrgico”, que não é algo novo, mas uma cópia, a grosso modo, do ritual religioso. Esse procedimento, confere à visibilidade social, mais que um espetáculo de força, visa legitimar e prolongar o poder no espaço público, conformando a consciência coletiva sobre sua legitimidade.

O desfile também serve como espécie de centro irradiador, um modelo para a vida comum. Modelo de comportamento (sem excentricidade, isto é, indivíduos que pensam e agem de maneira diferente da apresentada), o temperamento austero, a subordinação ao poder estabelecido e respeito aos símbolos, tudo controlado pelo ritual. Logo, qualquer comportamento que não esteja alinhado deve ser rejeitado. Encoraja-se a interiorização, assimilação e exteriorização do ethos pelos indivíduos. O desfile é executado com o caráter de modelar condutas (SCHWARCZ, 2001).

É através da difusão de ideias e valores cívicos coletivos que se cria o espírito religioso civil no seio familiar como um dos pilares da intenção motivadora. A fé em Deus e a moral cristã sela o consenso entre civis e militares e as contradições parecem não existir na sociedade. A religião civil encoraja o rito coletivo e sua participação. No fundo, o desfile é a máscara do ethos e da moral religiosa por se tratar da apropriação de determinada cultura religiosa aceita e reproduzida há séculos. A religião civil é funcional na medida em que mantêm inalteradas a dominação de classe ou quando encobre as desigualdades e conflitos sociais. Por essa razão, a religião civil está interessada em repassar valores em que acredita ser melhores, formando um todo coeso entre Estado e religião (RAMOS; MIRANDA, 2007).

Só podemos afirmar que não há religião civil no Brasil se o Regime político rompe com seu passado imperial, onde a religião civil é fecunda. No entanto, essa ruptura não ocorre durante a ditadura militar de 64, antes resgata da monarquia imperial um fio condutor entre povo e poder central. Mesmo manifestado o projeto de um Estado laico pelos militares, no Guia de Civismo, os militares fazem usos de citações bíblicas, mencionam o nome de Deus em documentos oficiais do Estado. Esse posicionamento pode ser interpretado pela influência do discurso simbólico e religioso, em grande medida, encampado pela religião. Contudo, essa influência vem perdendo força nas disputas pelo poder desde o início da vida moderna (BAPTISTA; PASSOS; SILVA, 2008).

Para Figueredo Filho (2005), o que caracteriza a prevalência da religião civil no Brasil é o uso que a política faz da religião cristã com o objetivo de promover os interesses do Estado. Mesmo que as relações entre igreja e Estado não seja literalmente a Bíblia Sagrada, os parâmetros morais e éticos cristãos estão presentes. Nesse sentido, o que faz o Estado se converter em religião civil é a transformação dos parâmetros cristãos em aspecto prático. “Nelas, os símbolos religiosos, a linguagem, o fervor a concepção do bem e do mal e os atos heroicos são deslocados para os interesses pragmáticos da política” (FIGUEREDO FILHO, 2005, p. 104).

Embora o caráter secular da vida social proclamasse a morte de Deus, bradasse por maior liberdade das amarras da igreja e reafirmasse que o declínio da religião estava em marcha, a convergência para o ateísmo seria a tônica do pensamento com a vitória da razão e da ciência. Numa sociedade tecnológica, a busca por respostas e soluções para os problemas humanos não estaria com especialistas religiosos, portanto, não haveria razão para se recorrer à religião, fato que não se consuma durante o Regime. Por outro lado, setores secularizados da sociedade, ao se esforçarem para se distanciar de influências religiosas, o fazem pela racionalização e pelo pragmatismo (BAPTISTA; PASSOS; SILVA, 2008).

Por fim, há demonstrações que tanto as procissões como os eventos militares, de modo geral, assumem a forma básica de sacrifício votado a Deus ou à Pátria, ou por uma doutrina religiosa ou por uma ideologia política. Em ambos se exprime o cumprimento do dever e o amor devocional. Nas festas da ordem, o caos deve ser combatido, tudo o que foge à regra deve ser eliminado, por isso a repetição, a regularidade. Os rituais da ordem estão presentes em situações coetâneas da vida familiar, como a formatura de um filho, a ascensão profissional “e em todas as crises da vida e ritos de passagem como nascimentos, batizados, crismas,

casamentos e funerais” (DA MATA, 1986, p. 60). Assim como na religião tradicional, as festas civis pelo Estado comemoram a ocorrência de um evento real, o nascimento de uma nação sempre preenchendo de significados a vida moderna ou procurando dar sentido à vida coletiva.

2.6 O trânsito religioso.

Segundo Danièle Hervieu-Léger (2003, apud MOREIRA, 2008) a religião cristã está em profunda crise e isso cria uma lacuna que precisa ser preenchida, isto é, as sociedades influenciadas pelo Cristianismo precisam articular como dar continuidade e manter o elo que une indivíduos, ligando passado e presente sem rupturas dramáticas. A bricolagem de novas propostas religiosas pode ser realizada por qualquer instituição cristã ou não, e foi essa emergência que, segundo a autora, fez explodir um caldeirão de alternativas religiosas na ativação/reativação do fenômeno religioso nesse período. Nessa perspectiva sociológica, as relações conciliadoras entre igreja e Estado (que desde a colonização se mantêm como forças de pulsão e repulsão) se mostra mais do que viável, devido à falta de legitimidade política. Viável por parte do Estado, que tira da religião seus pressupostos morais, e viável pelo catolicismo, porque preocupa a Santa Sé a perda de seu rebanho para outras religiões e crescente aumento dos sem religiões. Não se trata de afirmar que a religião desaparecerá, mas que a hegemonia cristã pode ser transformada ou substituída por outra.

Robert Bellah (1967) sugere que o discurso de posse é revelador sobre a existência ou não da religião civil. Sua visibilidade poderia ser encontrada em meio as narrativas políticas. Verificando o discurso do primeiro presidente da ditadura militar, Marechal Humberto Castelo Branco, em seu discurso inaugural, Castelo Branco faz juramento solene aos brasileiros de que defenderá com honra e lealdade o livro sagrado da nação – a Constituição do Brasil. Acrescenta que fará um enorme esforço, como escravo da lei, em constante vigília e zelo, para que também os brasileiros devam o mesmo zelo e exação. Frisa que seu governo será refletido pela alma brasileira, destacando as leis e tradições do país, os princípios morais e políticos.

Na solenidade de seu discurso, Castelo Branco exorta a nação para que o brasileiro se empenhe com a mesma paixão com que foram realizadas as Cruzadas pela igreja. Disse que esperava a adesão de todos nesse propósito de seu governo para a consolidação dos ideais do movimento cívico. Perante o Congresso Nacional, o presidente Castelo Branco chama os brasileiros para que se juntem a ele, pois com o auxílio de Deus encontrarão dias melhores,

novos horizontes e um futuro melhor. Seu sucessor no poder, o Marechal Costa e Silva, dá continuidade a essa referência de seu antecessor; embora de maneira mais sucinta, Costa e Silva se vale de Deus para ser merecedor de virtudes como a justiça para governar.

O presidente pontua que no seu governo fará ao povo brasileiro aquilo que o povo merece e o que Deus espera que ele faça. Já no discurso de posse do presidente Emílio Garrastazu Médici, apontado por muitos historiadores como o mais opressivo presidente do Regime, Médici em seu discurso de posse utiliza reiteradas vezes o verbo *crer*. Propugna a ideia de missão que Deus supostamente teria confiado à nação brasileira a qual pertence. Em suas palavras: “a missão histórica que me foi dada”. O presidente Médici em sua narrativa deixa claro aos ouvintes que acredita no amor de Deus, que está com o coração cheio de esperança e certo de que Deus não lhe faltará em seu governo. Médici exorta a participação da igreja para que os planos de seu governo se concretizem. Falando ao país mais cristão do mundo, o presidente se junta ao povo pela confissão de que acredita nas bençãos de Deus e de que com a sua ajuda governará o país.¹⁴

Segundo Bellah (1967), a menção a Deus e uso de citações bíblicas em ocasiões solenes revela algo para além do discurso; revela que a religião na sociedade secularizada é irrelevante. É o indicativo de que a religião foi reduzida à formalidade cerimonial. Para Bellah, a menção a Deus pode significar oportunidade de angariar votos de uma significativa parcela da sociedade e negar Deus publicamente pode se desdobrar em situação inversa. O autor acredita que a religião exerceu papel crucial na constituição do Estado e embora o Cristianismo seja a referência para a religião civil, não se confunde com ela. Na religião civil, Deus é utilitário, assume um sentido prático e perene ao se relacionar com a ordem, a lei e o direito. Para Bellah (1967), foi a República que difundiu crenças, rituais e símbolos da alçada religiosa para o mundo civil. Essa conjuntura foi possível, segundo o autor, graças à aproximação com a religião dominante no Estado de cariz cristã. O Estado, através de seu representante e independentemente de suas convicções religiosas, opera segundo as rubricas da religião civil.

O discurso e, mais especificamente, as referências religiosas, permitem ao homem um conjunto de atitudes como o ato deliberado de nomear, julgar e reabilitar. A produção da linguagem em ato solene, conforme o demonstrado, liga-se a uma complexidade de ideias (dentre elas a religiosa) e, por essa razão, as referências religiosas são evocadas na sedimentação

¹⁴ Cf. [Wikisource](#). Disponível em [Categoria:Discursos - Wikisource](#) Acesso em 13 de Nov. de 2021.

de que a mudança de personalidade na estrutura burocrática do governo é legítima (SEVCENKO, 1989). As referências religiosas são bem recebidas pelo público que não as vêem como ideológicas, mas Souza (2000) lembra que a falta de uniformidade do Regime militar sempre foi um problema encarado do ponto de vista estratégico.¹⁵

¹⁵ Segundo o autor, a criação de uma religião cívica estava em curso no Brasil desde o ano de 1920 baseada no culto dos “grandes heróis” brasileiros, fixação de datas cívicas no calendário gregoriano (religioso) que lembrassem os feitos desses heróis assim como os feriados santos lembram seus mártires. Entre as estratégias destacam-se o culto à Bandeira nacional e a instituição do dia da Pátria.

3. CAPÍTULO III: POLÍTICA E RELIGIÃO NO CAMPO EDUCACIONAL - CONEXÕES E ESTRATÉGIAS DO ENSINO DE MORAL E CÍVICA

Os sistemas religiosos possuem suas próprias visões de mundo, sua maneira de entender o Cosmos, em geral alinhados com a natureza. Para Gaarder (2000), as principais visões cosmocêntricas são o Criacionismo e o Antropocentrismo. Qual seria a cosmologia de uma religião civil? Ela assumiria o Criacionismo como resposta sobre como surgiu o mundo, o homem, enfim, como existiu tudo o que existe? Embora a religião civil esteja interessada mais com o caráter pragmático do que teórico, ela precisa responder às indagações humanas caso viesse substituir o papel das religiões tradicionais. Supondo que o desencantamento com o mundo religioso e a valorização da ciência faça com que a curva dos sem-religiões ascenda vertiginosamente, qual visão de mundo se sustentaria? Caso assuma uma postura secular (não religiosa), garantiria a diversidade religiosa e combateria a discriminação? Segundo Gaarder, diversos setores da vida social e cultural têm se distanciado da influência religiosa ao abraçar ideias liberais.

A questão da influência religiosa nos assuntos do Estado já foi muito debatida e parece que alguns autores estão convencidos de que essa influência não opera com a mesma força que antes. Segundo Gaarder (2000), os conceitos éticos e proibições religiosas oriundas de uma visão religiosa do mundo (cosmologia) não afetam mais com a mesma intensidade de outrora as questões sociais e a vida das pessoas. A proibição do divórcio (pactuado com o catolicismo) pelo Estado brasileiro é um exemplo. Segundo o autor, indivíduos mais conservadores traçam uma linha divisória entre Estado e religião, outras se tornam ateus ou agnósticos, provocando mudanças de atitudes e mentalidades em relação à religião.

Conforme o Censo de 2010, esse grupo equivale a 16,3% da população mundial, correspondendo a 1 bilhão de fiéis no mundo. No Brasil, esse grupo se refere a 15,3 milhões ou 8% da população (TEIXEIRA; MENEZES, 2013). Esse deslocamento sugere que a religião, para se manter como necessária a vida das pessoas, alterna suas dinâmicas para ter voz em diferentes assuntos face ao Estado. Indivíduos engajados numa religião civil de modelo comteano tendem a manifestar, como seu pai fundador, aversão ao mundo religioso, mas isso não significa que se livraram da religião. Essa postura encontra muito mais correspondência como grupo religioso dissidente e desejoso em difundir um novo ethos ou uma nova cosmologia de grupo. É o que adverte Gonzalez (2005) ao afirmar que a concepção de um mundo sem Deus não significa ausência de religiosidade. Para a autora, a postura contemporânea está ancorada

numa concepção materialista, científica e racional – um sagrado secular em que o homem é a medida de todas as coisas. Nesses termos, escreve a autora, Deus é um concorrente do homem, devendo ser substituído pelo Humanismo e pela divinização laica de eventos, prestígio, dinheiro e tecnologia.

Assim, mesmo com a separação entre igreja e Estado em 1889, que garantia ao Estado neutralidade sobre assuntos religiosos, a partir da Constituição de 1891 retoma a forma de religião civil com a implantação do Ensino de Moral e Cívica.

[...] Robert N. Bellah falou de uma ‘religião civil’, referências religiosas usadas por políticos para dar coesão à sociedade, constituindo uma religião oriunda do Cristianismo, mas não diretamente ligada às igrejas. **Algo semelhante formou-se aqui no Brasil** do regime militar, quando a ‘educação moral e cívica’ introduziu um tipo de religião civil brasileira [...] (SINNER, 2007, p. 43, grifos nossos).

Corbesier (1978) reitera que na separação entre igreja e Estado o próprio Estado assume postura leiga ou agnóstica. Em hipótese, se o Estado assume como visão de mundo valores cristãos para qualificar um comportamento desejado pelo Estado, este cessa o processo de laicização. Contudo, não sendo uma instância ética, mas política, ou transforma as normas éticas em normas jurídicas se utilizando do direito ou permite que instâncias religiosas da qual se serve administrem ao seu lado. Segundo o autor, “para que um costume seja um hábito social é indispensável que seja um costume da maioria daqueles que compõem a sociedade” (CORBESIER, 1978, p. 162). O critério também pode ser a adoção de uma determinada religião adotada como referência moral e dos bons costumes, conforme o critério da maioria.

De acordo com o censo de 1960, a maioria dos brasileiros são cristãos, sendo a definição de moral e bons costumes forjada pela religião dominante: o catolicismo romano. Um exemplo caro pode ser retirado do modelo de ensino católico que influencia a constituição do Ensino de moral e cívica (EMC) no país. A propósito da Comissão e Conselhos educacionais, era formada por militares e padres jesuítas que criaram as diretrizes para essa disciplina. Segundo Fonseca (1981 apud PAULY, 2004 p. 174), o ensino de moral e cívica, que tem sua origem no Ato Institucional nº 12, caracteriza o que se convencionou chamar de religião civil. Primeiro porque cumpria a função de sedimentar a solidariedade social e segundo porque no entendimento de seus idealizadores a moral está ligada a princípios divinos. A premissa era de que esses princípios transcendentais e de elevado valor moral para os indivíduos poderiam graduar-los para o exercício social. A religião cristã aqui aparece como guardiã desses

princípios e ao lado do Estado autoritário, selando os laços na promoção de reformas para a educação.

Entre as reformas educacionais realizadas pelos militares está a implantação de um currículo obrigatório de dez disciplinas onde se incluía OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e Moral e Cívica.¹⁶ A mudança não estava apenas na inclusão de novas disciplinas, mas na preocupação em mudar o conteúdo ensinado nas escolas. Segundo Moraes (2012), a seleção de um currículo não é desinteressada ou neutra. Estabelecer o que entra como conhecimento curricular está, em grande medida, conectado a atender interesses de grupos dominantes. No caso brasileiro, se percebe a existência de diferentes correntes bastantes influentes no campo da teoria curricular. Isso é revelador porque muito do que é ensinado se norteia por essas orientações curriculares. Essa forma de controle vai desde o uso do livro didático ao estabelecimento de conteúdos com a finalidade de uniformizar o ensino.

Para criar uniformidade de pensamento, Plácido (2014) assegura que no ano de 1969 o Ensino de Moral e Cívica (EMC) se tornou obrigatório na grade curricular das escolas brasileiras. Segundo o autor, essa medida se justificaria na preocupação por parte dos militares em tornar forte a unidade de pensamento em todos os estados federados. O Estado autoritário encontrava na religião católica o modelo de unidade fundante para o culto aos símbolos e heróis pátrios. Os pressupostos religiosos de reverência serviram assim para desenvolver a moral cívica dos cidadãos através da educação.

No dizer do autor, o objetivo da Moral e Cívica estava vinculado com pressupostos da religião dominante. A obediência à lei religiosa se relacionava à fidelidade as leis do país, a reverência aos símbolos religiosos era dimensionada, como já dissemos, aos símbolos pátrios como a bandeira e os brasões nacionais. Até a devoção aos santos se relacionava com honrarias aos vultos nacionais. Estas ambiguidades selaram setores conservadores da Igreja católica com o Estado, haja vista o próprio Guia de Civismo, que no item 2.2 (sobre ideias básicas) sustenta como pilar da educação a importância do espírito religioso do brasileiro e a necessidade do país se fundamentar em tradições cristãs. É curioso que o documento tenha aberto nesse item o espaço para outras denominações, não católicas, ao usar o termo tradições no lugar de tradição. Em todo caso, tradições e práticas religiosas enraizadas numa sociedade podem (por incorporação) servir de viés ideológico político quando se pretende estruturar sua hegemonia.

¹⁶ Anexo II

Desse modo, o espírito religioso pode servir de inspiração na criação do espírito cívico (RAMOS; MIRANDA, 2007).

Os povos mais felizes, aqueles que resolveram mais completamente os problemas sociais, são os que nos ofereceram a prova mais certa de que civilização e crença podem e devem permanecer unidos. De fato, o Cristianismo é a maior força social, pois exige de cada membro da sociedade um procedimento altruísta, conducente ao bem comum, à felicidade geral. Satisfazendo os seus deveres sociais o homem está cumprindo os seus deveres religiosos, segundo os ditames da consciência cristã (VALLE, 1969., p.75-76)

No campo educacional, o Estado estreita as relações com o Cristianismo e sustenta o elo entre ambos. Por ser o Cristianismo a religião da maioria, o Regime acredita que a sociedade cristã, ao cumprir os preceitos da religião (cidade de Deus), cumpriria os preceitos e leis da cidade dos homens que, neste caso, seria a obediência ao Regime. Contudo, isso só se efetivaria sobrepondo as duas cidades.

Miguel Lemos (1877), escreve em um ensaio de sua autoria que os brasileiros formavam uma massa enorme de pessoas, segundo ele, ignorantes, de acordo com o estudioso, um equivalente a 80% da população geral. O autor fundamenta seus princípios de substituir a religião católica pela religião cívica comtiana, sugerindo que o Estado deveria garantir o ensino obrigatório, sepultar a religião e o ensino religioso e conferir-lhes as devidas honras: o riso e a zombaria. Em seu lugar, a juventude deveria venerar Clotilde *De Vaux*, a Nossa Senhora do culto positivista; sendo este um ideal político com vistas a ser implantado no Brasil, que Lemos chama de Revolução a mudança na moral, nos costumes e no pensamento.

Quando os militares assumiram o poder, o quadro de educação no Brasil era alarmante. Professores com salários defasados trabalhando em condições materiais e humanas precárias, o analfabetismo e evasão escolar eram altíssimos, muitos servidores descontentes passaram a protestar. Desta feita passaram a ser perseguidos, sofreram represálias, responderam inquéritos policiais e foram presos ou exilados. Muitas escolas eram invadidas e passaram a ser vigiadas por um órgão criado pelo governo conhecido como SNI (Serviço Nacional de Informação), com o intuito de controlar a utilização e circulação das informações. A obsessão pelo controle se mostrou voraz, pois não era permitido aos alunos e professores se reunir em grupos, discutir, reivindicar, tratar de problemas e melhorias para o ensino. Houve perseguição à UNE (União Nacional dos Estudantes), às Uniões Estaduais e sua substituição pelos Diretórios do governo com base na Lei Suplicy. Embora se verifique tentativas de reforma, as medidas eram impostas de cima para baixo (PILETTI; PILETTI, 1991).

3.1 Fronteiras e alargamentos entre Estado e Religião

Admitime-se que há uma intensa e acalorada discussão sobre o futuro da religião em que diferentes autores tomam parte. Danièle Hervieu-Léger (2008) considera que a religião não é mais um código de sentido onde as pessoas se sentem obrigadas a seguir. A escritora francesa afirma que a religião tinha a pretensão de reger a sociedade impondo seu código ético e moral, hoje, porém, a religião perde a legitimidade ao sair do domínio público para o domínio privado. A religião torna-se assunto pessoal, contrapondo-se ao coletivo, “são assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja” (HERVIEU-LÉGER, 2008 p.34). A Separação do domínio público e privado distingue os diferentes papéis e isso não significa a morte da religião, ela persiste como instância subjetiva e parcial de quem nela aceita suas verdades. O Estado mantendo-se neutro não faz opção por nenhuma em particular, mas garante o exercício das religiões cada qual em seu domínio.

Na privatização, o Estado não tem interesse pelo campo da ética e da religião e ele próprio não sendo uma instância ética e nem religiosa põe de lado a ética e a religião AS reservando para o campo do fórum íntimo, do estritamente privado (CORBESIER, 1978). O paradoxo ocorre quando o Estado permite a entrada de alternativas religiosas atuando no âmbito da cultura e da política, isso ocorre por causa do alargamento de fronteiras. Neste caso, o espectro da religião civil ressurgue e se apresenta como alternativa secular à religião tradicional e essa característica viola a demarcação das fronteiras. Alargar as fronteiras entre o religioso e não-religioso significa que a religião se cruza com ciência, com filosofia, com política e com outros gêneros que se multiplicam: “têm-se multiplicado na sociedade contemporânea os espaços ou instâncias que procuram algumas funções da religião, como sua força coercitiva, sua capacidade integradora, sua produção de sentidos e sua demarcação de identidades” (MOREIRA, 2008, p. 11-12).

As fronteiras que separam política e religião se mostram tênues para McDowell e Stewart (1993). Esses pesquisadores apontam substitutos seculares com grandes chances de tomar o lugar do Cristianismo, como o marxismo. Apesar de não acreditar em Deus e não desenvolver uma liturgia própria ou adoração, esses autores as reconhecem como religiões na medida que buscam explicar a existência sem recorrer ao sobrenatural. Defendem que sistemas seculares desenvolvem crenças, escrituras e submetem indivíduos a um conjunto de práticas e

ideias coesas, a exemplo das religiões. Afirmam que sistemas seculares são cosmovisões que substituirão o Cristianismo por sobreposição de ideias. Nessa perspectiva, o fato de a religião dominante ter uma aproximação muito grande com o poder político, essa visão sugere que a religião pode perder seu papel ao lado do Estado quando este se sentir ameaçado. A disputa pelo poder (interno ou externamente) permite ao Estado emergir no âmbito da cultura como produtora de significados e relegar à religião ao ostracismo político. Do ponto de vista estrutural, defendem que a sociedade moderna vai assumindo um perfil secular e a dimensão religiosa, os símbolos e os significados passam a ser ressignificados por símbolos e práticas seculares.

A Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, instituiu como símbolos nacionais a Bandeira, o Hino, as Armas e o Selo nacional, além das formalidades de como devem ser apresentados em ritos e festas da ordem. Para além de escrever o Hino à Bandeira, o poeta Olavo Bilac estava imbuído de criar a oração à Bandeira brasileira. Segundo Valle (1969, p. 124), o poeta “dedicou sua vida utilíssima a uma campanha ímpar de civismo, que se tornou memorável, objetivando, principalmente, esclarecer o povo, e, em particular, os jovens a respeito da necessidade do Serviço Militar”, como ocorre na religião tradicional, o culto e valorização de seus líderes, santos, gurus, xamãs, médium, etc. O regime dedica venerável reconhecimento aos vultos brasileiros que, segundo ele, engrandeceram a nação. Nas festas da ordem, os nomes destes personagens são lembrados às novas gerações (VALLE, 1969).

Segundo Da Mata (1986), as festas da ordem como os ritos cívicos e religiosos conseguem ligar a casa e a rua, isto é, servem de ponte entre o mundo privado e o público. Estas cerimônias cívicas promovem a glorificação e manutenção do *status quo* social, mantêm a estrutura social inabalada ao celebrar as relações sociais hierarquizadas. Nas festas da ordem toma-se consciência da importância de algo que está sendo mostrado. Além de fazer memória ao que deve ser repetido e legitimado na célula familiar, as festas da ordem objetivam infundir no indivíduo o sentimento de que “não somos daquela corporação”, ou seja, de um lado a dramatização pública reunindo a força e poder de uma classe social específica e, do outro lado, um público desejoso em obter força e poder, pois se encontram diluídos na massa social sem forma, conhecidos genericamente como povo.

Por analogia, aquilo que preocupa uma determinada liderança religiosa em relação a atitudes de seus seguidores ocorre da mesma maneira no mundo civil. A liberdade é cerceada pela lei, pelo mito, pelo rito. Da Mata (1986) acredita que formalidades rituais podem suscitar

o respeito por quem o realiza. Os ritos, além de criar distinções por meio de sinais como o respeito ao momento, proporciona o controle da ação individual e coletiva. Tudo é controlado no ritual, seja na oferenda a um espírito protetor ou no hasteamento de uma bandeira.

[...] nos ritos da ordem em geral, e nos rituais religiosos em particular, o comportamento é marcado pela constrição e pela solenidade que se concretizam nas contenções corporais e verbais. O corpo, então, na Igreja e nas solenidades da ordem é marcado pela rigidez dos gestos e por formas obrigatórias de gesticulação. São maneiras de marcar a contenção e de promover a uniformidade e a tranquila obediência dos fiéis ou servidores, já que tudo isso conduz a uma visão ordenada da própria ocasião formal (DA MATA, 1986, p. 56).

O rito, nessa perspectiva, é apresentado com um papel instrumental de controle da ação humana em escala reduzida, isto é, se funciona para um público reduzido em escala micro, poderá funcionar em escala numericamente mais expressiva, desde que sejam observadas a utilização do arsenal simbólico na linguagem, nas vestimentas, nos gestos corretos. Os ritos da ordem contêm o indivíduo e neutraliza a ação.¹⁷

3.2 PROBLEMA: A existência de minorias religiosas (Religião Civil) que não aparecem nos censos estatísticos

O problema como está posto suscita duas hipóteses. A primeira é de que a religião civil não se trata de uma instituição religiosa, nesse caso aproxima-se do conceito rousseauiano em que a religião civil não tem templos, pois é produzida apelando aos sentimentos e paixões coletivas. A exemplo da religião do homem esses sentimentos na esfera pública cobriria a deficiência da razão em não conseguir reunir o coletivo em sua causa (MARTINS, 2010). Nessa perspectiva, a referência religiosa se faz necessária para interiorizar nos indivíduos imperativos cívicos para a cidadania por meio da religião civil. Ela cria uma ética universal, cujo núcleo das normas era Deus, reúne o culto divino ao amor às leis, que é interiorizado. Em outras palavras, “servir ao Estado seria servir a Deus. O resultado desta prática seria de utilidade pública e muito útil à coletividade uma vez que os cidadãos passariam a amar e interiorizar seus deveres” (MARTINS, 2010, p. 105).

A segunda hipótese a considera como organização religiosa, mas devido ao inexpressivo número de seguidores ela não aparece na amostra dos recenseadores. A religião civil aqui se aproxima de outro filósofo, Augusto Comte, que fundou a religião da humanidade

¹⁷ Anexo III

e cujos adeptos brasileiros trouxeram o positivismo para o Brasil desde 1889 com a proposta de substituir o catolicismo por um governo de bases científica e racional. Os liberais e positivistas defendiam que a igreja católica era retrógrada e conservadora e isso obstaculizava temas modernos, como a separação entre as esferas espiritual e temporal, a secularização dos cemitérios, o casamento e registro de nascimentos civis.

O Estado pulverizou a transcendentalização, as explicações sobre a origem da vida, do mundo e do homem (cosmologias religiosas) e em seu lugar fundamentava os argumentos com as explicações racionais para os fenômenos sociais. “A modernidade, ao questionar o lugar do religioso, não necessariamente proclamava a morte da religião, mas sim sacralizava uma outra dimensão, o próprio homem situado na esfera secular” (MARTINS, 2010, p. 102). Apesar de rechaçar o mundo religioso, segundo a autora, essas disputas revelam a interdependência entre as duas esferas. No entanto, nessa fase inicial da religião civil no Brasil, a criação de um arcabouço de estratégias políticas fracassa. Em grande medida, o fracasso se relaciona devido à falta de continuidade com as “fontes cálidas”, isto é, o expurgo do religioso provocou uma crise de insociabilidade por faltar um sentimento capaz de agregar a massa.

3.3 Religião civil e propaganda durante a ditadura militar

A propaganda positivista no período ditatorial de 64, ocorre de maneira diferente do positivismo antes da república. Enquanto a ação dos primeiros positivistas não havia considerado a interiorização dos valores cívicos através da educação (mostrando-se contrários à obrigatoriedade do ensino) e se limitando a construir monumentos cívicos, criar feriados civis, distribuir panfletos, criar nova Constituição. Durante o Regime militar de 1964, a educação ganha relevância na apresentação dos valores cívicos como fundamentais. Para Martins (2010) a educação é primordial na difusão desses valores, sendo “A melhor maneira de fixar este sentimento seria através da educação. A religião civil e a educação pública visavam alimentar o sentimento patriótico [...]” (MARTINS, 2010., p. 105). O governo militar patrocinou shows de civismo e propaganda no momento em que a religião civil no Brasil atuava como suplente da religião civil norte americana (ASSMANN, 1986). Os valores cívicos estavam alinhados com os programas de TV cristãos, uma inovação no cenário brasileiro. No campo musical Dom e Ravel atraíram para si interesses empresariais de gravadoras como a RCA, Bervely, Copacabana, NGS Gravações, CBS, JWC, RBMusic. Dentre as gravadoras a RCA merece a atenção por ser a instância que definirá os padrões e os valores para as pessoas na década de 60. Uma multinacional que concentra o interesse de grupos empresariais sobre a cultura no

campo fonográfico (ORTIZ, 2007b). Também importantes setores estratégicos da economia e da política se deleitaram com a dupla. Renato Ortiz (2001a) faz lembrar que o Estado é um dos principais anunciantes e interessado pela propaganda dos anos 60, sobretudo porque é o período marcado pela reorganização econômica do país. “A evolução do mercado de propaganda no Brasil está intimamente associado ao Estado, que é um dos principais anunciadores” (Ortiz, 2001a, p. 121).

Para Martín-Barbero (2013), através dos meios de comunicação o Estado consegue converter a diversidade cultural há um único sentimento que é o ufanismo. Se a década de 1950, por sua vez, é marcada pelo declínio da cultura musical brasileira, paradoxalmente tanto a rádio quanto a Televisão desempenharão interesses na comunicação do sentimento nacional de 1960 (CARVALHO, 2013). Para Piccino (2012), o Regime Militar estava empenhado na divulgação de sua imagem por meio de produções artísticas. O autor destaca entre essas produções o Hino do Sesquicentenário da Proclamação da Independência e ainda o filme *Independência ou morte*. Na música, menciona o conjunto musical “Os Incríveis”, “Pra frente Brasil” e três sucessos de Dom e Ravel: *Eu te amo meu Brasil*, *Obrigado ao homem do campo* e *Você também é responsável*. De 1964 a 1985, segundo Queiroz (2006), a propaganda militar ao enaltecer o país com temas relativos à República, mantinha o controle ideológico impedindo a formação de ideias precisas sobre os acontecimentos.

O uso da música pode estar ligada à falta de que no positivismo brasileiro as produções artísticas tenham se concentrado na arquitetura, na escultura, na arte parnasiana e poesia. A arquitetura combinava o estilo clássico com o estilo interno das igrejas católicas, mas na música não havia referência (TORRES, 2018). Segundo Vidal e Aguiar (2002), as comemorações do Sesquicentenário é um exemplo de fomento à propaganda militar nos meios de comunicação. Segundo esses autores, o governo militar, através de seus generais, convidou importantes nomes do cenário nacional a fim de abrilhantar o Sesquicentenário. Entre os artistas estão Elis Regina, a banda de Rock Os Incríveis e a dupla Dom e Ravel.¹⁸

¹⁸ Ainda vivendo sob o período ditatorial, em 1969 a gravadora RCA Victor lança no Brasil o primeiro álbum da dupla intitulada “Os Sons do silêncio” com a composição de Paul Simon e a música *Desvio mental* de Dom. O lançamento foi um fracasso de vendas, mas foi a partir desse lançamento que o cantor Dom se projeta no mundo musical como compositor. Assim, pois, muitos cantores como a banda de música Os Incríveis, e os cantores Wanderley Cardoso, Jerry Adriani, Wanderléa, Vanuza entre outros passaram a procurá-lo. Essa aproximação com artistas já consagrados pelo público foi crucial para a dupla emplacar no cenário fonográfico, pois no ano seguinte o sucesso de Wanderléa com a música *Quando eu vi você dormindo* (gravado pela CBS em 1970) fez com que Dom entrasse no V Festival Internacional da Canção cantando *A Charanga*, ao lado da “Ternurinha” (como era conhecida Wanderléa). O jornalista e escritor Carlos Chagas lançava nesse ano a obra *O Brasil sem reboque* (dividida em dois volumes) e assumiria a Secretaria de Imprensa da presidência da República (CHAGAS, 2014).

Vasconcelos (2000) acrescenta que a mídia, em geral, desempenhou papel decisivo na sustentação do autoritarismo por meio da falta de informação.¹⁹ Essa condição contribuía para instituir a circulação de falácias de modo sistemático graças a divulgação de valores do Regime autoritário por esses canais. Nem o hino nacional escapou de ser ressignificado quando o então governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, em reunião com os governadores do Sul em Curitiba, no palácio Iguazu, chegou a sugerir ao presidente Garrastazu Médici que transformasse a música *Eu te amo meu Brasil* em hino nacional (VEJA, 1971).²⁰

3.4 Em busca de um limite entre domínio religioso e domínio civil

A relação da igreja católica com a ditadura no período de 1970 é marcada pela oposição ao Regime. Nessa década a igreja assume postura de contestar o Regime que ela apoiou com braço direito. Foi preciso que o arbítrio praticado pelos militares no país saltasse aos olhos, sobretudo com a implantação do AI-5, para que a CNBB se posicionasse como um dos poucos espaços de protesto. O laço da religião civil estava ameaçado pela cisão ocorrida dentro da igreja entre os conservadores católicos que apoiaram os militares até seu último dia de mandato, e, em menor número, membros do episcopado que denunciavam torturas no Brasil e no exterior. O deslaço construiu a memória de dois termos contrários para designar posicionamentos dentro da igreja: conservadores e progressistas. Esses termos, ainda em uso atualmente, são evocados para se referir aos avanços e retrocessos no interior da igreja. A relação amistosa entre militares e igreja não impediu que alguns padres progressistas fossem perseguidos e mortos (GOMES, 2014).

A perspectiva de análise desse período parte da observação de que a igreja está inserida no mundo, em determinado contexto social e, portanto, influencia e é influenciada no jogo das relações. É uma instituição social que como qualquer outra se preocupa com sua sobrevivência

¹⁹ Assim, no ano de 1971 a gravadora RCA Victor lançou dois álbuns de Dom e Ravel no Brasil dando notabilidade à dupla no cenário fonográfico. O álbum “Terra Boa” e “você também é responsável/ essa menina tá ficando moça”. A primeira leitura que se faz da aparência da dupla no ano de 1971 é o uso das costeletas longas, influenciada pelo estilo norte-americano do rock que em 1950 ditava a moda. “Em 1972 a RCA lança mais dois álbuns da dupla intitulada glória aos jovens” e “O jardineiro”. Contudo, a partir de 1974 a dupla lançara cinco álbuns com o rótulo da Bervely. É produzido pela nova gravadora “O caminhante”, “Dom & Ravel”, “Marinheiro”, “Animais Irracionais” e um release. Esse é um período de grande investimento do governo militar em propagandas como as produções de cinejornais pela Agência Nacional preocupada com a imagem pública do governo Médici (MAIA, 2018).

²⁰ Cf. Revista VEJA, de 03 de Janeiro de 1971, n.126, p.62.

financeira, compartilha valores que crer serem bons, possui posicionamentos e exerce papel hegemônico (a religião católica é a religião da maioria dos brasileiros, tem algo a dizer sobre diferentes temáticas da vida social). A igreja enquanto instituição social, tem objetivos próprios e se adapta às conjunturas políticas. Posicionar-se ao lado do Estado é um traço característico de sua atuação política (GOMES, 2014).

As circunstâncias latino-americanas de exclusão, repressão e o desejo de mudança, levaram sacerdotes católicos e pastores protestantes defenderem uma corrente de pensamento que ficou conhecida como Teologia da Libertação. Os irmãos protestantes defendiam uma leitura hermenêutica da Bíblia, em que as religiões deveriam combater a opressão por meio do engajamento nas lutas sociais e afirmavam que Deus tinha predileção pelos pobres. (SOUSA GABRIEL, 2015). No ramo protestante, talvez o caso mais conhecido seja do teólogo Rubem Alves que passou a ser perseguido durante o Regime militar, por suas ideias liberais, considerado subversivo teve que se exilar fora do país. Nos Estados Unidos, estudou no Seminário Teológico de Princeton e escreveu um trabalho intitulado: Por uma Teologia da Libertação. Essa obra foi editada no Brasil somente após o fim da ditadura militar. Contudo, a influência das ideias de Rubem Alves ganharam força a partir dos anos de 1970 e 1980 como forma de resistência (FRAZÃO, 2022).

O boletim geral de 1960 seguiu diretrizes básicas de organismos internacionais para o Censo das nações americanas, diferentemente do primeiro recenseamento, que foi em grande medida influenciada pelo catolicismo. Durante o primeiro recenseamento do Império, quando se contava almas e não pessoas, a religião católica sempre teve papel decisivo nos assuntos do Brasil. A religião reconhecia a existência de apenas dois sexos, o masculino e o feminino, além de três estados civis, o solteiro, o casado e o viúvo. Ademais, a influência do catolicismo foi decisivo na elaboração do primeiro recenseamento geral do país. Até as províncias estavam ligadas às paróquias e suas lideranças religiosas. Quanto à divisão social, ou se era livre ou escravo e essa conjuntura estava dividida entre quatro diferentes raças (brancos, pardos, pretos, cablocos) (RECENSEAMENTO GERAL DO BRAZIL DE 1872).

Como se observa no Censo de 1960, há interesse específico sobre características dos brasileiros como as religiões praticadas no país, o estado conjugal dos brasileiros, a duração do casamento e quantos filhos o casal possui. O propósito em divulgar a religião no Censo como um dos critérios de pesquisa segue os mesmos parâmetros do Censo anterior. As religiões divulgadas em 1960 foram aquelas que, segundo o próprio IBGE, tinham maior número de

adeptos no país. Por esse critério, os adeptos da religião positivista que aparecem no Censo de 1950 não são computadas no Censo de 1960. Também foi no Censo de 1950 que se definiu o Espiritismo como religião (e não uma filosofia, como defendem alguns pesquisadores). Assim como o Espiritismo, o Budismo figura como religião no Censo de 1950.

Em 1872 a classificação sobre religião considerava apenas duas alternativas: católicos e acatólicos. Somente em 1890 será acrescentado os itens católicos (romanos e ortodoxos), protestantes (evangélicos, presbiterianos e outras igrejas), islamitas, positivistas e os que não tinham nenhum culto. Em 1900 a classificação é aumentada para sete grupos ao incluir itens como *outras religiões* e *religiões ignoradas*. Em 1920 o quesito religião é ignorado das estatísticas do Estado, só retomando em 1940 reiniciando o levantamento da população religiosa e mantida pelo Censo de 1950 e 1960 (IBGE O QUESITO RELIGIÃO NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950).

As Constituições mostram os limites da religião civil numa tentativa de colocar a religião católica na esfera privada. A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, coloca a religião no lugar do direito individual (liberdade de consciência), mas permite o ensino religioso no espaço público (PAULY, 2004). Portanto, o envolvimento de bispos na política, mesmo depois da democratização do país, intensificaram-se. A elaboração da Constituição de 1988 teve a participação do episcopado que influenciou na elaboração de leis sobre proteção dos direitos humanos, das minorias religiosas e das camadas populares. Segundo Gomes (2014), a CNBB teve papel fundamental na abrangência dos direitos humanos para a democracia brasileira.

O levantamento do VII recenseamento tem desdobramentos importantes para essa análise das estratégias de como política e religião organizam suas demandas. Por exemplo, na questão da formação familiar dos brasileiros, o casamento garantido pela Constituição em vigor durante o Regime, no Art. 175, afirma que “A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos” (VALLE, 1969, p. 09). Esta garantia assegurada pela Constituição, no modelo civil, institui o modelo de família reconhecido e administrado pelo Estado, no entanto: “a lei não reconhece o casamento religioso; a educação e o ensino pertencem à alçada estatal, sem cátedras livres; empresas, ciências, letras e artes jurisdicionadas pelas autoridades” (VALLE, 1969, p. 12).

Neste ponto o Regime militar rompe com as concessões feitas entre a religião católica e o Estado na Constituição de 1934 (que garantia o reconhecimento do casamento religioso

inclusive proibindo o divórcio pela lei civil). A definição de indissolubilidade do casamento religioso no catolicismo, isto é, sua natureza homogênea, que não pode ser separada, ganhava, na versão do casamento civil, símile natureza. Outra ruptura se deu no campo da educação ao não permitir cátedras livres, quer dizer, as instituições não deviam deliberar sobre quais conteúdos os estudantes deveriam conhecer, o tipo de saber que lhe fosse mais conveniente. O pensamento de forma autônoma não era encorajado (FONSECA, 2017).

Esses acontecimentos corroboraram, no aspecto do matrimônio, da formação familiar, para que o Regime se afastasse, a passo largo, da religião, considerando o casamento religioso sem efeito para o Estado. Nossa premissa é que uma vez podendo o matrimônio religioso ser dirigido pelo Estado, isto sugere que outras dinâmicas possam igualmente ser administradas. Entre as dinâmicas não alinhadas com o Estado, estavam questões sobre aborto e anticoncepcionais. Essas duas pautas e a promulgação da lei do divórcio, em 1977, foram o pomo da discórdia entre o poder religioso e o poder político (GOMES, 2014).

3.5 Perspectiva política-religiosa do messianismo

A ideia de um salvador (político ou religioso) para os problemas sociais é uma característica do messianismo judaico-cristão, em que o desejado das nações restaurará o equilíbrio da Criação e inaugurará um novo tempo. À teoria messiânica se vincula o approach político de um mundo melhor e fraternal originário das profecias soteriológicas. Mas para que o Paraíso se estabeleça é necessário que haja a renovação, nenhum novo mundo poderá ser inaugurado sem que o antigo pereça completamente (ELIADE, 1972). Várias ideologias se levantaram ao longo da história imbuídos de realizar a regeneração do social, reformular uma nova sedimentação que do século XIX para o XX se ocupava com a redefinição do moderno e de um novo quadro político, social e econômico. O religioso também foi afetado, pois estava conectado com o político (SEVCENKO, 1989).

Como sugere Reis (2004), a ditadura militar foi uma tomada de decisão que não foi de súbito, mas pensada (tinha um programa específico) e articulada (com o apoio de vários setores da sociedade), sendo necessários razoáveis dez anos antes do fatídico golpe de 1º de Abril de 1964. Pelo menos duas características foram sustentadas pelos militares para justificarem a tomada de poder: os brasileiros aguardavam um salvador político para a crise econômica do país, e, por outro lado, o avanço do comunismo também serviu de álibi para que não ocorresse no Brasil o mesmo infortúnio que abraçou Cuba em 1959.

Para Catroga (2010), as religiões abraâmicas sustentam há séculos o messianismo histórico de um salvador para a humanidade. Com suas aproximações e distanciamentos, o Cristianismo primitivo, segundo o autor, coloca essa salvação noutra mundo – fora da história, enquanto o Islamismo conecta mundo imanente e transcendente. Segundo o autor, com uma soteriologia diferenciada do Cristianismo e do Islamismo, isto é, nem Jesus Cristo e nem Maomé, o Judaísmo aguarda a vinda do salvador para os problemas desse mundo. Nesse sentido, está patente a ideia de que os judeus são o povo eleito, a nação santa, escolhida por Deus. Por isso o judaísmo encara “o futuro em termos de um messianismo que ainda espera a sua irrupção na história” (CATROGA, 2010, p. 23). Dessa perspectiva religiosa da história, subtrai-se que enquanto esse salvador não chega, o poder temporal pode ser administrado tanto pela religião quanto pelo Estado, seja na forma de monarquia ou Estado-nação.

Essa perspectiva religiosa da história manteve a religião muito próxima dos governos durante séculos e só se modifica graças à autonomização política. Quando o Estado resolve existir por si mesmo, isto é, sem influências da religião, precisou expurgar a influência religiosa da esfera secular. Para o autor, os setores secularizados passaram a ver a religião como tropeço e nesse momento o Estado consegue se impor como independente, mesmo em países de maioria católica, como foi o caso do Brasil em 1964.

Reis (2004) afirma que além dos EUA a imprensa também aguardava oportunidade por um golpe de Estado. Hinos ao governo foi uma inovação artística que até então não havia, mas também insurgiram hinos de luta pela democracia. O posicionamento da Igreja Católica foi questionado, pois enquanto setores da igreja apoiaram o governo, religiosos como o dominicano frei Beto, frei Tito, dom Hélder e dom Paulo Evaristo Arns combatiam o regime. Segundo Cruz (2004), a perseguição a setores da igreja significou igualmente um elo com setores da mesma igreja. Isto é, o Regime perseguia setores católicos não alinhados com os militares e por outro lado tinha apoio de católicos de setores conservadores que também condenavam a Teologia da Libertação (REIS, 2004). Durante a ditadura militar, portanto, era possível encontrar tanto bispos e padres que se mantinham próximos ao governo quanto aqueles que se engajaram em manifestações sociais ao lado dos trabalhadores e dos estudantes (REIS, 2004, p. 50).

A igreja católica que sempre se manteve ao lado do Estado, em 1960 assiste essa ruptura no interior da igreja entre apoiadores e não apoiadores. Evidentemente isso desagradou aos militares, pois a falta de hegemonia fez surgir muitos movimentos contrários ao Regime,

como a JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Se desde a colonização brasileira o Estado sempre teve o apoio da igreja no Brasil, e agora esse elo estava saturando, o Regime precisaria encontrar um substituto.

Se, após a “saída da religião”, ela se encontra fora de questão para fundar o elo social, sobre o que então construí-lo? O agnóstico Emile Durkheim já cogitava sobre a questão, no início do século XX, quando ele constatava o esboroamento das velhas crenças religiosas. Ele encontrou a resposta numa espécie de religião cívica, a ideologia republicana saída das Luzes, capaz, pensava ele, de constituir um substitutivo válido do papel até então exercido pela religião. Todavia, é realmente isso o que, após Durkheim, se tem podido observar nas sociedades ocidentais? Para Radcliffe, basta analisar a situação que se vive hoje, em vez de se pôr em busca de eventuais substitutivos da religião, susceptíveis de fundar em seu lugar o elo social (DONNADIEU, 2006, p. 08).

Segundo Catroga (2010), diversas correntes se apropriaram da escatologia judaico-cristã, como as revoltas sociais dos séculos XVI e XVII, os trabalhadores na fase inicial da Revolução industrial. No século XIX Comte crê no definhamento do mundo religioso e da necessidade de reinventar o religioso, um novo Cristianismo, sem Cristo, materialista em que o historicismo evolucionista será dominante na sociedade moderna. Muitas ideologias do século XIX e XX surgiram como proposta de substituição da religião como a ideologia republicana (religião civil), a ideologia nazista, fascismo, stalinismo (religião política). Estas ideologias constituíram “fontes cálidas” na construção de determinada coesão social fora do domínio da religião tradicional.

Segundo Donnadiu (2006), embora o mundo Ocidental esteja passando pela decomposição social na política e na religião, os países do terceiro mundo (incluindo o Brasil) têm na religião as “fontes cálidas” para manter o elo social. O caminho, sugere o autor, é fundar valores fortes e não contestados para que o elo seja sólido e duradouro, somente dessa forma os valores podem se conectar com a religião ou seus substitutos, as ideologias políticas. Com frequência o elo social foi imposto pelo poder político com o objetivo de colocar a religião aos objetivos do Estado. A situação de crise leva o Estado a reatar os laços com a religião, a fim de fundar o elo social e manter a sociabilidade. Quando, porém, a organização religiosa encontra-se dividida ou manifesta ruptura com o poder vigente, é preciso construir o elo social de outra maneira.

O caminho encontrado pelo Regime autoritário, interessado na hegemonia política diante das camadas populares, parece ter sido a tentativa de agrupar cultura popular com a

política ao desenvolver e reproduzir a propaganda ideológico nos meios de comunicação de massa. Nessa direção, Ortiz (2001^a) recorda que desde o Estado Novo havia a preocupação de integrar as diferentes regiões do país por meio da relação entre Estado, Meios de Comunicação de massa e cultura, e que Capanema foi quem idealizou um departamento de propaganda que fosse ao mesmo tempo capaz de integrar diferentes expressões culturais e censurar o que não fosse conveniente ao Estado, resultando, com isso, na criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mediado pelos Meios de Comunicação de massa. Os militares reativam esse departamento extinto desde 1945 e incorporaram as canções de Dom e Ravel ao seu projeto de governo na tentativa de universalizar sua mensagem cívico-patriótica por meio de canais midiáticos. O apelo à música ufanista passa a ser a tônica das campanhas publicitárias com o fito de enaltecer o país e o Regime.

Queiroz (2006) descortina a propaganda política no Brasil como instrumento ideológico dos partidos políticos, tanto de esquerda quanto de direita, sobretudo no período que vai de 1964 a 1985. Muitos dos discursos veiculados pelos Meios de Comunicação de Massa estão ligados aos processos globalizados da economia com o capital estrangeiro. Portanto, a ditadura militar utilizava-se da propaganda ideológica com o fim de ditar o comportamento desejado pelo Regime, um modelo a ser seguido por todos. A propaganda ideológica persuadia a sociedade sobre elevados valores cívicos. Tome-se como exemplo a criação da AERP, um esforço para prevalecer nos MCM a mensagem unilateral do Regime. Embora os MCM tenham um objetivo social diferenciado da família e da escola, está intrinsecamente ligado à “construção” subjetiva de valores, formação da opinião pública. Este caráter fez com que os MCM consolidassem “valores” ao reproduzirem discursos de grupos fechados e dominantes.

Por diversas vezes se tentou criar no Brasil uma propaganda política centralizada, a exemplo do DIP ou da AERP. Todavia é no governo do presidente Médici que essa investidura é concretizada. Médici ativa a AERP como um instrumento de manipulação governamental, isto é, da propaganda política a serviço do governo, que naquele contexto ansiava por uma hegemonia que consolidasse o elo social (CAPARELLI, 1986). As condições para realizar tal projeto estava em expansão, pois na década de 1960, segundo Lattman-Weltman (2021), havia no país cerca de 598 mil residências com aparelho de TV. A política passou a explorar esse espaço como, por exemplo, Carlos Lacerda, que se utilizou do espaço midiático para favorecer Jânio Quadros ao cargo de presidente apoiado pela UDN.

Em 1970 os militares no poder alardeavam mudanças em três importantes domínios. No domínio cultural, o advento dos meios de comunicação anunciava os festivais de músicas, o tricampeonato no México e a transmissão da primeira copa do mundo ao vivo e em cores pela TV. O espírito de euforia era impulsionado pelo governo que no plano econômico fazia grandes investimentos com o capital estrangeiro. No plano político, o Regime Militar se gabava de o Brasil ser o país do futuro. Em meio a todos esses acontecimentos, os militares se preocupavam em divulgar a ordem e o progresso como bandeira política e encontraram na música brasileira um forte elemento de persuasão social. Nesse momento é verificado o surgimento de um sentimento ufanista entre os brasileiros que teve como importante elemento aglutinador os Meios de Comunicação de Massa (ARAGÃO, 2014).

O empresário e apresentador do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Sílvio Santos, que naquelas circunstâncias precisava da concessão dos militares para que a emissora de TV funcionasse, solicitava a licença junto aos censores. Foi quando o brigadeiro e ministro da aeronáutica conhecido como Délio Jardim de Matos anunciou a música da dupla sertaneja Dom e Ravel como propaganda do Regime Militar, inclusive chegando a solicitar a Sílvio Santos que ajudasse a dupla (CONTI, 1999). Os acordos entre Sílvio Santos, o brigadeiro e os cantores parecem ter dado certo, como se pode reler na imagem da capa do vinil “Brasil, cidade e campo”. O logotipo do SBT no vinil assina sua participação no lançamento do LP pela gravadora Copacabana.

Figura 2 – Capa do disco de vinil.



Fonte: Google Imagens (2022).

Os militares, necessitando encontrar uma maneira de ganhar a opinião popular em seu governo e não podendo contar de todo com a igreja católica, encontraram na música de Dom e Ravel a chave apropriada para lançar seu marketing político. A letra desta dupla falava de um novo Brasil, promissor e autossuficiente aliado ao censo de patriotismo (CAVALCANTE,

2012). Para se ter ideia do sucesso, a dupla vendeu em fevereiro de 1970 cerca de 200 mil LP(s), com a composição do compacto “Eu te amo meu Brasil”. O ufanismo musical sentido e externado pelos brasileiros ligava-se aos importantes eventos do calendário, como o carnaval e a copa do mundo (MELLO, 2003).

Com base na argumentação do bem comum, o Estado recrutou especialistas em censura, funcionários com a missão de ouvir e ler, criticar e julgar as obras e seus autores com a chancela do Estado podendo censurá-las ou não. O que era censurado era porque não estava ajustado com os militares (CORBESIER, 1978). Um destes interventores das produções culturais foi Lourival Fontes, que vigiava as publicações em rádios, nas produções cinematográficas e teatrais (PÉCAUT, 1990). Nessa época, muitos intelectuais queriam o reconhecimento do Estado de sua missão para administração pública do social e o Estado brasileiro reconhecendo-lhes essa vocação para a política nacional concede o lugar de elite dirigente à Intelligentsia. O projeto ideológico tinha como alvo a cultura e foi essa definição que originou a convergência de muitos intelectuais ao Regime (PÉCAUT, 1990). Por ser um projeto mais ligado à cultura, intelectualizado, o Estado se aproximou de diversas expressões artísticas. Estado e intelectuais delinearam um projeto em que os intelectuais abraçavam a ideologia de Estado enquanto que o Estado forjava uma ideologia cultural (PÉCAUT, 1990).

Para explicar sobre os agentes sociais envolvidos nesse campo é necessário trazer o pensamento de Bourdieu sobre campo cultural. Para Bourdieu (1996 apud NIZET; RIGAUX, 2016) a televisão é um exemplo de Campo cultural estruturado por determinados agentes sociais (dominantes e dominados) interessados numa relação desigual entre todos envolvidos. No interior desse campo as pessoas não são plenamente conscientes das regras do jogo. Com isso, a TV pode ser tanto um instrumento de transformação como de conservação dos dominantes. Neste campo de luta são trazidos para o jogo o *status* dos envolvidos, suas afiliações e redes, pois esse mapeamento tem como objetivo mostrar o poder de cada jogador.

Os jornais sensacionalistas surgem situando os negócios acima de qualquer critério moral ou verdadeiro. Para Martín-Barbero (2013), os jornais sensacionalistas romperam com a tradição jornalística independente e em seu lugar passou a vigorar o interesse empresarial. Os critérios empresariais e político-culturais se colocavam acima do livre pensamento. O que Martín-Barbero explica é que a matriz cultural dos jornais nesse período é substituída por outra simbólico-dramática em que a cultura popular é modelada. A modelagem do

popular contava assim, com a incipiência do empresariado que buscava expandir os meios de comunicação de massa.

Com número reduzido de televisores, a transmissão era feita em preto & branco (cerca de duas mil unidades em 1950), saltando em 1960 para setecentos e sessenta mil televisores e chegando em 1970 com 4.931 milhões, agora em cores, consolidando a indústria cultural (SANTOS, 2015). Desde o golpe de 1964, além da música muitos outros elementos culturais foram incorporados à hegemonia política dominante, como, por exemplo, as ideias de Paulo Freire que foram despolitizadas pelo regime na implantação da política educacional do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Aliás, novamente a dupla Dom e Ravel

tiveram suas músicas recrutadas pelos militares quando o ministro Jarbas Passarinho assumiu a pasta da educação e aproveitou o sucesso “Você também é responsável” como jingle na campanha de alfabetização do Mobral (RIDENTI, 2010).

Empresários e gravadoras estão acostumados a olhar demandas de mercado antes de lançarem seus produtos. Assim, pois, as gravadoras observam as tendências e o que está sendo vendido no mercado musical antes de investir em produção musical. Como ilustração, as produções diferenciadas nesse período eram voltadas para um público masculino (publicações sobre automóveis, sexo, futebol, navegação, economia e negócios) e outra para o feminino (fotonovelas, cozinha e decoração). No campo fonográfico as gravadoras ofereciam ao público geral o espírito de ufanismo brasileiro alinhado com o Regime militar. Segundo Ortiz (2001), é nesse momento da economia brasileira que se configura o mercado. Portanto, o mercado desejado pelos empresários é o mercado sem fronteiras, com capacidade de produzir em grande escala, com possibilidade de baixar os preços na sua fabricação para que fossem mais competitivos.

No tocante à política educacional do Regime, esse programa se revela contraditório e estranho, pois ao se mostrar preocupada com a educação para as massas também investia em propaganda ideológica com a criação de departamento de propaganda e patrulhamento de publicações. Segundo Ortiz (2001), Capanema instituiu o ensino de moral e cívica nas escolas a fim de criar uma consciência de nacionalidade, pois por meio da atividade pedagógica o governo injetava na estrutura educacional uma ideologia com base nos bens simbólicos. Durante a primeira fase da religião civil, Lemos (1877) havia sonhado com a disseminação do positivismo no país, mas como ele próprio lamentou, havia no Brasil apenas 52 Diários e 221

periódicos, um jornal para cada 33.828 pessoas. Além disso, ressaltou o desprezo pela leitura, pelas ciências exatas e científicas e o descaso do Estado com o ensino; um empecilho enorme para disseminar a doutrina positivista em todo território.

3.6 Análise crítica do discurso (AD)

Nesse ponto a análise recai sobre uma questão discursiva abrangente e bastante debatida, que é a existência de uma religião civil com um projeto de inspiração comteana que substituiria o catolicismo como sistema político-religioso. Sob muito aspectos se levantam argumentos conflitivos que envolvem o positivismo, como a presunção de neutralidade científica ou o argumento de que através do conhecimento científico seja possível conhecer o objeto em sua totalidade. Outro aspecto dissonante se refere à ênfase na razão e a ideia de processos evolutivos regulares até atingir um estágio superior. A maioria das interpretações em seu favor apontam que a sociedade moderna marcou o desencantamento religioso, isto é, o homem não necessitaria mais recorrer à religião tradicional para explicar a realidade ou resolver os problemas da vida.

Aqui a perspectiva é que a religião será substituída não por outra religião metafísica, mas por uma instância institucional secularizada. As condições apontadas por diferentes autores para que se consuma essa perspectiva estão ligados a diferentes temas, como a tese da secularização quantitativa colocada por Guerriero (2006) como o declínio do número de seguidores de religiões tradicionais; o desenvolvimento tecnológico e científico é outro argumento que põe a religião como uma instituição ultrapassada; a racionalidade é mais uma tônica que se relaciona com as duas anteriores. Esse estado de coisas culminou basicamente em duas abordagens especulativas que supostamente substituiriam a religião: a religião superada por outra religião em ascensão ou a religião substituída pela esfera secular – ambas abordagens não se concretizaram de fato.

Diversos elementos empíricos já foram levantados por estudos anteriores sobre a existência de uma religião civil no Brasil. A contribuição desta pesquisa, longe de encerrar a questão sobre o estado do Positivismo no Brasil (nossas intenções são bem mais modestas), está na abertura de um debate sobre a inclusão de minorias religiosas no Censo estatístico. Tais minorias se aplicam tanto ao positivismo quanto as outras formas de religiosidades, como o xintoístas, confucionistas, indígenas. Essas minorias religiosas figuram como invisíveis para o Estado e para os próprios adeptos.

Esse é o primeiro aspecto crítico da análise, a exclusão das expressões religiosas pelo critério numérico. Pelo critério numérico além do censo não apresentar uma amostragem mais completa, esse critério acaba contribuindo para dar relevo às majorias religiosas no país. Isso tem desdobramentos negativos, pois a premissa que justifica a pesquisa do recenseador é que o entrevistado declare a sua crença religiosa. Ocorre, porém que o critério anula duplamente a resposta e o entrevistado que não aparecem no Censo do IBGE. Essa revisão de critério tem pelo menos 80 anos desde que o Sr. Carlos Imbassaí, então diretor do Conselho Estatístico de 1940, reivindicou a inclusão das minorias religiosas no Censo. Como agravante, o Censo desprezita importante pacto internacional com a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos das minorias étnicas, nacionais e religiosas.

Como fazer previsões na área de humanas é algo passivo de ser refutável devido ao caráter nem sempre manipulável do fenômeno, afirmar que a religião terá um fim, isto é, especular um substituto para ocupar seu espaço nos parece prematuro e, em alguma medida, anacrônico. A religião é a instituição mais antiga do mundo graças à sua dinâmica de adaptar-se aos contextos políticos. Muitos estudiosos partiram da premissa de morte das religiões no mundo moderno e produziram vasta literatura sobre o assunto em diferentes direções, havendo inclusive certo otimismo de que colocando a religião fora de questão, muitas pesquisas gozariam de certa liberdade para tratar demandas sobre uso de células-troncos, drogas, liberdade do corpo e aborto em países dominados pelo sentimento religioso.

Os fundamentos enunciativos mais significativos está na defesa de que as religiões que não aparecem no Censo se encontram em número reduzido e por essa razão são alocadas em uma espécie de nicho conhecido como “outras religiões”. Essa reentrância nos parece inadequada porque arrola diferentes percepções de religiosidade sem especificar suas singularidades. Com efeito, a omissão nominal do resultado (do recenseador e recenseado) faz um corte que resulta na exclusão das minorias do Censo que pode contribuir indiretamente para sublinhar essas manifestações. Se a intenção é isolar grupos específicos, parece-nos razoável incluí-los em seus próprios nichos, como se faz com os cristãos. Por força de como o enunciado é operado ao perguntar qual é a religião do recenseado, o regime enunciativo determina a inclusão da resposta independentemente das convicções do recenseador. Outra manobra está na resignificação nos conceitos de palavras, símbolos e até ideias. A constante busca pelo sentido e o significado do termo religião é o pilar de grandes disputas e infundáveis debates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar o passado em busca de uma religião civil na década de 1964 possibilitou encontrar símbolos que denotam identidade e pertencimento a um determinado grupo. Serviu-se desses símbolos para tornar visível a relação de crenças compartilhadas e interesses comuns de um determinado contexto social. Como essa atenção dada ao símbolo passou a interessar diferentes áreas do conhecimento do séc. XX, utilizamo-nos da análise semiótica que, entre outras coisas, ocupa-se com o estudo do símbolo, signo e sistemas de signos, de como o significado é produzido e compartilhado dentro de uma cultura (O'CONNELL, 2016). A análise semiótica realizada adotou o pensamento estruturalista do sociólogo Barthes por ser uma semiótica abrangente e dentro da perspectiva metodológica da pesquisa ao explorar a propaganda, fotografias, músicas. Esses símbolos modernos fascinam pela força de seus significados, pois atuam na mente das pessoas e constroem o mundo em que vivem, significando-os. Logo, a compreensão desta pesquisa está alinhada com a ideia de que o imaginário político se utiliza de nuances religiosas em muitos aspectos da vida política (GIRARDET, 1987).

Havia a intuição da existência do uso de símbolos profanos na forma de totem como bandeiras, padrões, vestimentas, observações de determinados rituais de comportamentos e músicas que se assemelhavam sincronicamente com uma atividade religiosa. Sendo que essas práticas são mais antigas do que a noção de Estado, o que se fez foi buscar o significado destes símbolos no contexto cultural e histórico e compará-lo com a atividade religiosa. A visibilidade do símbolo foi uma das características importante para o trabalho de pesquisa. A divulgação do símbolo proporciona um signo capaz de ser reconhecido automaticamente, isso porque ele cria uma distinção entre os que pertencem e os que não pertencem e, com isso, estimula certa resposta de respeito ou de medo, orgulho ou humildade.

O Estudo tipológico da religião civil foi revelador para a pesquisa, pois, apesar de ter sido omitida nos Censos estatísticos, ficou demonstrado que ela atua ou como proposta de um grupo político ou na forma de evento cívico. Esta expressão religiosa secular satisfaz um perfil de pessoas com pouco interesse em questões metafísicas e que, ao contrário das religiões tradicionais, colocam sua esperança no conhecimento científico e racional. Reconhece-se que classificar algo não apreende todo o fenômeno, por outro lado possibilitou revisitar a influência das ideias desse movimento sobre o Brasil. A pesquisa preocupou-se com a questão das minorias religiosas por haver no país uma interessante diversidade religiosa, sendo essa

característica um objeto de estudo que fascina muitos pesquisadores europeus que procuram estudar esse traço da cultura brasileira (CRUZ, 2004).

A manutenção da diversidade constitui entre muitos brasileiros e pesquisadores uma luta contra o apagamento de expressões religiosas (tradicional ou laica), um orgulho e expansão do que se convencionou chamar de miscigenação entre povos. Segundo Sanchez (2010), cada religião em particular se descortina como um desafio na formulação de uma tipologia que ajude a entender o campo religioso. Quanto mais complexo e amplo for a diversidade religiosa, maior será o desafio em instrumentalizar semelhanças e diferenças para compreender uma religião a partir de suas classificações específicas. A diferente constituição das religiões no país, isto é, o modo como cada uma se organizou no Brasil, revela a necessidade de uma classificação tipológica específica.

Como o período investigado é anterior ao processo de redemocratização do país, esta pesquisa orienta que em se tratando de um governo democrático, não se pode admitir que a maioria subjugu a minoria. E nesse ponto a pesquisa revela uma incongruência quando o Censo estatístico deixou de computar a religião civil no boletim censitário, mesmo quando qualificado pelo critério quantitativo. A declaração pelo Conselho Técnico de que devam aparecer na estatística somente as minorias cujo índice seja superior ou igual a 0,01% limita a permanência e os esforços das minorias para ultrapassar a maioria. São direitos das minorias o de poder existir minimamente e ser representado. Às minorias religiosas devem ser garantidas o direito de divergir da maioria dominante. Em pé de igualdade, os grupos minoritários devem estar resguardados de qualquer forma de discriminação e enquadramento como seita, falsa doutrina, prática pseudorreligiosa. O estudo tipológico, ao cruzar diferentes tipologias, demonstrou que a religião civil possui estrutura organizacional e corpo hierárquico semelhante às religiões arroladas no censo.

Observa-se que atitudes discriminatórias por parte de uma maioria recaem no que há de diferente quando as religiões são comparadas. Supostamente a religião dominante tende a ser a métrica para as minorias e não o inverso. Seus representantes são consultados e atuam como legisladores em assuntos religiosos. Na contraparte, a religião civil apresenta uma situação de desvantagem social face à religião dominante. É marcada como um subgrupo da sociedade, uma discrepância ao padrão estabelecido, logo, há o estabelecimento de uma relação de dominação entre maioria e minoria.

Apesar de o Estado moderno legitimar práticas laicas e secularizadas na esfera pública banindo a religião para a esfera do privado, observa-se que a cultura política está carregada de anúncios, relatos, apelos proféticos e efervescência mitológica. Isso se faz notar nos últimos dois séculos da história europeia (GIRARDET, 1987). A religião civil pode concorrer com o papel da religião tradicional e, por vezes, caminhar lado a lado com uma dada religião tradicional. A separação ou permanência entre Estado e religião, nesse sentido, é objeto de intensos debates.

No caso brasileiro, as fontes permitem afirmar a existência de um *continuum*, que desde a colonização mantém relação ambígua de aproximação e afastamento em diferentes momentos políticos. Em 1964, o discurso político – objeto de análise – apela ao sentimento religioso do brasileiro e muitos discursos políticos redundam em argumentos sobre a necessidade de voltar às origens, contingência de busca por uma idade de ouro, um tempo feliz que pode vir a ser redescoberto em seu governo. O imaginário político evoca, em grande medida, a existência de força redentora capaz de revolucionar o social e devolver à humanidade o reino de justiça. Comparativamente, o discurso político evoca o salvador, bem como seu papel de restaurar a ordem coletiva forjado na dinâmica religiosa. Esses termos de cunho originalmente religioso, além de estarem longe de acabar, encontram-se de maneira sutil presente em grandes doutrinas ideológicas que tiram desse imaginário uma função explicativa para sua origem e poder de atração (GIRARDET, 1987).

Apontou-se como pertinente o tema sobre religião civil porque o quadro atual permanece dividido entre os que apoiam o elo entre religião e Estado e os que se posicionam contra. Estados federados como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo se posicionam em favor do Estado laico. Esses posicionamentos mobilizam diferentes organizações sociais, como a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos e a Liga Brasileira de Lésbicas, que defendem, entre outras coisas, a retirada de símbolos cristãos como o crucifixo e a Bíblia, retirada de citações bíblicas em sentenças dos Tribunais e retirada do ensino religioso das escolas públicas. Desembargadores e Ministros se dividem sobre essas questões (MARTINO, 2012). Embora a autora lembre que o Estado brasileiro é oficialmente laico desde 1890 graças a ação dos republicanos ao instituir nova Constituição para o país, em 1964, como se observa em documentos produzidos pelo Regime, sucederam tentativas de aproximação e distanciamento nas relações com a religião da maioria.

Por fim, a pesquisa demonstrou que no campo educacional o Regime militar ativa ideias positivistas para realizar reformas educacionais. O positivismo propunha um ensino científico e racional como fundamento, valorização das ciências exatas, a superação do Ensino metafísico e orientava, também, que o Ensino religioso não deveria ser competência do Estado. Daí a importância dada ao ensino politécnico, da moral e cívica, OSPB e das ciências exatas (LEMOS, 1877). Mas, nem todas essas dinâmicas foram adotadas, pois o Regime reintegra o Ensino religioso nas escolas públicas e menções bíblicas são feitas em documentos oficiais do Ministério da Educação.

Entre os valores que o Regime exalta, a família é posta como o núcleo da formação do Estado. Essa prerrogativa se aproxima da doutrina religiosa dominante ao enfatizar a insolubilidade do casamento e sua proteção pelos Poderes públicos, ao passo que se distancia do modelo islâmico ao permitir a poligamia. Assim como o sacerdote está no topo da hierarquia positivista, o Regime admite o patriarcado como o fundamento da família. O papel da mulher brasileira na família é tipificado na Constituição como mãe, rainha do lar, responsável pela educação dos filhos para o exercício cívico. Igualmente a mulher deveria despertar em seu marido os deveres inerentes a pátria - era esse seu objetivo patriótico (VALLE, 1969).

Carvalho (1990) lembra que de república em república os positivistas tentaram criar diversas estratégias que explorasse o imaginário coletivo. O uso de alegoria feminina foi uma delas e estava baseado numa visão de mundo e valores positivistas. Na cosmogonia religiosa cívica, a tríade Humanidade, pátria e família compunha um esforço para alcançar seguidores. Desde a entrada do positivismo no Brasil, a imagem da mulher tem sido o modelo encontrado pelos positivistas para representar a liberdade, mulher protetora, guardiã do lar, esposa, a mãe da humanidade. Até mesmo o tipo feminino que representaria a Humanidade foi detalhado por Comte como uma mulher com seus 30 anos de idade e filho nos braços. Essa caracterização deveria ter o rosto de Clotilde de Vaux e estar presente em todas as bandeiras ocidentais. Seguindo as orientações de Comte, por ocasião das comemorações à Tiradentes bandeiras com a imagem de Clotilde eram estandardizadas no cortejo cívico. Essa caracterização foi disseminada no RJ e Porto Alegre. Esta foi a representação mais dominante no Brasil por republicanos.

Segundo Carvalho (1990) para manipular o imaginário é necessário que haja terreno social favorável onde fincar raízes. É preciso explorar a cultura para legitimar e alimentar o imaginário popular. E existindo no Brasil uma mariolatria, os positivistas se aproveitam para

explorar a representação feminina de Clotilde e que supostamente substituiria à veneração votada à Nossa Senhora Aparecida. O projeto malogrou, pois de um lado uma representação francesa de classe alta, branca e europeia e do outro lado uma mulher negra, brasileira com raízes fincadas pelo catolicismo desde seu descobrimento. Segundo Valle (1969) o papel divino está na formação e manutenção da família, pois assim como o Estado é formado por diversas famílias (célula mater) a desintegração familiar instabilizaria a ordem social.

Citando Comte no Guia de civismo, o documento oficial do Regime afirma que a moral religiosa está fundamentada na razão humana. O documento afirma que a evolução da humanidade atesta que a crença em Deus está assentada na ideia de que a religião é de origem natural. Que independentemente de uma Revelação o homem pode chegar a Deus e a moral através das luzes da razão. Apesar do positivismo tomar emprestado muitos aspectos do catolicismo quanto à estrutura e organização de sua igreja no Brasil, as diferenças aparecem lhe conferindo identidade própria. Comte criou um catecismo positivista a exemplo do catecismo católico que rege os fundamentos apologéticos e doutrinários da igreja. Encorajou a prática do dízimo e pretendia ser uma religião universal. Na religião universal propôs como dogma fundamental o deslocamento da fé ingênua em Deus para uma fé regida por leis imutáveis (COMTE, 1978). O Guia de civismo produzido durante a ditadura não tenciona descartar Deus de seus argumentos e em muitas páginas faz menção ao Deus cristão afirmando que o homem foi feito a sua imagem e semelhança. Inclusive considerando como grave a retirada da palavra Deus da Constituição de 1891 (VALLE, 1969). O positivismo de Miguel Lemos, encontra no Brasil um sentido simbólico em que a ideia de Deus é invocada no apelo as leis, na moral e respeito as autoridades. Atualiza no documento a mensagem cristã de que a obrigação do trabalho partiu de Deus e que, portanto, todos os homens devem observar o preceito, segundo o qual, quem não trabalha não come.

O positivismo marca a crise do segmento religioso diante da autonomia do Estado e do homem. Ao valorizar a ciência e a tecnologia colocou a religião como objeto de estudo ao invés da fé (MIELE, 2006). Ao negar a verdade revelada o positivismo põe sua fé na Constituição das leis civis. Pela sacralidade da lei civil é conferida ao homem a consciência laica. A consciência religiosa, alimentada pelo mito e pela religião vai cedendo lugar cada vez mais a consciência secular e legando o direito dessa nova consciência assumir autoridade sobre o coletivo. A ordem e o progresso propalado por seus seguidores não é outra coisa senão um mito interessado em romper com o passado manifesto em seu dogmatismo (VIEIRA, 1989).

REFERÊNCIAS

ABRIL CULTURAL LTDA. Conhecer. São Paulo SAIB, 1969 [Vol. IX].

AMARAL DE ROSA, Maria. C. Dicionário de símbolos: o alfabeto da linguagem interior. São Paulo: Escala, 2009.

ANAIS. Assembleia Legislativa. [Ata da vigésima quarta sessão ordinária com função constituinte do estado do Ceará. Vol. 1º], 1947.

AURÉLIO THOMPSON, Marco. Wiki livros: 50 artigos psicopedagógicos. [s. L.], [s. N.], 2017. Disponível em: [Wikilivro – 50 Artigos: Psicopedagogia – Marco Aurélio Thompson \(org.\) – Google Livros.](#) Acesso em 17 de Nov., de 2020.

ARAGÃO, Maria. S. S. A Literatura & tempo: cem anos de encantamento. João Pessoa: Mídia, 2014. [II Conali – anais]

ASSMANN, Hugo. A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina: convite a um estudo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

AZEVEDO, Thales. A religião civil brasileira: um instrumento político. Petrópolis: Vozes, 1981.

BARBEIRO Heródoto. Budismo. São Paulo: Belaetra, 2014.

BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo: Cultrix, 2006.

BASTIDE, Roger. O sagrado selvagem: Companhia das Letras, 2006.

BAPTISTA, Paulo. A. N.; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington, T. O sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análises. São Paulo. Paulinas, 2008 [coleção estudos da ABHR].

BELLAH, Robert. Religião civil na América. [s. l.]: [s. n.], 1967. [Journal of the american Academy of arts and Sciences, V. 96, n. 01, pp. 1-21].

BOTELHO, Octávio. C. Afinal, o que é religião? Santa Catarina: Clube de autores, 2014.

BRASIL, CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960. VII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DE POPULAÇÃO. IBGE Série Nacional Volume I (Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf. Acesso em 28 de Julho de 2021).

BRASIL. Decreto-lei nº 89.078, de 29 de Novembro de 1983

- CABRERA**, Antonio. C. **Almanaque da música brega**. São Paulo: Matrix, 2007.
- CAPARELLI**, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- CAMPBELL**, Joseph. **O poder do Mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARVALHO**, José M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO**, Noel. S. **Produção, mercado cinematográfico e ideologia nacionalista: o cinema brasileiro sob a égide do nacionalismo-popular nos anos 1950**. São Cristovão: [s.n.], 2013. V.6, n. 11, Out. 2012 – Abr. de 2013.
- CATROGA**, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Portugal: Alemanha, 2010.
- CAVALCANTE**, Rogério. **Dicionário de 88raduação: a cultura do povo cearense**. Fortaleza: ed. Do Autor, 2012
- CHAGAS**, Luiz. **Direita, volver!** Disponível em http://www.terra.com.br/istoe-temp/1653/artes/1653_direita_volver.htm Acesso em 10 de Dez. De 2015.
- COMTE**, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva: Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Abril, 1978. [Coleção Os pensadores].
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**. **O quesito religião no censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: serviço nacional de recenseamento, 1952 [Documentos censitários, série C, nº 08,].
- CONCÍLIO VATICANO II**. **Gaudium et Spes. Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje**. São Paulo: Paulinas, 1966.
- CONTI**, Mario Sergio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- CORBESIER**, Roland. **Filosofia, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CRUZ**, Eduardo. **A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza**. São Paulo: Unesp, 2004.
- DA MATA**, Sérgio. **Passado e presente da religião civil**. Belo Horizonte [s. n.], 2000. [Varia História, n 23, Jul. de 2000 p. 180-204].
- DA MATA**, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DINIZ**, André; **CUNHA**, Diogo. **A República cantada: do choro ao funk, a história do Brasil através da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- DONNADIEU**, Gérard. **Religião e elo social: o caso do Cristianismo**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. [Cadernos IHU, ano 04, n.48].

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FRAZÃO, Dilva. **Rubem Alves escritor e teólogo**. Disponível em: [Biografia de Rubem Alves – eBiografia](#). Acesso em 19 de Mai. De 2022.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FIGUEREDO FILHO, Valdemar. **Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política**. São Paulo: Annablume, 2005.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUERRIERO, Silas. **Novos movimentos religiosos: o quadro brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2006. [Temas do ensino religioso].

FONSECA, Alexandre Brasil. **Estado e ensino religioso no Brasil**. *Comciência – revista digital*, n. 56, julho de 2004. Disponível em <http://www.comciencia.br>. Acesso em 18 de Nov. de 2020.

FUCCI-AMATO, Rita. **Escola e Educação musical: (Des)Caminhos Históricos E Horizontes**. São Paulo: Papirus, 2012.

GARDER, Joster. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

GOMES, Paulo. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONSALEZ, Alexssandra. **Em que crêem os que não crêem**. São Paulo: Abril, 2005. [Revista das Religiões, n. 17, p. 36-43, Jan.].

GUIA DAS RELIGIÕES: religião, devoção, crença e fé. [s. n.], On Line Editora · 2017

HART-DAVIS, Adam. **Enciclopédia Ilustrada de História: pensadores e profetas**. São Paulo: Duetto Editorial, 2009.

HEIBER, Horácio. **Religião civil, religião pública e religião política**. Disponível em <https://www2.ufjf.br/>. Acesso em 03 de Nov. de 2020.

IGLESIAS, Francisco. **História política do Brasil (1500-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IPHAN, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: [Rio de Janeiro – Igreja Positivista do Brasil -ipatrimônio \(ipatrimonio.org\)](#). Acesso em 18 de Nov. De 2020.

IBGE. O QUESITO RELIGIÃO NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950. Documentos censitários. Rio de Janeiro, 1952. [Série C, n.08]. Disponível em [*IBGE 1950.pdf](#). Acesso em 17 de Nov., de 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O governo de Juscelino Kubitschek. Disponível em [Televisão | CPDOC \(fgv.br\)](#). Acesso em 20 de Nov. De 2021.

LEMOS, Miguel. Pequenos ensaios positivistas. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877. Disponível em [Pequenos ensaios positivistas – Miguel Lemos – Google Livros](#). Acesso em 21 de Abr. De 2019.

LIBÂNIO, João. B. A religião no início do milênio. São Paulo: Loyola, 2002.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971. DISPONÍVEL EM Temp54 (camara.leg.br). Acesso em 17 de Nov., de 2021.

LIMA, Murilo. C. Breve História da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LÖWI, Michael. O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina. São Paulo: Perseu Ábramo, 2006.

MAIA, Tatyana. A. Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979). [s.l.]: Paco, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às meditações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MARTINO, Natália. Revista Isto é, n. 2230, p. 70-71, ago. 2012.

MARTINS, Gabriela. P. A sacralização da República. [Revista eletrônica de Ciências sociais, ano 04, ed. 11, set., de 2010].

MORAIS PESSOA, Jadir. Cultura popular: gestos de ensinar e aprender. Petrópolis: Vozes, 2019.

MACDOWELL, Josh; STEWART, Don. Entendendo as religiões seculares: um manual das religiões de hoje. São Paulo: Candeia, 1982.

MARTINS, Gabriela. P. A sacralização da República. [Revista eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 11, set/dez. 2010].

MELLO, Zuza, H. A Era dos festivais: uma parábola. São Paulo: Ed. 34 Ltda., 2003.

MORAES, Amaury. César. Desafios para a implantação do Ensino de Sociologia. Disponível em <http://graduacao.ead.ufal.br/mod/resource/view.php?id=1716>. Acesso em 24 de Jul. de 2012

MENDES, Vinícius. Ordem e Progresso: como as ideias de um filósofo francês do século 19 ajudam a entender a formação do Brasil. Disponível em [Ordem e Progresso: como as ideias de um filósofo francês do século 19 ajudam a entender a formação do Brasil – BBC News Brasil](#). Acesso em 20 de Nov. de 2020

MIELE, Neide. Religiões: Múltiplos Territórios. Ed. Universitária UFPB. João, 2006.

MOREIRA, Alberto. S.; OLIVEIRA, Irene. D. O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008.

NASSER, Maria. C. C. O uso de símbolos: sugestões para a sala de aula. São Paulo: Paulinas, 2006.

NAZZARESCHI, Noêmia. Sociologia geral. Curitiba: IESDE, 2009.

NIZET, Jean; RIGAUX, Natalie. A sociologia de Erving Goffman. Petrópolis: Vozes, 2016.

O'CONNELL, Mark. Almanaque ilustrado de símbolos: origens, significados, utilização e revelações – os códigos secretos dos mistérios, magia e sabedoria de todos os tempos. São Paulo: Escala, 2016.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, [s.n.], 1971.[Revista semanal ilustrada, Vol. 43]

OLIVEIRA, Cristiano; ARAÚJO, Leonardo. A Censura é Brega: Reflexões Sobre a Música Brega e Política no Contexto da Ditadura Militar Brasileira. [Revista Temática. Ano X, n. 03 – Março/2014].

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense. 2006.

OTTO, Rudolf. O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. São Leopoldo: Vozes, 2007.

PASSOS, João D. Como a religião se organiza: tipos e processos. São Paulo: Paulinas, 2006. [Coleção temas do ensino religioso].

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, [série Temas, V. 16, Sociologia e Política].

PAULY, Evaldo. L. O dilema epistemológico do Ensino Religioso. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/B7t6bCnZjHgDP6tvmwFRtpB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 de Nov., de 2021. [Revista brasileira de Educação, 2004, nº 27].

PICCINO, Evaldo. Pra frente Brasil, independência ou morte e o uso de música e cinema como propaganda oficial. Revista Novos Olhares. [s. l.]: [s.n.], 2012. [v.1, n. 2, p. 1-10].

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Filosofia e História da Educação. São Paulo: Ática, 1991.

PLÁCIDO, Gilmar Duarte. Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Florianópolis: Xamped, 2014. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1559-0.pdf. Acesso em 10 de Jun.de 2021.

QUEIROZ, Adolfo. Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras. São Paulo: Summus, 2006.

RAMOS, André. L. A.; MIRANDA, Augusto. R. A. Religião Civil, destino manifesto e política expansionista estadunidense. [s. l] [s. n], 2007. [Revista Ameríndia, Vol. 4 n2.]

RECENSEAMENTO GERAL DO BRAZIL DE 1872. Disponível em Recenseamento Geral do Brazil de 1872 (ibge.gov.br). Acesso em 17 de Nov. De 2021.

REIS, Márcia. C.; FERNEDA, Edberto; ALMEIDA, Carlos. C. Métodos de análise semiótica: possibilidades de aplicação na Ciência da Informação. São Paulo: Revista brasileira de Biblioteconomia e documentação, 2020. Disponível em 149625 (brapci.inf.br). Acesso em 17 de Nov., de 2020. [v. 16, p. 1-30].

RIDENTI, Marcelo. S. O fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 2010.

ROSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Edipro, 2015.

ALVES, Rubem. O que é religião? São Paulo: Loyola, 1999

SANCHEZ, Wagner. L. Pluralismo religioso: as religiões no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2010. [Coleção temas do Ensino religioso].

SANDRONI, Paulo. O que é recessão. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SANTOS, Jorge. F. Vandrê: o homem que disse não. São Paulo: geração editorial, 2015.

SANTOS, Miriam. O. Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria.” São Paulo: Annablume, 2004.

SINNER, Rudolf Von. Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

SCHWARCZ, Lília. M. O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo reinado. Rio de Janeiro: Zahar, 2001).

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOCIEDADES SECRETAS. São Paulo: On line, 2016. [Guia mundo em foco, extra].

SOUSA GABRIEL, Ruan. Livro revela a vida de Rubem Alves como pastor. Disponível em: Livro revela a vida de Rubem Alves como pastor - ÉPOCA | Vida (globo.com). Acesso em 19 de Mai. De 2022).i. De 2022).

VIEIRA, Antônio. Filosofia, política e problemas jurídicos. Fortaleza: Secretaria da Cultura Turismo e Desporto, 1989.

VIEIRA, Dilermando. V. História do catolicismo no Brasil (1500-1889). São Paulo: Editora Santuário, 2006.

TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico de 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

TEIXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. Religiões em movimento: o censo de 2010. Petrópolis: Vozes, 2013.

TORRES, João C. O. O Positivismo no Brasil. Brasília: edições Câmara, 2018.

TERRIN, Aldo. N. Introdução ao estudo comparado das religiões. São Paulo: Paulinas, 2003 [Coleção religião e cultura].

UMA BREVE HISTÓRIA DE RELIGIÕES E DE FÉ: Budismo, Cristianismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo. São Paulo: Escala, 2015.

VALLE, D. A. do. Guia de civismo. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

VASCONCELOS, José. G. Memórias da saudade: busca e espera no Brasil autoritário. Fortaleza: Secretaria de cultura e desporto, 2000

VIDAL, Ariovaldo. J.; AGUIAR, Joaquim. A. Leniza e Elis: duas cantoras intérpretes. São Paulo: Ateliê, 2002.

VILLA, Marco. A. Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

ANEXO I



ANEXO II

A obra que, em quatro tomos, além de um volume de Anexos, ora lança o Ministério da Educação e Cultura corresponde ao resgate de solene compromisso assumido perante o magistério e a juventude estudantil. Circunstâncias supervenientes retardaram-lhe a edição que, assim, me coube promover, nas providências finais. Êste conjunto de quatro Guias de Civismo, selecionados em concurso, destina-se à biblioteca de consulta permanente dos professôres de Educação Moral e Cívica, já na condição de obrigatoriedade, não somente como prática educativa mas também como disciplina curricular em todos os graus de ensino, ex-vi do Decreto-Lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969, regulamentado pelo Decreto n.º 68.065, de 14 de janeiro de 1971. A delonga ensejou a cuidadosa atualização dos textos, postos rigorosamente em dia, em face das mais recentes disposições legais, inclusive as da Emenda Constitucional n.º 1 e as da nova Lei dos Símbolos Nacionais, que recebeu o número 5.700 e a data de 1.º de setembro do corrente ano. Nesta oportunidade não nos seria lícito omitir o aplauso que estão a merecer quantos entusiásticamente se dedicam à formação de crianças e adolescentes, desenvolvendo-lhes, desde cedo, nas almas em floração, o culto à Pátria, que, no caso brasileiro, encontra, na História e no ambiente, nos céus, na terra e no subsolo, toda uma inexaurível fonte de salutareos incentivos, a atingirem as dimensões e a fôrça de autêntico desafio, que se diria formulado na medida da capacidade do nosso Povo, providencialmente dotado de inatas aptidoes à altura dos destinos do Brasil Grande, de cuja realidade nos vamos aproximando em ritmo acelerado, para colocarmo-nos definitivamente ao nível das potências mundiais de primeira grandeza. O Ministério cumprimenta os professôres: Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, 1.º lugar ; Maria Terezinha Tourinho Saraiva e Dr. Ciro Vieira da Cunha, 2.º lugar; Major Hélio Casatle da Conceição, 3.º lugar, pelo seus excelentes trabalhos, que entregamos aos professôres e estudantes brasileiros. Eles são afirmação patriótica de Brasil.

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

ANEXO III

LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971.

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

~~Art. 1º São Símbolos Nacionais, e inalteráveis:~~

~~I— A Bandeira Nacional;~~

~~II— O Hino Nacional.~~

~~Parágrafo único. São também Símbolos Nacionais, na forma da lei que os instituiu:~~

~~I— As Armas Nacionais;~~

~~II— O Selo Nacional.~~

Art. 1º São Símbolos Nacionais: (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

I - a Bandeira Nacional; (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

II - o Hino Nacional; (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

III - as Armas Nacionais; e (Incluído pela Lei nº 8.421, de 1992)

IV - o Selo Nacional. (Incluído pela Lei nº 8.421, de 1992)

CAPÍTULO II

Da forma dos Símbolos Nacionais

SEÇÃO I

Dos Símbolos em Geral

Art. 2º Consideram-se padrões dos Símbolos Nacionais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presente lei.

SEÇÃO II

Da Bandeira Nacional

~~Art. 3º A Bandeira Nacional, de conformidade com o disposto na Constituição, é a que foi adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com a modificação feita pela Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968. (Anexo nº 1):~~

~~Parágrafo único. Na Bandeira Nacional está representado, em lavor artístico, um aspecto do céu do Rio de Janeiro, com a constelação "Cruzeiro do Sul" no meridiano, idealizado como visto por um observador situado na vertical que contém o zênite daquela cidade, numa esfera exterior à que se vê na Bandeira.~~

Art. 3º A Bandeira Nacional, adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, com as modificações da Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968, fica alterada na forma do Anexo I desta lei, devendo ser atualizada sempre que ocorrer a criação ou a extinção de Estados. (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste. (Incluído pela Lei nº 8.421, de 1992)

§ 2º Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõem o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. (Incluído pela Lei nº 8.421, de 1992)

§ 3º Serão suprimidas da Bandeira Nacional as estrelas correspondentes aos Estados extintos, permanecendo a designada para representar o novo Estado, resultante de fusão, observado, em qualquer caso, o disposto na parte final do parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.421, de 1992)

Art. 4º A Bandeira Nacional em tecido, para as repartições públicas em geral, federais, estaduais, e municipais, para quartéis e escolas públicas e particulares, será executada em um dos seguintes tipos: tipo 1, com um pano de 45 centímetros de largura; tipo 2, com dois panos de largura; tipo 3, três panos de largura; tipo 4 quatro panos de largura; tipo 5, cinco panos de largura; tipo 6, seis panos de largura; tipo 7, sete panos de largura.

Parágrafo único. Os tipos enumerados neste artigo são os normais. Poderão ser fabricados tipos extraordinários de dimensões maiores, menores ou intermediárias, conforme as condições de uso, mantidas, entretanto, as devidas proporções.

Art. 5º A feitura da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes regras (Anexo nº 2):

I - Para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo.

II - O comprimento será de vinte módulos (20M).

III - A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7M).

IV - O círculo azul no meio do losango amarelo terá o raio de três módulos e meio (3,5M).

V - O centro dos arcos da faixa branca estará dois módulos (2M) à esquerda do ponto do encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo (ponto C indicado no Anexo nº 2).

VI - O raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5M).

VII - A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5M).

VIII - As letras da legenda Ordem e Progresso serão escritas em côr verde. Serão colocadas no meio da faixa branca, ficando, para cima e para baixo, um espaço igual em branco. A letra P ficará sôbre o diâmetro vertical do círculo. A distribuição das demais letras far-se-á conforme a indicação do Anexo nº 2. As letras da palavra

Ordem e da palavra Progresso terão um terço de módulo (0,33M) de altura. A largura dessas letras será de três décimos de módulo (0,30M). A altura da letra da conjunção E será de três décimos de módulo (0,30M). A largura dessa letra será de um quarto de módulo (0,25M).

IX - As estrelas serão de 5 (cinco) dimensões: de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta grandezas. Devem ser traçadas dentro de círculos cujos diâmetros são: de três décimos de módulo (0,30M) para as de primeira grandeza; de um quarto de módulo (0,25M) para as de segunda grandeza; de um quinto de módulo (0,20M) para as de terceira grandeza; de um sétimo de módulo (0,14M) para as de quarta grandeza; e de um décimo de módulo (0,10M) para a de quinta grandeza.

X - As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente), sendo vedado fazer uma face como avêso da outra.

SEÇÃO III

Do Hino Nacional

Art. 6º O Hino Nacional é composto da música de Francisco Manoel da Silva e do poema de Joaquim Osório Duque Estrada, de acôrdo com o que dispõem os Decretos nº 171, de 20 de janeiro de 1890, e nº 15.671, de 6 de setembro de 1922, conforme consta dos Anexos números 3, 4, 5, 6, e 7.

Parágrafo único. A marcha batida, de autoria do mestre de música Antão Fernandes, integrará as instrumentações de orquestra e banda, nos casos de execução do Hino Nacional, mencionados no inciso I do art. 25 desta lei, devendo ser mantida e adotada a adaptação vocal, em fá maior, do maestro Alberto Nepomuceno.

SEÇÃO IV

Das Armas Nacionais

Art. 7º As Armas Nacionais são as instituídas pelo Decreto nº 4 de 19 de novembro de 1889 com a alteração feita pela Lei nº 5.443, de 28 de maio de 1968 (Anexo nº 8).

Art. 8º A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura, e atender às seguintes disposições:

~~I - O escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de vinte e duas estrelas de prata.~~

I - o escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação Cruzeiro do sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional; (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

II - O escudo ficará pousado numa estrela partida-gironada, de 10 (dez) peças de sinopla e ouro, bordada de 2 (duas) tiras, a interior de goles e a exterior de ouro.

III - O todo brocante sôbre uma espada, em pala, empunhada de ouro, guardas de blau, salvo a parte do centro, que é de goles e contendo uma estrela de prata, figurará sôbre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra, ambos da própria côr, atados de blau, ficando o conjunto sôbre um resplendor de ouro, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas.

IV - Em listel de blau, brocante sôbre os punhos da espada, inscrever-se-á, em ouro, a legenda República Federativa do Brasil, no centro, e ainda as expressões "15 de novembro", na extremidade destra, e as expressões "de 1889", na sinistra.

SEÇÃO V

Do Sêlo Nacional

Art. 9º O Sêlo Nacional será constituído, de conformidade com o Anexo nº 9, por um círculo representando uma esfera celeste, igual ao que se acha no centro da Bandeira Nacional, tendo em volta as palavras República Federativa do Brasil. Para a feitura do Sêlo Nacional observar-se-á o seguinte:

I - Desenham-se 2 (duas) circunferências concêntricas, havendo entre os seus raios a proporção de 3 (três) para 4 (quatro).

II - A colocação das estrelas, da faixa e da legenda Ordem e Progresso no círculo inferior obedecerá as mesmas regras estabelecidas para a feitura da Bandeira Nacional.

III - As letras das palavras República Federativa do Brasil terão de altura um sexto do raio do círculo inferior, e, de largura, um sétimo do mesmo raio.

CAPÍTULO III

Da Apresentação dos Símbolos Nacionais

SEÇÃO I

Da Bandeira Nacional

Art. 10. A Bandeira Nacional pode ser usada em tôdas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros, de caráter oficial ou particular.

Art. 11. A Bandeira Nacional pode ser apresentada:

I - Hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares, templos, campos de esporte, escritórios, salas de aula, auditórios, embarcações, ruas e praças, e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito;

II - Distendida e sem mastro, conduzida por aeronaves ou balões, aplicada sôbre parede ou prêsa a um cabo horizontal ligando edifícios, árvores, postes ou mastro;

III - Reproduzida sôbre paredes, tetos, vidraças, veículos e aeronaves;

IV - Composto, com outras bandeiras, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

V - Conduzida em formaturas, desfiles, ou mesmo individualmente;

VI - Distendida sôbre ataúdes, até a ocasião do sepultamento.

Art. 12. A Bandeira Nacional estará permanentemente no tôpo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Podêres de Brasília, no Distrito Federal, como símbolo perene da Pátria e sob a guarda do povo brasileiro.

§ 1º A substituição dessa Bandeira será feita com solenidades especiais no 1º domingo de cada mês, devendo o novo exemplar atingir o topo do mastro antes que o exemplar substituído comece a ser arriado.

§ 2º Na base do mastro especial estarão inscritos exclusivamente os seguintes dizeres:

Sob a guarda do povo brasileiro, nesta Praça dos Três Podêres, a Bandeira sempre no alto.

- visão permanente da Pátria.

~~Art. 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional:~~

Art. 13. Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional e a do Mercosul: (Redação dada pela Lei nº 12.157, de 2009).

I - No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República;

II - Nos edifícios-sede dos Ministérios;

III - Nas Casas do Congresso Nacional;

~~IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos;~~

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (Redação dada pela Lei nº 5.812, de 1972).

V - Nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal;

VI - Nas Prefeituras e Câmaras Municipais;

VII - Nas repartições federais, estaduais e municipais situadas na faixa de fronteira;

VIII - Nas Missões Diplomáticas, Delegações junto a Organismo Internacionais e Repartições Consulares de carreira respeitados os usos locais dos países em que tiverem sede.

IX - Nas unidades da Marinha Mercante, de acordo com as Leis e Regulamentos da navegação, polícia naval e praxes internacionais.

Art. 14. Hasteia-se, obrigatoriamente, a Bandeira Nacional, nos dias de festa ou de luto nacional, em tôdas as repartições públicas, nos estabelecimentos de ensino e sindicatos.

Parágrafo único. Nas escolas públicas ou particulares, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

Art. 15. A Bandeira Nacional pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 1º Normalmente faz-se o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

§ 2º No dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, o hasteamento é realizado às 12 horas, com solenidades especiais.

§ 3º Durante a noite a Bandeira deve estar devidamente iluminada.

Art. 16. Quando várias bandeiras são hasteadas ou arriadas simultaneamente, a Bandeira Nacional é a primeira a atingir o tope e a última a dêle descer.

Art. 17. Quando em funeral, a Bandeira fica a meio-mastro ou a meia-adriça. Nesse caso, no hasteamento ou arriamento, deve ser levada inicialmente até o tope.

Parágrafo único. Quando conduzida em marcha, indica-se o luto por um laço de crepe atado junto à lança.

Art. 18. Hasteia-se a Bandeira Nacional em funeral nas seguintes situações, desde que não coincidam com os dias de festa nacional:

I - Em todo o País, quando o Presidente da República decretar luto oficial;

II - Nos edifícios-sede dos poderes legislativos federais, estaduais ou municipais, quando determinado pelos respectivos presidentes, por motivo de falecimento de um de seus membros;

~~III - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Justiça estaduais, quando determinado pelos respectivos presidentes, pelo falecimento de um de seus ministros ou desembargadores;~~

III - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos, nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e nos Tribunais de Justiça estaduais,

quando determinado pelos respectivos presidentes, pelo falecimento de um de seus ministros, desembargadores ou conselheiros. (Redação dada pela Lei nº 5.812, de 1972).

IV - Nos edifícios-sede dos Governos dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios, por motivo do falecimento do Governador ou Prefeito, quando determinado luto oficial pela autoridade que o substituir;

V - Nas sedes de Missões Diplomáticas, segundo as normas e usos do país em que estão situadas.

Art. 19. A Bandeira Nacional, em tôdas as apresentações no território nacional, ocupa lugar de honra, compreendido como uma posição:

I - Central ou a mais próxima do centro e à direita dêste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

II - Destacada à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles;

III - A direita de tribunas, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.

Parágrafo único. Considera-se direita de um dispositivo de bandeiras a direita de uma pessoa colocada junto a êle e voltada para a rua, para a platéia ou de modo geral, para o público que observa o dispositivo.

Art. 20. A Bandeira Nacional, quando não estiver em uso, deve ser guardada em local digno.

Art. 21. Nas repartições públicas e organizações militares, quando a Bandeira é hasteada em mastro colocado no solo, sua largura não deve ser maior que $1/5$ (um quinto) nem menor que $1/7$ (um sétimo) da altura do respectivo mastro.

Art. 22. Quando distendida e sem mastro, coloca-se a Bandeira de modo que o lado maior fique na horizontal e a estrela isolada em cima, não podendo ser ocultada, mesmo parcialmente, por pessoas sentadas em suas imediações.

Art. 23. A Bandeira Nacional nunca se abate em continência.

SEÇÃO II

Do Hino Nacional

Art. 24. A execução do Hino Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

I - Será sempre executado em andamento metronômico de uma semínima igual a 120 (cento e vinte);

II - É obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução instrumental simples;

III - Far-se-á o canto sempre em uníssono;

~~IV - Nos casos de simples execução instrumental tocar-se-á a música integralmente, mas sem repetição; nos casos de execução vocal, serão sempre cantadas as duas partes do poema;~~

IV - nos casos de simples execução instrumental ou vocal, o Hino Nacional será tocado ou cantado integralmente, sem repetição. (Redação dada pela Lei nº 13.413, de 2016)

V - Nas continências ao Presidente da República, para fins exclusivos do Cerimonial Militar, serão executados apenas a introdução e os acordes finais, conforme a regulamentação específica.

Art. 25. Será o Hino Nacional executado:

I - Em continência à Bandeira Nacional e ao Presidente da República, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, quando incorporados; e nos demais casos expressamente determinados pelos regulamentos de continência ou cerimônias de cortesia internacional;

II - Na ocasião do hasteamento da Bandeira Nacional, previsto no parágrafo único do art. 14.

III - na abertura das competições esportivas organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, conforme definidas no art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. (Incluído pela Lei nº 13.413, de 2016)

§ 1º A execução será instrumental ou vocal de acordo com o cerimonial previsto em cada caso.

§ 2º É vedada a execução do Hino Nacional, em continência, fora dos casos previstos no presente artigo.

§ 3º Será facultativa a execução do Hino Nacional na abertura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas a que se associe sentido patriótico, no início ou no encerramento das transmissões diárias das emissoras de rádio e televisão, bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas.

§ 4º Nas cerimônias em que se tenha de executar um Hino Nacional Estrangeiro, este deve, por cortesia, preceder o Hino Nacional Brasileiro.

§ 5º Em qualquer hipótese, o Hino Nacional deverá ser executado integralmente e todos os presentes devem tomar atitude de respeito, conforme descrita no **caput** do art. 30 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.413, de 2016)

SEÇÃO III

Das Armas Nacionais

Art. 26. É obrigatório o uso das Armas Nacionais;

I - No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República;

II - Nos edifícios-sede dos Ministérios;

III - Nas Casas do Congresso Nacional;

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos;

V - Nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal;

VI - Nas Prefeituras e Câmaras Municipais;

VII - Na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais;

~~VIII - Nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das Polícias Militares, nos seus armamentos e bem assim nas fortalezas e nos navios de guerra;~~

VIII - nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra; (Redação dada pela Lei nº 8.421, de 1992)

IX - Na frontaria ou no salão principal das escolas públicas;

X - Nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações oficiais de nível federal.

SEÇÃO IV

Do Sêlo Nacional

Art. 27. O Sêlo Nacional será usado para autenticar os atos de governo e bem assim os diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos.

CAPÍTULO IV

Das Côres Nacionais

Art. 28. Consideram-se côres nacionais o verde e o amarelo.

Art. 29. As Côres nacionais podem ser usadas sem quaisquer restrições, inclusive associadas a azul e branco.

CAPÍTULO V

Do respeito devido à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional

Art. 30. Nas cerimônias de hasteamento ou arriamento, nas ocasiões em que a Bandeira se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino Nacional, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio, o civis do sexo masculino com a cabeça descoberta e os militares em continência, segundo os regulamentos das respectivas corporações.

Parágrafo único. É vedada qualquer outra forma de saudação.

Art. 31. São consideradas manifestações de desrespeito à Bandeira Nacional, e portanto proibidas:

I - Apresentá-la em mau estado de conservação.

II - Mudar-lhe a forma, as côres, as proporções, o dístico ou acrescentar-lhe outras inscrições;

III - Usá-la como roupagem, reposteiro, pano de bôca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna, ou como cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar;

IV - Reproduzí-la em rótulos ou invólucros de produtos expostos à venda.

Art. 32. As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues a qualquer Unidade Militar, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo o cerimonial peculiar.

Art. 33. Nenhuma bandeira de outra nação pode ser usada no País sem que esteja ao seu lado direito, de igual tamanho e em posição de realce, a Bandeira Nacional, salvo nas sedes das representações diplomáticas ou consulares.

Art. 34. É vedada a execução de quaisquer arranjos vocais do Hino Nacional, a não ser o de Alberto Nepomuceno; igualmente não será permitida a execução de arranjos artísticos instrumentais do Hino Nacional que não sejam autorizados pelo Presidente da República, ouvido o Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

~~Art. 35. A violação de qualquer disposição da presente lei, excluídos os casos previstos no art. 44 do Decreto-lei nº 898, de 29 de outubro de 1969, sujeita o infrator à multa de 1 (uma) a 4 (quatro) vezes o maior salário mínimo em vigor, elevada ao dobro nos casos de reincidência.~~

Art. 35 - A violação de qualquer disposição desta Lei, excluídos os casos previstos no art. 44 do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, é considerada contravenção, sujeito o infrator à pena de multa de uma a quatro vezes o maior valor de referência vigente no País, elevada ao dobro nos casos de reincidência. (Redação dada pela Lei nº 6.913, de 1981).

~~Art. 36. A autoridade policial que tomar conhecimento da infração de que trata o artigo anterior, notificará o autor para apresentar defesa no prazo de 72 (setenta e duas) horas, findo o qual proferirá a sua decisão, impondo ou não a multa.~~

~~§ 1º A autoridade policial, antes de proferida a decisão, poderá determinar a realização, dentro do prazo de 10 (dez) dias, de diligências esclarecedoras, se julgar necessário ou se a parte o requerer.~~

~~§ 2º Imposta a multa, e uma vez homologada a sua imposição pelo juiz, que poderá proceder a uma instrução sumária, no prazo de 10 (dez) dias, far-se-á a respectiva cobrança, ou a conversão em pena de detenção, na forma da lei penal.~~

Art. 36 - O processo das infrações a que alude o artigo anterior obedecerá ao rito previsto para as contravenções penais em geral. (Redação dada pela Lei nº 6.913, de 1981).

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 37. Haverá nos Quartéis-Generais das Fôrças Armadas, na Casa da Moeda, na Escola Nacional de Música, nas embaixadas, legações e consulados do Brasil, nos museus históricos oficiais, nos comandos de unidades de terra, mar e ar, capitânicas de portos e alfândegas, e nas prefeituras municipais, uma coleção de exemplares-padrão dos Símbolos Nacionais, a fim de servirem de modelos obrigatórios para a respectiva feitura, constituindo o instrumento de confronto para a aprovação dos exemplares destinados à apresentação, procedam ou não da iniciativa particular.

Art. 38. Os exemplares da Bandeira Nacional e das Armas Nacionais não podem ser postos à venda, nem distribuídos gratuitamente sem que tragam na tralha do primeiro e no reverso do segundo a marca e o endereço do fabricante ou editor, bem como a data de sua feitura.

Art. 39. É obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, do primeiro e segundo graus.

Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de ensino fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana. (Incluído pela Lei nº 12.031, de 2009).

Art. 40. Ninguém poderá ser admitido no serviço público sem que demonstre conhecimento do Hino Nacional.

Art. 41. O Ministério da Educação e Cultura fará a edição oficial definitiva de tôdas as partituras do Hino Nacional e bem assim promoverá a gravação em discos de sua execução instrumental e vocal, bem como de sua letra declamada.

Art. 42. Incumbe ainda ao Ministério da Educação e Cultura organizar concursos entre autores nacionais para a redução das partituras de orquestras do Hino Nacional para orquestras restritas.

Art. 43. O Poder Executivo regulará os pormenores de cerimonial referentes aos Símbolos Nacionais.

Art. 44. O uso da Bandeira Nacional nas Fôrças Armadas obedece as normas dos respectivos regulamentos, no que não colidir com a presente Lei.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a de nº 5.389, de 22 de fevereiro de 1968, a de nº 5.443, de 28 de maio de 1968, e demais disposições em contrário.

Brasília, 1 de setembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Alfredo Buzaid

Adalberto de Barros Nunes

Orlando Geisel

Mário Gibson Barboza

Antonio Delfim Netto

Mário David Andreazza

L. F. Cirne Lima

Jarbas G. Passarinho

Júlio Barata

Mário de Souza e Mello

F. Rocha Lagôa

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

Hygino C. Corsetti

ANEXO IV

Discurso do Marechal Castelo Branco perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo da Presidência da República (15 de abril de 1964)

BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 1964 PERANTE O CONGRESSO NACIONAL, AO TOMAR POSSE NO CARGO DE PRESIDENTE DA REPUBLICA.

Na singular significação desta solenidade cívica, e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar-vos que o juramento agora proferido perante os Augustos Representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideias que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude.

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exação e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira. O que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentido de nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro deveremos nos empenhar com a paixão de uma cruzada, para a qual, com energia, e sobretudo, com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste país.

Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.

Sustentarei, com todas as forças, a união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora de seus limites territoriais. Não apenas a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.

A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os trabalhos e os pactos celebrados. Todas as nações democráticas livres serão nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às Nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas.

Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que venha a manifestar-se.

Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas

concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e deveremos transmitir aprimoradas às gerações futuras. Foi uma revolução a assegurar o progresso sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, reivindicar a sua liberdade e a sua vontade, que afinal, e nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo.

Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras, todos – civis e soldados – ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime.

Promoverei sem desânimo nem fadiga o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros, e particularmente àqueles que mourejam e sofrem nas regiões menos desenvolvidas do país. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do governo. Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada; sem prejuízo porém, de imperativo de justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade.

Até porque estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução, capaz de integrar em melhores condições de vida um número cada vez maior de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização.

Caminharemos para a frente, com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias.

Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna.

Inflação e atraso devem ser atacados já e já, e ninguém pode esperar destruí-los sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional. Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Ruy Barbosa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá”.

Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada.

Os votos dos Representantes da Nação, na escolha para a governar em hora difícil, valem, por certo, pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona, também, nítida ideia de grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade.

Direi que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: – nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a

mim os brasileiros, e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus, e com serena confiança, buscarmos melhores dias nos horizontes do futuro.

ANEXO V

Discurso do Marechal Costa e Silva ao tomar posse no cargo da Presidência da República (15 de março de 1967)

DISCURSO PROFERIDO NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM BRASÍLIA, A 15 DE MARÇO DE 1967, DEPOIS DE RECEBER A FAIXA PRESIDENCIAL DAS MÃOS DO MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO.

É com grave emoção que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência as insígnias simbólicas da magistratura suprema da República. Tenho consciência nítida e profunda da significação desta ato e deste momento. Para eles vêm confluir as esperanças e as incertezas, as aspirações e as realidades de um novo simples e bom, sofredor e paciente, tocado do sentimento caloroso da terra em que nasceu e da sua vocação para a grandeza.

Quem deixa um cargo desta altitude, nas condições em que Vossa Excelência o faz, não leva, apenas, a tranquilidade de uma consciência alta e límpida, que se empenhou, dia por dia, no cumprimento dos deveres mais ásperos, que jamais pesaram sobre o espírito e o coração de um homem de Estado, em tempos dos mais tormentosos da vida nacional; deixa também, como sinal de sua passagem, traço luminoso e vivo, que é diretriz, lição, exemplo. Em verdade, o Governo de Vossa Excelência constitui-se em diretriz de decisão, de firmeza e constância numa hora espessa, de inquietudes, incertezas e vacilações; lição de austeridade e espírito público, exemplo de coragem e honradez. Eis aí virtudes que me parecem pertencer à própria essência do exercício do cargo que Vossa Excelência ilustrou tão vivamente.

A Presidência da República não é apenas uma forma de exercício administrativo. É muito mais do que um cargo executivo. É, acima de tudo, um posto de comando moral. Assim a compreendo e assim quero exercê-la, com a suprema aspiração de ser útil ao meu País, na medida humilde do que sou.

Não me iludo com as provações e tropeços que me esperam, os fluxos e refluxos da opinião pública, a desconexão dos esforços, os emperramentos da máquina administrativa, as incertezas políticas, os choques de ambições, os desacordos, as divergências e as discórdias que caracterizam a vida pública. Conheci intimamente as vicissitudes que a paciência e a tolerância têm de afrontar para atingir o termo de cada dia de governo. Sei como se tentou e se continuará tentando associar os inconciliáveis — inflação e prosperidade — e dissociar os que só conseguem marchar juntos — desenvolvimento e educação.

Senti, acima de tudo, as dificuldades ingentes que as dimensões extraordinárias do nosso País levantam a qualquer ação do administrador. Posso afirmar que assisti, ao desdobrar-se dos atos mais penosos de um governo, que, sendo inicialmente de preparação, conseguiu ser muito mais do que isso e muito realizou. Nele tomei parte ao lado de Vossa Excelência. Foi uma das fases mais dificultosas do nosso regime republicano, em que o Governo teve de desdobrar-se entre as imposições imperativas da ordem e da autoridade, sem deixar de acudir aos anseios de liberdade e, de mistura com eles, enfrentar as incompreensões, a má-fé e a cobiça do poder.

Trago, pois, para exercício da Presidência, uma larga lição de experiência — propiciada pela ação direta, pela observação e pela reflexão — do trato da coisa política, que requer paciência e tolerância contínuas, e do trato da coisa pública, que impõe esforço constante de inteligência,

coragem e tenacidade. Acima de tudo, trago preparados espírito e coração. Confio em que não decairei, jamais, da confiança dos meus concidadãos e da rica herança que recebo das mãos honradas de Vossa Excelência. E peço a Deus que me conceda a graça de ser sempre justo e isento, firme na palavra empenhada e inflexível na ação necessária, e consagre a minha esperança de fazer pelo Brasil o que ele espera e merece.

ANEXO VI

Discurso do General Emílio Garrastazu Médici ao tomar posse no cargo da Presidência da República (30 de outubro de 1969)

"Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens".

Homens de meu País,

“Neste momento eu sou a oferta e a aceitação.”

Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem a humildade, a união.

A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático.

A aceitação da faixa presidencial, faço-a um ato de justiça e a confissão de minhas crenças.

Faço a justiça de proclamar o equilíbrio e a serena energia, o patriotismo e a grandeza com que se houveram os três Ministros Militares no exercício temporário da Presidência da República, que a mim transmitem, no símbolo dessa faixa, pelas mãos honradas de Sua Excelência, o Almirante AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD.

Faço a justiça de dizer, já agora ouvindo a nação, a cuja frente o destino me trouxe, faço a justiça de assinalar a total dedicação do grande Presidente COSTA E SILVA à causa pública, o empenho tanto, que se fez imolação da própria voz.

Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho da minha terra e de meu tempo.

Venho do minuano. “Este vento faz pensar no campo, meus amigos, este vento vem de longe, vem do pampa e do céu.”

Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do meu Sul, para ver, no vento, o homem do campo do todo o Brasil – o homem que ninguém vê, sem face e sem história – aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha.

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, por que assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz, levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola. A ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento.

Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens.

Sinto por dentro aquele patriotismo aceso dos fronteiriços, que estende pontes aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdêns, e não se dobra na afirmação do interesse nacional.

Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem. Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.

Homem da fronteira, conheço o peso específico de nosso País e hei de fazê-lo valer em favor do nosso povo. Fronteiriço, não sei, não vejo, não sinto, não aceito, outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição da altivez. E sinto que esta nossa América, já na idade da razão, realizado o esforço concentrado e pertinaz de formulação de suas posições, há de receber, em breve, a solidariedade da outra América.

E creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão roda do mapa do mundo. E creio na contribuição de nossa gente, para o entendimento, o respeito e a paz entre os povos.

Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação. Creio que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar. E, por que assim o creio, é que buscarei fortalecer as estruturas de governos municipais e sub-regionais, provendo as comunidades do interior do saneamento básico indispensável à proteção da unidade familiar, pedra angular da sociedade.

Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. E, por que assim o creio, e por que o sinto amadurecido para a tarefa global, é que buscarei ouvi-lo sempre.

Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de todas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões e consolidada a unificação da previdência social, nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador.

Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade.

Homem da caserna, creio nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando. E creio nas messes do planejamento sistematizado, na convergência de ações, no estabelecimento das prioridades. E, por que assim o creio, é que tudo farei por coordenar, integrar e totalizar nossos esforços – tantas vezes supérfluos, redundantes, contraditórios, dispersivos – em uma tarefa global, regida por um grande plano diretor .

Homem da caserna, creio nos milagres da vontade.

E, por que o creio, convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se tenha espectador e todos se sintam agentes do processo.

Homem de minha terra, creio nas potencialidades e na viabilidade econômica e social de meu País. Creio no desenvolvimento com, fenômeno global, interiorizado primeiro na alma de cada homem, para poder ganhar, então, a alma da terra toda.

Creio na função multiplicadora da empresa, e, por que assim o creio, buscarei fortalecê-la – sobretudo a empresa nacional – encontrando formas e processos de baratear-lhe os custos de produção para que se fortifique e mais produza. E me empenharei no sentido da utilização racional e efetiva do território brasileiro, na vivificação das estruturas municipais, na atenuação dos desequilíbrios regional!

Homem de meu tempo, tenho pressa. Sei que, no ano 63, antes da Revolução, nosso crescimento era nenhum e que a inflação se aproximava de cem por cento, Sei que hoje nosso crescimento oscila entre 6 e 7% e que a inflação decresce, já agora em nível de alguma estabilidade. Sei que nos últimos anos avançamos no fortalecimento das instituições econômicas, edificando, não só a estrutura, mas a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação.

Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que urge acelerar o processo; que “o minuano, para enganar a miséria, geme e dança pela rua”; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer.

Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz.

Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, por que o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada.

Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro.

Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, por que a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico.

Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos. E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.

Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito. E, por que homem da lei, é que pretendo velar pela ordem jurídica. E, homem de pés no chão, sinto que, nesta hora, a ordem

jurídica se projeta em dois planos. Vejo O plano institucional, destinado a preservar as conquistas da Revolução, vejo o plano constitucional, que estrutura o Estado e assegura o funcionamento orgânico dos Poderes. Estou convencido de que é indispensável a coexistência dessas duas ordens jurídicas, expressamente reconhecida pela Constituição, fundada no imperativo da segurança nacional, e coerente enquanto for benéfica à defesa da democracia e à realização do bem comum.

Homem da lei, sinto que a plenitude do regímen democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional, quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste Governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com pensamento revolucionário.

E espero da oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo.

Homem da lei, creio imperioso dotar o Brasil de novos códigos que reflitam os progressos da ciência jurídica, a atualização dos institutos e as inquietudes de um povo em desenvolvimento.

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens.

E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro.

E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora.

E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente.

E, por que o creio, e por que o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação.

E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias – a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.

E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.